

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)
NÚCLEO DE SAÚDE (NUSAU)
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA (DEPSI)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA (MAPSI)

ALINE RODRIGUES MOREIRA DANTAS

**VIOLÊNCIA CONJUGAL:
UMA LEITURA PSICANALÍTICA SOBRE O AGRESSOR**

PORTO VELHO

2017

ALINE RODRIGUES MOREIRA DANTAS

VIOLÊNCIA CONJUGAL: UMA LEITURA PSICANALÍTICA SOBRE O AGRESSOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), como quesito avaliativo para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Linha de pesquisa: Saúde e processos psicossociais.

Orientadora: Profa. Dra. Melissa Andréa Vieira de Medeiros.

PORTO VELHO

2017

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

D192v

Dantas, Aline Rodrigues Moreira.

Violência conjugal: uma leitura psicanalítica sobre o agressor / Aline Rodrigues Moreira Dantas. - Porto Velho, Rondônia, 2017.
109 f. il.;

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Melissa Andréa Vieira de Medeiros.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia (MAPSI), Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

1. Psicanálise. 2. Violência doméstica. 3. Função paterna. 4. Passagem ao ato. I. Medeiros, Melissa Andréa Vieira. II. Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR. III. Título.

CDU: 159.9

Bibliotecário Responsável: Fernando Silva de Almeida CRB11/965

FOLHA DE APROVAÇÃO

“VIOLÊNCIA CONJUGAL: UMA LEITURA PSICANALÍTICA SOBRE O AGRESSOR”

ALINE RODRIGUES MOREIRA DANTAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia (Mapsi) como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em Psicologia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia

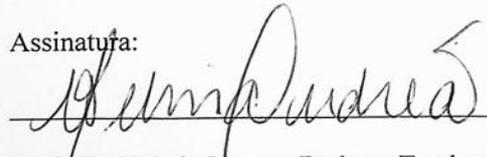
Linha de Pesquisa: Saúde e Processos Psicossociais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Melissa Andrea Vieira de Medeiros

Banca examinadora:

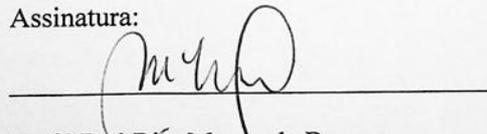
Prof.^a Dr.^a Melissa Andrea Vieira de Medeiros
Programa de Pós-graduação em Psicologia
Fundação Universidade Federal de Rondônia

Assinatura:



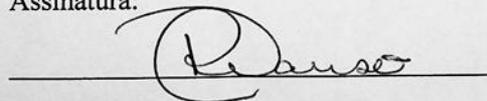
Prof.^a Dr.^a Maria Ivonete Barbosa Tamboril
Programa de Pós-graduação em Psicologia
Fundação Universidade Federal de Rondônia

Assinatura:



Prof.^a Dr.^a Ríta Manso de Barros
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Assinatura:



Dissertação aprovada em: 20/02/2017

*Dedico à minha família, brisa suave de
acalento e farol a iluminar meus
caminhos.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser manancial de força quando foi necessário ter coragem e serenidade sempre que a sutileza precisava entrar em cena.

Aos meus amados pais, Lucimar e Itamar, por todo aconchego dedicado e por ter aprendido com vocês que o nosso melhor pode florescer quando nos percebemos rodeados por aqueles aos quais podemos contar mutuamente.

Aos meus estimados irmãos, Lenita, James e Márcia, que ao virem na frente, concederam-me a honra de muitas vezes poder me espelhar no belo caminho por vocês traçados.

À admirável Melissa Medeiros, com o dom de ensinar de forma leve, mesmo os temas mais densos e, com igual habilidade, nos fazer descobrir nossas potencialidades. Gosto muito de você, és minha referência desde a graduação.

À Ivonete Tamboril, pela valiosa partilha de conhecimentos e por acreditar desde o início na pertinência deste trabalho.

À Rita Manso, por colaborar com este trabalho e topar sem hesitar uma aventura pela Amazônia.

Aos parceiros e amigos de jornada, Maria Inês, Cristiano de Paula e Aline Sarges, por todo suporte, sempre oferecido com muita poesia, espontaneidade e genialidade. À querida Mariangela Aloíse, que com muito carinho e maestria, inspirou profundas reflexões e necessárias mudanças.

À Maria Caroline e à Lucilene Zanol, que muito auxiliaram a regar a semente desta pesquisa quando ainda se tratava de uma ideia em fase de germinação.

Ao dr. Álvaro Kalix, pelo incentivo e colaboração a este trabalho, bem como a inspiradora dedicação às questões referentes à violência contra a mulher.

À amiga Ana Cristina, que com muito carinho sempre partilhou bolos, risadas, aconchegos e conhecimentos gramaticais. À querida Rosangela Martins, que segurou minha mão nos primeiros passos profissionais e porque não dizer da vida adulta também. À parceira Leila Gracieli, que ensinou a dimensão certa dos desafios acadêmicos ao mostrar que, o gostoso de aprender, é tornar a jornada de busca pelo conhecimento em algo divertido.

Aos companheiros Natássia Daldegan e Anderson Júnior, por compartilharem conhecimentos, inquietudes e não se furtarem da aventura de navegarmos juntos pela psicanálise. Aos colegas de turma e professores do MAPSI por, de forma prazerosa e agradável, auxiliarem a conjugar teorias, técnicas e práticas profissionais.

Aos colaboradores desta pesquisa, por me confiarem um bem tão precioso como a história de vida deles e, para tanto, dedicarem tempo e energia.

Por fim, à Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), por desde a graduação, oferecer os alicerces para o meu crescimento intelectual e profissional.

Para que haja encontro, se faz necessária a confrontação com a alteridade. Em francês, alteridade ressoa como 'alterar', o que quer dizer abismar. O encontro com a alteridade jamais deixa indene. Haverá vestígios do impacto, cicatrizes do choque. E, progressivamente, este encontro tornará menos violento um novo encontro: a alteridade terá sido tornada presente de tal maneira que o indivíduo não será mais abalado completamente pelo choque do desconhecido, do radicalmente outro. E, então, não deverá mais se deixar ir retrucando através do ódio, para lhe dar curso por sua violência, pois ele terá, pouco a pouco, tolerado que o outro o perturbe, o embarace. É o que podemos esperar de melhor.

Jean-Pierre Lebrun

RESUMO

DANTAS, Aline Rodrigues Moreira. **Violência conjugal**: uma leitura psicanalítica sobre o agressor. 2017. 109 f. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2017.

Este trabalho analisa os aspectos subjetivos do agressor que possam estar relacionados aos atos de violência conjugal praticados contra a parceira. Busca entender alguns fatores culturais que interpelam a constituição da masculinidade. Ainda, com base na psicanálise freudo-lacaniana, averiguaram-se questões referentes à função paterna e possíveis incidências de passagem ao ato. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa com base no método psicanalítico, cujos instrumentos utilizados foram a escuta psicanalítica, a transferência e a observação. Foram entrevistados de forma aberta e individual três sujeitos que cometeram violência conjugal que na ocasião respondiam por processo referente à Lei Maria da Penha e, em consequência, frequentavam o grupo de reflexão do Projeto Abraço, na cidade de Porto Velho. As entrevistas ocorreram na sala de atendimento do Setor Psicossocial do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e, ao final de cada uma delas, foi procedida a anotação dos conteúdos que emergiram, oferecendo assim um eixo para a construção da discussão dos dados, a qual contou com o aporte do instrumento metodológico da análise de conteúdo.

Palavras-chave: Psicanálise. Agressor. Violência Doméstica. Função Paterna. Passagem ao Ato.

ABSTRACT

DANTAS, Aline Rodrigues Moreira. **Conjugal violence**: a psychoanalytical reading about men who committed violence against women. 2017. 109 p. Master's Degree Dissertation in Psychology, Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2017.

This work aimed to analyze individual peculiarities on male abusers and the specificity how it can be associated to intimate partner violence against women. A bibliographic review allowed better understanding of some cultural factors that affects the manhood development. Also, based on Freudian and Lacanian psychoanalysis, the concepts of father's function and passage to the act were deepened. As part of the study, a qualitative research was done, through a psychoanalytic method, which included hearing, transference and observation. Three men who had committed violence against women were interviewed. At the time, they were responding to a lawsuit due to the crime they have committed, judged in the Maria da Penha Law. Besides, they were attending "Projeto Abraço" at the Psychosocial Service of the Judgment of Domestic and Family Violence Against Women. The interviews occurred at this place, and by the end of them, the researcher took notes on the emerging content. The notes offered a link to write the data discussion, which was developed using Content Analysis.

Keywords: Psychoanalysis. Male Abusers. Domestic Violence. Paternal Function. Passage to the Act.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 MÉTODO.....	15
2.1 Tipo de pesquisa	15
2.2 Local do estudo e sujeitos da pesquisa.....	18
2.3 Procedimentos	19
2.4 Análise.....	20
2.5 Procedimentos éticos	20
3 UM BREVE PANORAMA DA MASCULINIDADE.....	22
3.1 Algumas facetas da virilidade.....	22
3.2 O masculino como referência.....	24
3.3 O paradigma da dominação	27
3.4 A crise do masculino	31
4 A FUNÇÃO DO PAI NA PSICANÁLISE	37
5 PASSAGEM AO ATO NA PSICANÁLISE	50
5.1 Na relação com o objeto a.....	55
5.2 Na relação com o crime.....	58
6 INTRODUÇÃO E DISCUSSÃO DOS CASOS.....	60
6.1 Chaves	60
6.2 Silvio.....	65
6.3 Otávio.....	70
6.4 Análise	74
6.4.1 Coisa de homem	75
6.4.2 Transmissão transgeracional do superego.....	79
6.4.3 Limite e transgressão	83
6.4.4 Não pensar no momento	86
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91

REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICE A Termo de consentimento livre e esclarecido (modelo)	100
APÊNDICE B Termo de anuência da instituição	103
ANEXO A Parecer consubstanciado do CEP	104

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de Mestrado está inserida na Linha “Saúde e Processos Psicossociais”, que desenvolve, entre outros temas, pesquisas nos âmbitos da promoção de saúde, sexualidade, violência de gênero e psicanálise – o que justifica o reconhecimento deste trabalho na referida área de concentração do programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (MAPSI-UNIR).

Tal estudo é fruto do interesse despertado enquanto pesquisadora, psicóloga e servidora pública atuante na área jurídica desde 2009. Neste ínterim, dediquei-me inicialmente às Varas de Família e, a partir de 2013, passei a integrar a equipe do Núcleo Psicossocial do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (PVHNPPS). Em ambos os locais, observei nos casos acompanhados – sobretudo aqueles em que havia a incidência de comportamentos violentos intrafamiliares – a prevalência da degradação do sentimento de amparo, autoestima e confiança. Este cenário possui alarmante abrangência, pois, segundo dados da Fundação Perseu Abramo (2010), uma em cada cinco mulheres considera já ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem e, em 80% dos casos, o responsável por tal ato é o parceiro íntimo.

A partir de 2006, com a promulgação da lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, houve um grande avanço no reconhecimento das peculiaridades enfrentadas pelas mulheres no âmbito da violência doméstica e familiar. Segundo Granjeiro (2012), apesar da significativa conquista que a criação desta lei representa, ao observar a trajetória de sua aplicação, é perceptível que o estabelecimento de regras para coibir atos violentos é insuficiente para promover o bem-estar e a dignidade almejados, bem como solucionar um fenômeno tão complexo. Portanto, urge a necessidade de efetivação por meio de políticas públicas, do que a referida lei preconiza em seu primeiro artigo, que versa a respeito não somente da coibição, mas também da prevenção à violência doméstica.

Muszkat (2011a) assinala que é muito comum as mulheres abandonarem as queixas e os processos judiciais por inúmeros motivos, tais como: insegurança em função do processo de mudança que demandaria afastar-se do parceiro; filhos em comum; dependência financeira e, na maioria das vezes, questões afetivas implicadas. Quanto aos casos em que é dado prosseguimento ao processo, em grande parte das ocasiões, o sujeito que cometeu agressão física, verbal,

sistemática desqualificação, negligência etc., não se identifica com a denominação jurídica atribuída, ou seja, autor de violência ou agressor.

Nosso atual contexto político preza pela assistência à vítima, o que é de suma relevância, uma vez que mulheres e crianças somam a maior parcela de sujeitos que carecem de proteção, quando se trata de violência doméstica. No entanto, também é fundamental a promoção de ações que visem à inclusão do agressor em trabalhos que abram espaço para ponderarem acerca do seu comportamento pois, tendo como base a prática enquanto psicóloga do PVHNPPS, não é raro identificar situações em que há a busca pelo sistema judicial com o intuito de melhorar, de dar outro significado para as relações conjugais e não somente visar ao caráter punitivo.

Importa destacar que estas intervenções encontram subsídio na Lei Maria da Penha, em especial no artigo 35, cujo inciso V versa acerca da possibilidade da União, Distrito Federal, Estados e Municípios criarem – dentro de limites de competência – centros de educação e de reabilitação para os agressores; e no artigo 45, o qual destaca a possibilidade de, nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz determinar comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação.

Portanto, foram vivências profissionais que fomentaram o interesse em compreender os conteúdos subjetivos do agressor que possam estar relacionados aos atos de violência perpetrados contra a parceira. Diante do interesse e consequente delineamento desse estudo, durante a realização dele, busquei entender alguns fatores culturais que interpelam a constituição da masculinidade e, com base na psicanálise freudo-lacaniana, averigui as questões referentes à função paterna e possíveis incidências de passagem ao ato, conceitos que serão desenvolvidos nas seções 4 e 5.

Os sujeitos estudados nesta pesquisa são homens adultos que cometeram violência contra a mulher na qualidade de parceiros íntimos. Não foi feita distinção em relação ao tipo cometido – psicológica, moral, sexual, patrimonial ou física – mesmo compreendendo que cada uma destas formas de agressão possui meandres e desdobramentos próprios e, portanto, requerem estudos à parte. Logo, esta pesquisa tem como objetivo compreender nos homens os aspectos subjetivos que possam estar relacionados à prática de agressão, independente do tipo de violência praticada contra a parceira.

A seção seguinte deste trabalho versa acerca do método utilizado que, no caso, trata-se da psicanálise em um contexto para além da clínica. Desta maneira, os principais autores utilizados foram Herrman (2004), Mezan (2006) e Laplanche (1982). Quanto à organização dos dados, foi empregada a análise de conteúdo, cuja autora de referência é Bardin (2011).

A terceira seção tem como intento realizar a análise da construção cultural que contribuiu para o estabelecimento de conceitos e valores acerca da representação do masculino e a relação desta com a violência na sociedade ocidental. Fenômenos complexos como estes nos convidam à interface com outras ciências, tais como a antropologia e a sociologia e, para discutir tais questões, foram utilizados como autores principais Bourdieu (2012), com os estudos acerca da dominação masculina; Badinter (1993), no que tange às questões relacionadas ao homem e à virilidade, bem como as mudanças de paradigmas da masculinidade e Virgili (2013), com discussões a respeito da crise de papéis e espaços vivenciados pelos homens no século XXI.

A quarta seção aborda a função do pai na psicanálise e traz um breve panorama deste conceito em Freud e Lacan. Para o primeiro teórico, em linhas gerais, o pai possui a função de viabilizar no sujeito a possibilidade de viver em sociedade por meio da apropriação da realidade que o cerca, assimilação das regras sociais e habilidade de se compreender e se fazer compreendido. Para o segundo teórico, assente ao conceito de Freud, Lacan avançou no sentido de postular o conceito de Nome-do-Pai como um significante, S1, que possui a função simbólica de instaurar a lei, o que ocorre por intermédio da linguagem, a qual permite a estruturação da subjetividade.

A quinta seção é dedicada à passagem ao ato. Para trabalhar tal conceito, foi utilizado como referência Lacan. Para este teórico, a passagem ao ato diz respeito ao agir inconsciente, sem a mediação do simbólico, acarretando em ruptura e total alienação do sujeito. Este, por sua vez, sai da cena e se identifica com o objeto excluído.

A sexta seção apresenta a introdução e a discussão dos casos que, com base nos aportes teóricos supramencionados, originou as seguintes categorias: *coisa de homem; transmissão transgeracional do superego; limite e transgressão e não pensar no momento.*

Após realizar pesquisas nos portais de periódicos da Capes,

especificamente nas bases de dados Scielo e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, utilizando como parâmetro as produções científicas dos últimos dez anos, foi possível destacar a exígua abordagem do tema da violência conjugal pelo viés do agressor. Também ficou evidente que os estudos calcavam suas análises predominantemente nos aspectos relacionados às assimetrias de gênero.

Além destas produções científicas, destaco o trabalho de Carvalho e Germano (2014), a qual por meio de entrevistas com autores de violência conjugal e com base na compreensão psicanalítica freudiana, identificou acentuado índice de angústia frente aos perigos de ameaça do ego. Tal artigo, apesar de não constar nas referidas ferramentas de pesquisa, possui relevância em sua citação uma vez que também utilizou o mesmo campo de investigação desta pesquisa: o Núcleo de Perícia Psicossocial do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Porto Velho (PVHNPPS).

Com base nos objetivos deste trabalho, selecionei alguns estudos a respeito do autor de violência conjugal e, por meio dos resultados obtidos, busquei relacionar com as indagações por mim suscitadas.

Em linhas gerais, observei que as pesquisas calcadas pela perspectiva do agressor, eram majoritariamente pautadas nas observações realizadas em grupos de reflexão de homens autores de violência conjugal (MUSZKAT, 2008; ROSA et al., 2008; COELHO e CARLOTO, 2007; MARQUES, 2007; PINTO; MENEGHEL; MARQUES, 2007). Outras duas investigaram os aspectos psíquicos e comportamentais dos agressores (SCHNEIDER, 2014; NARDI, 2011). Por fim, uma delas (CHAVES, 2008) realizou uma pesquisa teórica a respeito da correlação da masculinidade com a violência, agressividade e dominação, tendo como pressuposto teórico a psicanálise freudiana.

Ao realizarem pesquisas com grupos, grande parte dos autores (COELHO e CARLOTO, 2007; MARQUES, 2007; PINTO; MENEGHEL; MARQUES, 2007; ROSA et al., 2008), fez correlação entre as questões culturais de gênero e a incidência de comportamentos violentos contra a mulher.

Pinto, Meneghel e Marques (2007) efetuaram seus estudos com a participação de dez colaboradores – homens adultos e casados – e verificaram que, apesar de assumirem episódios de agressões contra as companheiras, havia a tendência de atribuírem a elas a responsabilidade de iniciarem as contendas por agirem de forma inadequada.

Coelho e Carloto (2007) pesquisaram homens autores de violência e buscaram compreender como o processo de construção cultural da masculinidade implicava em valores, ideias e concepções de mundo que corroboravam para a incidência e cronificação da violência contra a mulher.

Marques (2007) observou um grupo de reflexão para homens, no contexto judicial, e destacou que muitos dos ideais de igualdade de gênero discutidos esbarravam em valores morais muito adversos e distantes da realidade do público atendido. Desta forma, ponderou que os agressores utilizavam as reuniões para se solidarizarem, minimizarem seus atos e atribuírem culpa às mulheres.

Rosa et al. (2008), após realização de grupos focais com homens que desferiram violência contra as companheiras, destacaram os seguintes fatores como preponderantes na incidência de episódios de agressão: interferência de terceiros na relação conjugal; comportamentos das companheiras considerados pelos colaboradores como inapropriados; preponderância da mulher em relação ao companheiro; respostas às agressões; uso abusivo de álcool e outras drogas e dificuldades financeiras. Observaram ainda que os homens não assumiam, ou não se percebiam como autores de violência, apesar de, contraditoriamente, reconhecerem os atos praticados.

Tendo como norte a teoria construcionista articulada à metapsicologia freudiana, Muszkat (2008) se propôs a analisar de forma crítica as políticas públicas de violência de gênero uma vez que estas, preponderantemente, corroboram para a cristalização de uma compreensão polarizada de vítima e agressor, negligenciando assim aspectos relacionais bem mais complexos e que escapam das intervenções que são realizadas, em grande parte, exclusivamente com as vítimas. Desta forma, a autora se propôs a focar nas práticas violentas masculinas e cunhou o termo *abandono identitário*, refletindo aspectos como o lugar reservado simbolicamente aos homens, os preditivos culturais, sociais e psicológicos da subjetividade masculina, buscando compreender como os papéis de gênero se perpetuam.

Com relação aos trabalhos dedicados à compreensão dos aspectos psíquicos e comportamentais dos agressores, três pesquisas se destacaram e, dentre outros fatores analisados, todas evidenciaram as particularidades da história de vida dos colaboradores (SCHNEIDER, 2014; STENZEL, 2014; NARDI, 2011).

A pesquisa realizada por Schneider (2014) enfocou algumas categorias que podem estar associadas ao comportamento violento, sendo elas: relações

familiares e de gênero, empatia, uso de substâncias psicoativas e a percepção a respeito do comportamento agressivo. A amostra foi composta por 15 homens com faixa etária entre 23 e 50 anos em situação de cárcere e, além dos dados sociodemográficos levantados, foi realizada uma entrevista com cada um deles e a aplicação de teste especializado em controle emocional. Como conclusão, observou que todas as categorias analisadas apresentavam características que, em maior ou menor grau, implicavam no comportamento agressivo do ofensor.

Nardi (2011), ao buscar compreender os processos psíquicos de homens que desferiram violência contra a parceira, utilizou como referencial a psicanálise de Freud e Klein, mais especificamente a teoria das Relações Objetais. Com base nisso, ofereceu especial destaque aos vínculos afetivos estabelecidos com os outros. A pesquisa foi realizada com 15 homens que respondiam por processo referente à Lei Maria da Penha e os dados foram obtidos por meio de entrevista, questionário sociodemográfico e aplicação do Inventário BORRTI-O que, em linhas gerais, demarca quatro modos de relação objetal internalizada. Como resultado, a autora destacou que na amostra analisada, houve elevada incidência de patologia nas relações objetais sendo que o fator egocentrismo despontou como o de maior prevalência.

Imprimindo especial destaque à história de vida e às características da personalidade de agressores conjugais, Stenzel (2014) estudou três homens em situação de encarceramento e buscou compreender como acontecimentos traumáticos que ocorreram na infância poderiam influenciar na maneira de se relacionar e controlar a expressão da agressividade nos relacionamentos amorosos durante a vida adulta. Como referencial teórico, utilizou o conceito psicanalítico do narcisismo e realizou a coleta de dados por meio de aplicação de questionário sociodemográfico, entrevista MINI, o Psicodiagnóstico de Rorschach e três entrevistas semiestruturadas. Com os resultados encontrados, a autora compreendeu a violência perpetrada como reflexo de uma história de vida permeada de situações traumáticas que geram falhas narcísicas e prejuízos à adequada expressão da agressividade.

Por fim, Chaves (2008) realizou uma pesquisa teórica a respeito da masculinidade e sua relação com a violência, agressividade e dominação, tendo como viés os preceitos freudianos de agressividade e sexualidade masculina. O ponto de partida das observações foi: a manifestação da agressividade nos homens

ser mais notória que nas mulheres e o histórico da dominação do homem em relação à mulher. Tal dominação tem como um dos possíveis preditivos a mulher configurar como depositária da castração e passividade e, por conseguinte, representar o receio e a hostilidade do homem. Como conclusão, a autora destaca a dominação masculina como formação reativa às características femininas que aparecem nos homens.

Posto isto, mediante as produções acadêmicas a respeito da temática proposta, considero esta pesquisa pertinente, uma vez que pretende ampliar o espectro de compreensão acerca da violência doméstica, enfatizando os conteúdos subjetivos do agressor que possam estar relacionados aos atos de violência praticados contra a parceira.

2 MÉTODO

2.1 Tipo de Pesquisa

A psicanálise continuará a existir enquanto puder ser reinventada dentro dela mesma.

(Fábio Herrmann)

Esta pesquisa é de cunho qualitativo que, de acordo com Minayo, é o método mais adequado para a compreensão “das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (2008, p. 57). Neste viés, Turato (2005) destaca que a pesquisa qualitativa se detém ao significado que o fenômeno tem para os sujeitos investigados.

Sendo assim, as pesquisas sociais e em saúde encontram no método qualitativo o subsídio necessário para compreender como os fenômenos são vivenciados e lançam a possibilidade de ir além da leitura objetiva dos dados coletados, desvelando conteúdos atinentes aos sujeitos implicados no processo. Turato (2005) explana acerca da relevância deste tipo de pesquisa ao aclarar a viabilidade de aplicação dos resultados obtidos a outros casos similares por meio da correlação do conteúdo.

Consoante com esses propósitos, esta pesquisa se calcou no método psicanalítico que, de acordo com Rosa e Domingues (2010), não precisa limitar-se ao *setting* clínico uma vez que a escuta psicanalítica é exequível em outros contextos. Neste sentido, Rosa (2004, p. 342) faz a seguinte referência:

[...] o inconsciente está presente como determinante nas mais variadas manifestações humanas, culturais e sociais. O sujeito do inconsciente está presente em todo enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o transcende. A escuta busca, na linguagem, a articulação da libido e do simbólico. Freud já diz isso desde o início de sua obra, quando, para distanciar-se do estritamente patológico, vai do estudo do sintoma e do sonho, e escreve uma **Psicopatologia da vida cotidiana**, mostrando o inconsciente presente nos acontecimentos da vida diária, nos

esquecimentos e chistes, presente, portanto, no diálogo comum (grifos da autora).

Herrmann (2004) também se refere à investigação em psicanálise como sendo possível em diversas circunstâncias, sendo que sua valoração advém da riqueza heurística e não da situação em que sucedeu a coleta de dados. Este autor esclarece que a utilização do método psicanalítico envolve um conjunto de relações humanas, na qual a “relação” é compreendida de uma forma mais abrangente, pois não diz respeito apenas às interações interpessoais, mas também a outros tipos de perspectivas, tais como: na relação existente entre uma obra literária e seu leitor, entre uma estrutura social e seus participantes etc. “Aplicar o método psicanalítico é fazer brotar, do estudo de algumas relações humanas, as estruturas profundas que as determinam” (HERRMANN, 1993, p. 134).

Para designar este tipo de manejo do método psicanalítico, Laplanche (1992) cunhou o termo psicanálise extramuros, o qual parte do pressuposto de que, tanto na análise clínica quanto na análise da cultura, o pensamento extramuros nunca se manifestou em segundo plano. A psicanálise desenvolvida fora dos limites do tratamento não figura de forma acessória, mas sim na direção dos fenômenos culturais. Portanto, fazer este movimento de dirigir-se para fora, tendo a psicanálise como uma lente especial para a observação dos fenômenos, requer essencialmente dois aspectos: o interpretativo – vinculado à teoria – e o real. Quanto a este último, o autor utiliza o termo real no sentido de refletir a psicanálise “não apenas como pensamento e como doutrina [...] A psicanálise é imenso movimento cultural e, neste sentido, é o conjunto da psicanálise que se dirige para fora-dos-muros” (LAPLANCHE, 1992, p. 12).

A teoria psicanalítica tem como um de seus postulados básicos a transferência que, de acordo com Laplanche e Pontalis (2001), refere-se ao “processo pelo qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos no quadro de um certo tipo de relação estabelecida com eles” (p. 514).

Para Caon (1997), a transferência prepondera tanto no tratamento quanto na situação psicanalítica de pesquisa, e a diferença surge no manejo empregado: enquanto na condição de cura ela deve ser diluída, no caso da pesquisa deve ser instrumentalizada a fim de resultar em uma produção metapsicológica. Para Iribarry (2003, p. 129), a transferência instrumentalizada:

[...] é o processo por meio do qual o pesquisador se dirige ao dado de pesquisa situado pelo texto dos colaboradores e relaciona seus achados com a literatura trabalhada e procura, além disso, elaborar impressões que reúnem as suas expectativas diante do problema de pesquisa e as impressões dos participantes que forneceram suas contribuições na forma de dados coletados. Esta técnica de análise dos dados se baseia em uma leitura dos textos, de onde o pesquisador retira subsídios para a composição do ensaio metapsicológico.

A psicanálise possui como objeto de estudo o inconsciente e, Herrmann (1993) destaca que o papel do pesquisador consiste em partir da singularidade do objeto e revelar a acepção psicanalítica oculta. Para tanto, avultou o conceito de inconsciente relativo – inconsciente da relação – para tornar possível a transformação do método psicanalítico em pesquisa. Ao elucidar esse conceito, Herrmann pontuou que, se o inconsciente é definido pela interpretação terapêutica, é primordial ponderar também que cada relação humana apresenta diversos níveis de determinação, onde cada nível pode revelar “estruturas determinantes de diferente profundidade”. Dito isto, “inconsciente relativo é o que é determinado pelo choque de diferentes representações em um nível dado” (1993, p. 137).

Portanto, a pesquisa ancorada na psicanálise implica na participação efetiva do psiquismo, não somente do pesquisando, mas também do pesquisador. Segundo Safra (1993), os desejos do investigador e do investigado integram o objeto.

Rosa e Domingues (2010) afirmam que o método psicanalítico parte do fenômeno ao conceito, cuja construção da explicação não ocorre de forma isolada, mas advém da escuta psicanalítica – ao qual não enfatiza a interpretação ou a teoria isoladamente, mas se fundamenta pela junção da teoria, prática e pesquisa.

A psicanálise não propõe, a priori, um saber que se aplique a todos os seres humanos. Mesmo que determinadas vivências sejam semelhantes entre alguns sujeitos, o psiquismo é estruturado de forma singular e se manifesta de acordo com as peculiaridades de seu contexto. Ainda assim, apesar da pesquisa psicanalítica se dedicar ao singular, Bleger (2003) assinalou que tal circunstância não impede a indicação de constantes gerais. Ou seja, o individual não exclui o geral e possibilita o estabelecimento de categorias de análise.

Sendo assim, o propósito desta pesquisa é compreender os conteúdos subjetivos do agressor que possam estar relacionados aos atos de violência

perpetrados contra a parceira, utilizando como referencial metodológico a psicanálise, que se apresenta como o aporte ideal para a compreensão deste fenômeno.

2.2 Local do estudo e sujeitos da pesquisa

As informações foram coletadas na cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, na sala de entrevista do PVHNPPS, que, somente no ano de 2015, recebeu 312 homens¹ para acompanhamento psicossocial. Dentro deste contingente, foram selecionados três sujeitos para participarem da pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida com homens que possuíam processo em tramitação, referente à lei 11.340/06, e que foram designados judicialmente à participação no Projeto Abraço (PA) que, em linhas gerais, realiza o acompanhamento psicossocial com agressores e vítimas, tendo como eixo principal encontros no formato de grupo de reflexão, ocorridos uma vez por semana, com duração de uma hora e meia. Este projeto, iniciado em 2011, é executado por três psicólogos, duas assistentes sociais, um juiz de direito e duas assessoras, e já atendeu mais de mil participantes desde o seu princípio. Conforme mencionado anteriormente, o encaminhamento é preponderantemente judicial, no qual é estipulado que o participante frequente dez reuniões. Nelas, são abordados os temas: história de vida, drogas e relacionamento, processos de mudança, aspectos jurídicos da Lei Maria da Penha, sexualidade e ciclo da violência. As atividades são conduzidas por um profissional que viabiliza um espaço de reflexão e escuta dos conteúdos manifestos pelos participantes.

Os critérios de inclusão na pesquisa foram:

- 1) Ter cometido ato de violência contra a mulher na qualidade de parceiro íntimo;
- 2) Demonstrar disponibilidade de falar sobre o tema e querer colaborar com a pesquisa.

¹ Dados disponibilizados pelos servidores do próprio setor em dezembro de 2016.

2.3 Procedimentos

Antes de iniciar a coleta de dados, ao final de algumas reuniões do grupo de reflexão masculino, foi realizada uma breve explicação acerca dos propósitos desta pesquisa e, em seguida, feito um convite aberto para todos aqueles que desejassem colaborar com este estudo.

Aqueles que se dispuserem a participar, foram individualmente orientados acerca dos critérios necessários para inclusão na pesquisa. Não entraram no rol de sujeitos da pesquisa aqueles que haviam cometido violência contra a mulher em uma relação de cunho não conjugal e os que não se identificavam como autores de violência.

Durante o período de coleta de dados, oito sujeitos se ofereceram para participar da pesquisa e desta fração, três contemplavam os critérios de inclusão. Para estes, foi apresentado um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), cujo teor elucida o objetivo e os principais protocolos da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas abertas e individuais, que permitiam que fossem realizados moderados direcionamentos a fim de abordar as informações essenciais para o objetivo do trabalho. No entanto, é importante destacar que foram preservados os preceitos fundamentais da psicanálise que prima pela livre associação por parte do interlocutor, bem como a atenção flutuante por parte daquele exerce a escuta.

A priori, não foi definido o número de entrevistas com cada sujeito, ficando como critério de encerramento esgotar os conteúdos pertinentes aos objetivos desta pesquisa. Desta forma, foram realizados entre quatro e seis encontros com cada colaborador, totalizando 15 entrevistas com duração aproximada de uma hora cada.

Ao final de cada encontro, realizou-se a anotação das informações com o intuito de estabelecer um eixo para a construção da análise dos dados. Segundo Nogueira (2004), a psicanálise impescinde do registro escrito uma vez que este é o material mais adequado para transpor os conteúdos que emergem na ocasião do atendimento. Ainda no que tange aos procedimentos de registro, argumentou que o uso de gravações não se faz adequado pois não é possível abranger todo o contexto em que as palavras são ditas. Nesses casos, ao proceder o diário de anotações, o mais viável é lançar mão da apresentação da construção realizada pelo colaborador

do que tentar descrever objetivamente um recorte por meio de transcrição do que foi falado.

2.4 Análise

Conforme mencionado anteriormente, após as entrevistas, foram realizadas anotações dos dados coletados e, a partir deste texto e dos demais conteúdos que emergiram – gestos, tom de voz, discurso verbal e não verbal – foram realizadas as interpretações que tiveram como base o aporte teórico da psicanálise. De acordo com Rosa e Domingues (2010, p. 186):

A escrita do caso vai além de uma apreensão circunstancial e momentânea do observado, pois envolve uma construção, a construção do caso metodológico, que transforma os registros daquilo que se apresenta como enigma em um relato, uma narrativa, uma experimentação e teorização de um campo.

O instrumento metodológico utilizado para realizar a análise dos dados foi a análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (2011). Este recurso permite que o pesquisador tenha autonomia de fazer recortes em qualquer conteúdo, seja ele científico, jornalístico, documental, ou outros, salientando ali as inferências percebidas. Neste contexto, a análise de conteúdo possibilitou focar as singularidades do agressor, o que reforça os méritos da abordagem psicanalítica que tem por primazia apontar os elementos subjetivos que dão o movimento inconsciente do fenômeno da violência conjugal. “A análise de conteúdo absolve e cauciona o investigador por essa atração pelo escondido, o latente, o aparente, o potencial do inédito (do não dito), e retido por qualquer mensagem” (BARDIN, 2011, p. 15).

2.5 Procedimentos éticos

Inicialmente a pesquisa foi apresentada ao juiz titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da comarca de Porto Velho (PVHJVM), a fim de prestar os esclarecimentos necessários acerca dos princípios norteadores deste trabalho e obter o consentimento para a execução da pesquisa. Posteriormente, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da

Fundação Universidade Federal de Rondônia (CEP/UNIR) e submetido à apreciação (Anexo A).

Todas as pesquisas que envolvem seres humanos, seja de forma direta ou indireta; individual ou coletivamente; englobando o manejo de informações ou materiais, são regulamentadas pelo Conselho Nacional de Saúde por meio da Resolução 466/2012 da CONEP. O referido documento versa acerca da necessidade de submissão de todos os projetos desta natureza aos Conselhos de Ética. De acordo com a CONEP, em linhas gerais, as pesquisas devem estar comprometidas com a ética; mostrar respeito à dignidade humana por meio da execução do projeto com consentimento livre e esclarecido dos participantes e desenvolvidas somente nos casos em que o risco justifique os benefícios esperados. Sendo assim, é necessário que os estudos sejam realizados com pessoas que possuam capacidade de autodeterminação e ofereça proteção àqueles que fizerem parte de grupos vulneráveis ou legalmente incapazes.

Desta forma, de acordo com a referida resolução, vulnerabilidade se refere às pessoas que por algum motivo tenham a sua aptidão de autodeterminação reduzida e incapacidade diz respeito àqueles que não tenham capacidade civil de dar seu consentimento livre e esclarecido. Em tempo, destaca-se que os sujeitos desta pesquisa são capazes, maiores e foram consultados quanto ao interesse em participarem como colaboradores e, posteriormente, convidados a assinar o termo de consentimento livre e esclarecido que engloba todas as informações pertinentes à pesquisa.

3 UM BREVE PANORAMA DA MASCULINIDADE

3.1 Algumas facetas da virilidade

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico é capaz de definir a forma que assume dentro da sociedade o macho humano; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o homem e o super-homem que chamamos viril.

(Jean Baubérot parafraseando Simone de Beauvoir)

Nas culturas ocidentais, o termo grego *andreía* representou por um longo período os atributos de um homem considerado “concluído”, o mais “perfeito” masculino. Este termo faz referência à guerra, bravura, dominação sexual, desenvoltura em combates e, estes atributos, caracterizam não somente o sexo varonil, mas conferem um *ranking* de valores àqueles que representam excelsamente o masculino (VIGARELLO, 2013).

Consoante a isso, Nolasco (2001) enfatiza a relação da palavra masculinidade com virilidade, energia, força e atividade, cujas características são reforçadas no processo de socialização dos meninos e transmitidas como valores de identidade. Este autor destaca ainda que essas insígnias masculinas são assentes nas culturas tradicionais, mais especificamente no sistema patriarcal:

O sistema patriarcal nasceu da necessidade de reorganização da atitude dos homens diante da terra (agricultura) e de outros grupos. Seu estudo apresenta a trajetória da ideia que inclui os homens como agentes de produção sexual e dos ganhos sociais promovidos por esta descoberta. A revelação sobre a participação dos homens na procriação humana transcende esta última e gera o modelo patriarcal como uma matriz simbólica de organização de cultura (2001, p. 67).

Segundo Badinter (1986), este sistema se manifestou ao longo da história com características mais severas ou atenuadas dependendo do contexto, porém, tendo sempre como base o direito de herança, a divisão sexual do trabalho e a utilização de sistemas de valores que coadunassem com o preceito de hierarquização dos sexos. É muito frequente as sociedades patriarcais utilizarem como fundamentação para a oposição homem/mulher as crenças religiosas. Por

exemplo, para os judaico-cristãos, Deus criou Adão e, a partir da costela deste, Eva foi gerada, cuja finalidade inicial era servir de companhia ao homem, uma vez que este demonstrava melancolia e solidão.

Badinter (1986) também sinalizou que o sistema patriarcal tinha como base a assimetria dos sexos, a compreensão da mulher como objeto e que demandava controle. Durante a Idade Média, os padres associavam o feminino à traição, à serpente e à maldade. Já os teólogos mulçumanos apontavam a mulher como perigosa, possuidora de grande apetite sexual e fonte de desordem, fazendo-se necessário, portanto, que o homem a dominasse.

Nesse sentido, a fim de descobrir as estruturas inconscientes responsáveis por tornar os sujeitos dotados de gênero, entre os anos de 1950 e 1960, Bourdieu (2012) realizou uma pesquisa que tratou da análise etnográfica das estruturas objetivas e das formas cognitivas da sociedade Cabília e destacou em suas observações que a divisão das coisas e atividades tinham como base o masculino e o feminino, tendo um como oposto do outro e tomando essas significações como organizações naturais.

Nolasco (2001) também destacou a forma como a sociedade se organiza a partir da premissa da excelência do desempenho masculino. Como exemplo, cita as características das culturas mediterrâneas, nas quais os homens possuem acentuado envolvimento com os “códigos de honra e reputação pessoal” (2001, p. 69), tornando-os mais agressivos, tanto nas conquistas quanto no comportamento sexual.

O autor citado acima destacou também o *modus vivendi* dos andaluzos que dispensam dedicação em evidenciar publicamente sua masculinidade, sendo expressada da seguinte forma: “‘você é muito homem; muito macho; muito homem mesmo’. Caso contrário ele é considerado ‘frouxo’, que literalmente significa ‘vazio’, ‘preguiçoso’ ou ‘mole’. Alguém que esqueceu de ser homem e que ‘como homem não serve para nada’” (NOLASCO, 2001, p. 7).

Para que sejam possíveis estas manifestações, é necessário que exista nesta sociedade a tendência de maior valorização das particularidades que são atribuídas ao masculino e, conseqüentemente, desvalorização ao que é compreendido como inerente ao feminino.

A associação do feminino e do masculino a determinadas características da mulher e do homem, refere-se ao reconhecimento de questões culturais,

imaginárias e simbólicas relacionadas à diferença sexual biológica, as quais, ao longo da história, sempre foi possível destacar a existência de representações e justificativas para a diferença homem/mulher.

3.2 O masculino como referência

Laqueur (2001), relata que o período ao qual compreendeu a Antiguidade Clássica até o século XVII, o homem era tido como referência quanto à anatomia humana. Os filósofos Aristóteles e Galeno foram os principais disseminadores da teoria de que a mulher seria uma versão menos perfeita do homem. Durante aproximadamente dois milênios, as diferenças entre homens e mulheres eram pensadas em grau de desenvolvimento, ou seja, existia apenas um sexo, o masculino, enquanto o feminino seria uma variante menos evoluída.

Ainda de acordo com Laqueur (2001), Aristóteles e Galeno postularam que homens e mulheres se distinguem não apenas fisicamente, mas também pelas funções que desempenhariam. Tais incumbências eram ordenadas e designadas pelos Cosmos, ao qual determinou a supremacia deles em relação a elas. Desta forma, homens são tomados como naturalmente fortes enquanto as mulheres como seres fracos. Portanto, é dever do homem a vida pública e a responsabilidade da mulher é zelar pelo lar.

Neste sentido, Laqueur (2001) afirma que, para a filosofia aristotélica, havia uma tendência a convencionar os papéis sexuais. Desta forma, conceitos que atualmente seriam pensados como “construções sociais com carga ideológica de gênero – como os homens são ativos e as mulheres passivas, os homens contribuem com a forma e as mulheres com a matéria para a geração – eram, para Aristóteles, fatos indubitáveis, verdades naturais” (p. 44). Sendo assim, prevalece no conceito de Aristóteles e Galeno, o preceito de que as diferenças entre os sexos apontam para o desenvolvimento maior do homem em relação à mulher.

Segundo Nunes (2008), a teoria psicanalítica da sexualidade também teve a influência do pressuposto de um único sexo como referência, na qual a sexualidade infantil era considerada como masculina para ambos os sexos e somente no período da puberdade passaria a existir distinção entre masculino e feminino. É possível observar estas ideias de Freud (1897/1989, p. 371) em suas correspondências com Fliess, mais precisamente na carta 75 a qual trata o clitóris

como zona genital masculina.

Contudo, a principal diferença entre os sexos emerge na época da puberdade, quando as meninas são acometidas por uma repugnância *sexual* não-neurótica, e os meninos, pela libido. Pois, nesse período, extingue-se nas adolescentes (total ou parcialmente) mais uma zona sexual, que persiste nos adolescentes masculinos. Estou-me referindo à zona genital masculina, à região do clitóris, na qual, durante a infância, tanto nas meninas quanto nos meninos, mostra-se concentrada a sensibilidade sexual.

Seguindo ainda a lógica falocêntrica, Freud (1905/1989, p. 183), em *Três ensaios sobre a sexualidade*, quando fala sobre o complexo de castração e a inveja que as meninas sentem por não possuir pênis, faz a seguinte observação:

A suposição de uma genitália idêntica (masculina) em todos os seres humanos é a primeira das notáveis e momentosas teorias sexuais infantis. Tem pouca serventia para a criança que a ciência biológica dê razão a seu preconceito e tenha de reconhecer o clitóris feminino como um autêntico substituto do pênis. Já a garotinha não incorre em semelhantes recusas ao avistar os genitais do menino, com sua conformação diferente. Está pronta a reconhecê-lo de imediato e é tomada pela inveja do pênis, que culmina no desejo de ser também um menino, tão importante em suas conseqüências.

Para Nunes (2008), este conceito é ainda ancorado na ordem do masculino, que traz o falo como modelo de perfeição e, por conseguinte, deixa para o feminino o legado da incompletude e imperfeição.

Freud (1905/1989) fala da dificuldade de utilizar os termos “masculino” e “feminino”, pois podem ser empregados pelo menos de três maneiras diferentes, isto é: o biológico, cuja caracterização ocorre pela presença de espermatozoides ou óvulos e de suas respectivas funções; o sentido sociológico, que se baseia na observação da manifestação do masculino e feminino como fruto de valores culturais e, por último, o sentido psicanalítico que compreende o par masculino e feminino como correspondentes de atividade e passividade. Esse autor enfatizou que tais características não estão atreladas ao sexo biológico e, portanto, tanto homens quanto mulheres apresentam a mescla desta dualidade.

Neste sentido, Freud (1905/1989, p. 206 e 207) postulou a versão do exercício pulsional como uma das diferenças entre masculino e feminino: “a libido é, regular e normativamente, de natureza masculina, quer ocorra no homem ou na

mulher”. Desta forma, esse autor esclarece que as noções de bissexualidade são decisivas para a compreensão das manifestações sexuais em homens e mulheres.

Com relação ao feminino, Poli (2007) relata que na teoria freudiana, equivaleria à posição de passividade pulsional ao lado da atividade de caráter masculino. O intento pela satisfação pulsional é de domínio da atividade, mesmo que o gozo ocorra na posição passiva pois, trata-se de uma passividade ativamente produzida. “Nesse sentido, a feminilidade seria uma produção secundária da libido, resultado da flexibilidade no percurso pulsional” (p. 32). Esta autora afirma ainda que, com relação à passividade, é característico da feminilidade voltar a agressão para si mesma, sendo assim, o masoquismo é fortemente vinculado ao feminino, embora os exemplos de masoquismo dados pelo Freud (1924/1989) sejam de homens, tais como o moral e o erógeno. Por outro lado, o masculino se expressa pela atividade e ocupa a posição de domínio, voltando sua agressão para o externo.

Segundo Nunes (2008), este seria outro pressuposto em que prepondera o falocentrismo, utilizando como base a concepção rousseauiana da diferença sexual, que versa acerca da distinção entre masculinidade e feminilidade a partir da hipótese de diferentes essências. Destacou ainda na teoria freudiana a concepção do desenvolvimento sexual feminino atrelado à passividade e ao masoquismo:

Em relação ao desenvolvimento da sexualidade feminina, Freud articula a ideia de que a assunção de uma identidade feminina seria correlata de uma “passivização” dos elementos ativos de sua sexualidade, o que tornaria o masoquismo uma possibilidade inscrita nesse processo (NUNES, 2008, p. 15).

Entretanto, Nunes (2008) sustenta que Freud apontará para a feminilidade como uma experiência primeva tanto para homens como para mulheres, uma vez que as primeiras experiências libidinais infantis estão ligadas aos cuidados recebidos pela mãe – alimento, asseio, carinho etc. Ou seja, meninos e meninas vivenciam de forma passiva este momento.

Para Badinter (1993), a possibilidade do amor primevo resultar em fixações e impelir o desejo de retornar à posição passiva não configuraria um problema para o homem se preocupar, caso não houvesse a expectativa da sociedade de que o sujeito do sexo masculino sempre assumisse um comportamento ativo. Sendo assim, tomando como base o falocentrismo, somente quando se assume uma postura ativa é que o homem pode ser considerado viril.

Portanto, a reminiscência do gozo passivo pode ser vivenciada como uma ameaça de exclusão da comunidade dos homens.

3.3 O paradigma da dominação masculina

Para Bourdieu (2012), a dominação masculina é aquela exercida pelo homem, de forma invisível e, portanto, inquestionável, legitimada pela ordem social e pela violência simbólica contida nesta dominação, a qual as mulheres sofrem sem que percebam:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção; a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com os momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (2012, p. 18).

Bourdieu (2012) esclarece que o poder simbólico só pode ser consumado por meio da convivência daqueles que são dominados, ou seja, neste caso, a mulher. Acrescenta ainda que o sistema de representações encontrado em Cabília é passível de analogias com outras sociedades uma vez que a sua teoria se assenta nas categorias binárias que, em sua compreensão, são universalmente aplicáveis. Esse tipo de categoria valoriza a virilidade e aquilo que é atribuído ao masculino, fazendo do homem heterossexual a norma e, em contrapartida, atribui um valor diminuto àquilo que é inerente ao feminino. Sendo assim, as construções sociais que tomam como base as diferenças sexuais evidenciam desigualdades e impingem hierarquias a partir de valores preestabelecidos.

Ao utilizar o exemplo da sociedade Cabília, Bourdieu fala sobre um modelo de visão e divisão das coisas a partir do masculino como referencial e busca compreender como este fenômeno está inscrito nos corpos e nos *habitus* de homens e mulheres ocidentais:

A divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo (e falso), seco/úmido, duro/mole, temperado/insosso, claro/escuro, fora (público)/dentro (privado) etc., que, para alguns, correspondem a movimentos do corpo (2012, p. 16).

Neste caso, a cultura era marcadamente um lugar de diferença sexual, o qual a parte frontal do corpo era correlacionada ao público, aquilo que é nobre corresponderia ao masculino; enquanto as costas, sem diferenciação sexual, passiva, escondida, era associada ao feminino. É no corpo que ocorre o primeiro contato com o mundo e é ele o depositário da luta pelo poder e da dominação masculina. Ainda de acordo com Bordieu (2012), a relação de poder utiliza como base os mecanismos da reprodução biológica para criar os imperativos das organizações simbólicas de trabalho, cujo resultado implica na supremacia do homem.

Foucault, no primeiro volume da obra *A história da sexualidade*, introduz alguns conceitos acerca do poder e dentre eles faz a seguinte referência:

[...] o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis; - que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de reconhecimentos, relações sexuais), mas lhes são imanentes; são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdade e desequilíbrios que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações [...] (1998, p. 90).

A violência simbólica está embasada na dominação exercida por um determinado grupo que, por meio de símbolos e representações, se apresenta como legítima. As relações de gênero em sua origem carregam acentuado elo com as conexões de poder e, como resultado, com a dominação.

Consoante a esta ideia, Haroche (2013) versa a respeito da dominação masculina como uma manifestação presente em grande parte da história das sociedades e atrelada à virilidade, força física, simbólica e de caráter. Destaca ainda que em diversos momentos, as sociedades democráticas ocidentais tentaram tornar

esta prevalência de poderes do homem mais visível, limitando alguns excessos e colocando em xeque comportamentos que convencionalmente eram vistos como “naturais”. Porém, mesmo empreendendo estes esforços, nunca foi possível extinguir definitivamente a desigualdade entre homens e mulheres.

Para compreender melhor a permanência da hegemonia masculina, a autora supramencionada propõe que sejam feitas reflexões acerca dos modos de vida, representações arcaicas e estados mentais já esquecidos, mas ainda possíveis de se calcular a origem. Dito isto, Haroche (2013) retoma o que ela julga ser o ponto central desta análise, a virilidade. A dominação viril não é exercida apenas por aqueles que são detentores de opulenta constituição corporal, basta que ele seja cognitivamente hábil e saiba se utilizar das aptidões físicas dos outros.

Esta dominação mental, a maneira como se constituiu, a forma capciosa de exercício, bem como os dispositivos de permanência auxiliam a compreender os meandros da luta histórica das mulheres por direitos iguais. Observa-se que a despeito das conquistas nos âmbitos jurídico e político, ainda são incipientes os progressos dos direitos sociais e econômicos. Apesar de terem sido promulgadas leis em favor da igualdade de gêneros, tais adventos vieram acompanhados de transformações das desigualdades, favorecendo aspectos dissimulados da dominação e, em virtude dessa sutileza, mais difíceis de serem detectados. No cotidiano, as mulheres continuam figurando como alvo da desigualdade, como exemplo, pode-se destacar os julgamentos de valores dirigidos a ambos os sexos: o homem, quando sério, é compreendido como alguém profundo, compenetrado; por outro lado, as mulheres, são tidas como presunçosas e soberbas. No âmbito das conquistas, os homens exercem legitimamente o poder, quando as mulheres obtêm êxito em seus objetivos, em muitos casos, são consideradas manipuladoras e ardilosas (HAROCHE, 2013).

Fundamentada na permanência de modelos de comportamento desvalorizadores e desqualificadores, as relações de dominação perduram por se utilizar de sutileza e persistência. Ainda que o Direito busque inibir algumas formas de desigualdade, outras assimetrias ainda permanecem. Neste sentido, Freud assinala da seguinte maneira:

A despeito de todos os esforços, esses empenhos da civilização até hoje não conseguiram muito. Espera-se impedir os excessos mais grosseiros da violência brutal por si mesma, supondo-se direito de

usar a violência contra os criminosos; no entanto, a lei não é capaz de deitar mão sobre as manifestações mais cautelosas e refinadas de agressividade humana (1930/1989, p. 134).

Exemplos de casos em que este preceito pode ser observado, são as incidências de violências físicas e psicológicas que, apesar de já existir legislação a respeito de ambos os temas, o primeiro tipo de violência citado é menos difícil de identificar, pois é mais frequente a possibilidade de apontar as provas de sua ocorrência; enquanto o segundo, devido à ausência de “materialidade”, ainda é muito laborioso e de complexa comprovação, tanto a prevalência quanto os efeitos provocados.

Dando prosseguimento à gênese da dominação masculina, Haroche (2013) descreve o importante papel que a família desempenha na transmissão desses valores. Com base nas análises do estudioso alemão Theweleit, a autora destaca que a maneira como alicerçavam a mentalidade dos filhos, na família burguesa patriarcal, favorecia a concepção de um modelo de mãe ao qual se poderia “capturar as energias no trabalho, o lucro, a rentabilidade (atualmente decuplicadas), determinando, para além da relação única com a mãe, a relação com as mulheres de um modo geral” (p. 27). Enfatiza ainda que é a família que zela pelo ordenamento da personalidade com base na submissão à autoridade; assim, fica outorgado ao pai de forma genuína o poder sobre o núcleo familiar, chancelado juridicamente pela assimetria econômica e de força física.

Nesse contexto, o desenvolvimento do sujeito masculino se alicerça na identificação com o pai, o qual é depositário do referencial de virilidade, reforçado pela aceitação materna dessa autoridade patriarcal e, esta junção de elementos, contribui para a exaltação da força e desprezo da fraqueza (HAROCHE, 2013). Ao homem cabe o imperativo da potência e, por serem considerados “naturalmente” viris, recai sobre eles constantemente a responsabilidade de não demonstrarem fragilidade.

A partir deste raciocínio, Haroche (2013) enfatiza que um dos vieses da dominação masculina perpassa pela capacidade do homem vencer a própria impotência. Para tanto, muitos sujeitos recorrem à vulnerabilização de outrem para afirmar sua onipotência, incorrendo, em algumas circunstâncias, aos mais variados tipos de violência.

3.4 A crise do masculino

Badinter (1993) questiona qual a essência do macho humano. Sinaliza também a tendência da sociedade em não considerar a inconstância da realidade ao tentar buscar princípios culturais que definam o masculino e sejam capazes de perdurar imutáveis ao longo do tempo. Argumenta ainda que esses preceitos constantemente são colocados à prova, uma vez que o nosso cotidiano parece sempre colocar a masculinidade como um objetivo a ser alcançado, e não como uma característica natural. Neste sentido, refere-se da seguinte forma:

Ser homem se diz mais no imperativo do que no indicativo. A ordem “seja homem”, tão frequentemente ouvida, implica que isso não é tão evidente e que a virilidade não é, na melhor das hipóteses, que a posse de um cromossomo Y ou de órgãos sexuais masculinos não basta para definir o macho humano (BADINTER, 1993, p. 3).

A masculinidade é paulatinamente conquistada, um vir a ser cujo preço a ser pago oferece indicativos de que este caminho requer investimentos e constantemente são exigidas provas para honrar o título de *verdadeiro homem*. Neste tocante, entendendo o ideal de homem como algo fabricado, frequentemente observa-se alguns sujeitos que apresentam falhas nesta maquinaria viril, tendo como consequência os sentimentos de inadequação e frustração (HAROCHE, 2013; KALIFA, 2013; BADINTER, 1993).

Ainda de acordo com Badinter (1993), acrescenta-se a esta guisa de sofrimento psíquico mais um fator: atualmente os pontos de referência entendidos como exclusivamente masculinos estão enfraquecendo. Sendo assim, o que antes era reduto exclusivamente masculino, hoje é espaço comum das mulheres e novos papéis estão sendo exigidos dos homens. Ou seja, há algumas décadas vem se desenhando um cenário no qual não há mais um espaço delineado para o homem e, com isso, é desencadeada uma crise de identidade masculina.

Badinter (1986) pondera a respeito de alguns movimentos que ao longo da história foram decisivos para o engendramento destas mudanças, sendo que um deles foi o declínio do patriarcalismo. Esclarece ainda que os fatores que estiveram envolvidos no enfraquecimento deste sistema são: a laicização do Estado, entre os

séculos XVII e XIX, e a Revolução Francesa, cujos ideais se pautavam na igualdade, fraternidade e liberdade.

Em um outro momento, já no século XX, após a Segunda Guerra, intensificaram-se os questionamentos acerca das ideias que incitavam o racismo e a discriminação de um modo geral. Com isso, favoreceu-se a emergência de valores humanistas, os quais prezavam pelo respeito mútuo e negavam a sobreposição de determinados grupos em relação a outros.

Foi nesse panorama que a emancipação feminina ganhou força, juntamente com o advento de métodos anticoncepcionais e a quebra da equivalência dos papéis de mulher e mãe. De acordo com Kehl (1996) e Roudinesco (2003), Freud contribuiu sobremaneira para a emancipação feminina uma vez que a teoria psicanalítica colaborou para discussão e elucidação dos fatores que poderiam controlar e gerar o cotidiano da sexualidade.

Já no cenário da violência conjugal, desde o século XIX, já se delineava uma maior sensibilização com relação à situação da mulher, uma intolerância aos atos ofensivos associados à virilidade e, conseqüentemente, a perda da legitimação do exercício da violência masculina. Nesse período, também surgiram leis para promover a equidade das relações de gênero, tais como: o direito ao voto e a substituição do termo *pátrio poder* por *poder familiar* (VIRGILI, 2013).

Foi nesse contexto que a mulher passou a não só lutar para alcançar direitos iguais aos do homem, mas também começou a reivindicar que este assumisse deveres iguais aos delas. Em um século, a dominação masculina, mesmo que ainda presente, passou por consideráveis atenuações em diversos aspectos. A autopercepção das mulheres e dos homens também passou por profundas transformações. “O cuidado e a educação das crianças, o engajamento e o poder político, os estudos [...] a polícia, o trabalho assalariado, o esporte, todos esses domínios muito fortemente clivados entre gêneros, perderam a sua exclusividade” (VIRGILI, 2013, p. 107).

Para Badinter (1993) masculinidade e feminilidade possuem conceitos relacionais. Mesmo que macho e fêmea tenham características universais, para compreender a construção social de um é necessária a correlação com o outro. Dessa forma, “a masculinidade, atributo do homem, é relativa e reativa. Tanto que, quando a feminilidade muda – em geral, quando as mulheres querem redefinir sua identidade –, a masculinidade se desestabiliza” (BADINTER, 1993, p. 11).

Kehl (1996) esclarece que a mobilização cultural das últimas décadas tem aproximado o masculino e o feminino a ponto de a fronteira entre ambos ser quase inexistente. Porém, por esta diferença ser mínima, o risco de intolerância aumenta como uma estratégia de ainda delimitar alguma discriminação de insígnias de cada um.

No caso de mulheres e homens, aparentemente estes últimos são os que sentem maior dificuldade com essa aproximação de territórios, pois para as fêmeas, a conquista de atributos que antes eram exclusivamente masculinos, soa como conquista de direitos ao passo que, para os machos, a feminização é sentida como uma perda e possível ameaça de lidar com o vazio.

Sob o ponto de vista do feminismo, Scott (1995) analisa o gênero como construção social, ou seja, seria a concepção subjetiva da sociedade acerca dos papéis adequados a serem exercidos por homens e mulheres. Essa autora versa o gênero em dois aspectos, sendo eles:

O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e (2) o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas [...] (1995, p. 86).

Scott (1995) traz à tona a reflexão do caráter rígido que esses papéis adquirem e o perigo que a inflexibilidade de noção desses conceitos pode trazer para as relações. Partindo desse pressuposto, é possível destacar que a cristalização das posições do feminino e do masculino propicia uma postura de intolerância e, em casos extremos, resulta em comportamentos agressivos advindos da não aceitação da realidade vivenciada.

Com base nestas observações, destaca-se a existência de expectativa de alguns comportamentos como próprios do masculino e outros do feminino. Esses valores são usualmente calcados em ideias de que ao homem é inerente a ação e a transgressão, enquanto para a mulher se espera o recatamento e a submissão.

Por outro lado, Muszkat (2011b) aborda que, além dos inúmeros prejuízos que a hegemonia masculina trouxe para as mulheres, é possível evidenciar que

essa rigidez de papéis que privilegia o androcentrismo acaba por gerar uma grande tensão nos homens, ao passo que eles são implicitamente obrigados pela sociedade a serem os principais responsáveis pelo provimento da família, liderança e desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, Bourdieu (2012, p. 63) evidencia que:

Se as mulheres, submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, a negá-las, fazem a aprendizagem das virtudes negativas da abnegação, da resignação e do silêncio, os homens também estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas, da representação dominante.

Sendo assim, os homens encontram-se constantemente em situações de prova de sua virilidade e, uma vez que não seja possível corresponder a esta expectativa, é muito comum o sentimento de frustração que, em alguns casos, precede o caminho da violência como alternativa de resolução das tensões. Assim, ao infligir violência ao par conjugal, o principal foco parece ir além da dominação do outro, seria uma autoafirmação por parte do agressor:

Mais do que o exercício da dominação masculina, a violência em relação às mulheres manifestaria a inquietação de alguns homens por não poderem exercer essa dominação, e se dirige mais ao 'si masculino' e aos outros homens do que às mulheres (VIRGILI, 2013, p. 97).

Este autor destaca que alguns componentes são cruciais para as angústias masculinas e a sexualidade figura como uma das principais. Em seu trabalho, destacou diversos exemplos de casais com incidência de desajustes sexuais que resultavam em desarranjos familiares e, em casos extremos, arroubos de violência. Independente da fonte da perturbação sexual, para aqueles que não vivenciam adequadamente estas frustrações, pode ressoar para a masculinidade como uma negação da virilidade e, portanto, uma interdição do prazer que pode ser interpretada como uma castração.

Outro aspecto evidenciado é a questão da separação conjugal que, a princípio, configuraria uma solução pacífica para relações em que predominavam conturbações. No entanto, em algumas circunstâncias, a opção pelo divórcio desencadeava reações ainda mais violentas, chegando a situações extremas como o homicídio. A denominação de crime passional acabava atribuindo ao ato de violência extrema uma certa ideia de romantismo, atenuando o desfecho de uma

relação que, na maioria das vezes, foi marcada por medo, ameaças, humilhações e agressões. Neste sentido, a ideia propagada era de que o crime por ciúmes era de alguma forma justificado pelo pressuposto de que a mulher era propriedade do marido. “Quaisquer que fossem as trajetórias que tenham precedido o drama, a perspectiva de perder aquela que se pensava possuir funciona como uma negação do poder, da autoridade e da virilidade onipotente” (VIRGILI, 2013, p. 101).

Atualmente, as violências masculinas estão cada vez mais desaprovadas e com dispositivos punitivos mais rígidos. No entanto, Virgili (2013) salienta que, indo na contramão destes mecanismos de coibição, parece que as violências conjugais persistem, contudo, apresentando outros aspectos como pano de fundo e, um deles, seria a crise identitária. Para esse autor, os homens estão desestabilizados com as transfigurações das relações de gênero aos quais, o uso da violência, os deixa ansiosos em relação à própria identidade. É como se o homem estivesse negando sua expressão fora de uma relação de dominação, cuja mulher moderna, cada vez mais, pretende se subtrair.

Os homens, por muito tempo, violentaram as mulheres não pelas mesmas razões em que incorriam em outros atos de agressão, mas simplesmente porque achavam que era normal e inerente à condição de homem. As campanhas de informações se multiplicaram, bem como os espaços de discussões desse tema; a maneira de ver e as formas de resolver mudaram. Desde 2006, o cônjuge agressor pode ser afastado do lar por determinação judicial. Adentramos a esfera de uma violência não mais habitual, mas sim prevenida, debatida e responsabilizada (VIRGILI, 2013).

Tal mudança de aspectos culturais e civilizatórios carrega consigo uma redefinição nas relações de gênero e, em especial, a posição ocupada pelo homem. Desta forma, estamos em plena adaptação às significativas mudanças ocorridas e, porque não dizer, com homens receosos por terem seus espaços desfeitos e rearranjados.

Segundo Virgili (2013), existem dois principais eixos teóricos que discutem a questão da violência masculina. A primeira corrente visa a discutir concepções subjetivas dos sujeitos implicados na análise, bem como as atribuições vivenciadas ao longo de suas trajetórias. A segunda prioriza o contexto social e a herança da dominação masculina. Ainda que cada disciplina privilegie o seu território - dos aspectos pessoais ou do contexto social - é fundamental considerar a

confluência dessas duas perspectivas, pois ambas incidem uma na outra imprimindo consideráveis interferências.

4 A FUNÇÃO DO PAI NA PSICANÁLISE

O Pai não tem Nome próprio. Não é uma figura, é uma função. O pai tem tantos nomes quantos suportes tem a função. Sua função? A função religiosa por excelência, a de ligar. O quê? O significante e o significado, a Lei e o desejo, o pensamento e o corpo. Em suma, o simbólico e o imaginário.

(Jacques-Alain Miller)

Mezan (2006) esclarece que a psicanálise freudiana repousa em três principais esferas, sendo elas: “a psicopatologia, o estudo das formações culturais e autoanálise” (p. 294). Desta forma, Freud, ao desenvolver o conceito de pai em sua teoria, buscou transpor os aspectos biológicos e compreender sua participação na origem dos processos psíquicos, bem como sua implicação na cultura social. Nessa proposta, este teórico buscou ir além da transmissão genética para conceituar pai e mãe e realçar a relevante função de estruturação da personalidade que esses desempenham. Portanto, a função do pai passa a dar indícios de seu exercício a partir da íntima ligação com a Lei, condição *sine quo non* para a inserção do sujeito no simbólico. Neste sentido, Mezan faz a seguinte consideração acerca da figura do pai:

Na ambivalência dos sentimentos edipianos, ele reconhecerá os contornos decisivos da figura do pai, não mais apenas como sedutor ou objeto da fantasia, mas como elemento central da constituição do psiquismo humano. Isso porque, a partir das críticas de Adler e de sua própria experiência clínica, é levantada uma questão que não pode ser eludida: a da *socialização da psique*, isto é, o processo pelo qual o homem se humaniza, convertendo-se de um apêndice do corpo materno num indivíduo social, capaz de conviver com outros indivíduos sociais (2006, p. 297).

Foram vários os momentos em sua obra que Freud versou acerca da função do pai e, um dos principais marcos foi o desenvolvimento da teoria do complexo de Édipo. Para uma compreensão da importância desse conceito na questão do pai, é necessário que antes seja esclarecido o abandono da tese da sedução paterna.

Mezan (1988), destaca que, em 1897 em carta para Fliess, Freud anunciou que não confiava mais na sua *neurótica*. Até então, suas análises

apontavam para atos perversos por parte dos pais de suas pacientes histéricas pois ainda não havia a percepção de que o inconsciente não realiza distinção do que é realidade e ficção afetivamente investida.

Diversos motivos levaram Freud a desconfiar de sua teoria da sedução. O primeiro deles a ser observado foram os fracassos na clínica. Outro motivo foi a descrença na possibilidade de uma quantidade tão extensa de atentados sexuais cometidos pelos pais contra as crianças que justificassem o exorbitante número de neuróticos existentes no mundo. Por fim, considerando que no inconsciente não existem signos de realidade, as cenas de sedução ocorridas na infância, relatadas pelas pacientes, poderiam não ter efetivamente ocorrido, mas ter sido uma criação, uma fantasia que repercutiu emocionalmente como um fato vivenciado na realidade concreta. Após o abandono da tese da sedução paterna como origem do traumatismo infantil, passou-se a ter como referência não mais a sedução determinada pelo adulto, fato que contribuiu para avanços nos estudos das fantasias e desejos infantis, levando Freud à descoberta da sexualidade na criança e dando início ao percurso para a estruturação do complexo de Édipo (MEZAN, 1988; MIGUELEZ, 2012).

Freud, ao utilizar como referência a tragédia de Sófocles, Édipo Rei, fundamentou sua teoria no desejo inconsciente da criança pelos seus pais. Para o autor, a primeira escolha amorosa dos meninos é a mãe, o que os levariam a rivalizarem com o genitor do mesmo sexo e, conseqüentemente, desejar a morte dele. Desta forma, Freud (1900/1989, p. 253) faz a seguinte consideração:

Quanto mais irrestrita era a autoridade paterna na família antiga, mais precisava o filho, como seu sucessor predestinado, descobrir-se na posição de um inimigo, e mais impaciente devia ficar para tornar-se chefe, ele próprio, através da morte do pai. Mesmo em nossas famílias de classe média, os pais se inclinam, via de regra, a recusar a seus filhos a independência e os meios necessários para obtê-la, fomentando assim o crescimento do germe de hostilidade que é inerente à relação entre eles. Os médicos se acham frequentemente em condição de notar como a tristeza de um filho pela morte de um pai não consegue suprimir sua satisfação por ter finalmente conquistado sua liberdade.

A teorização da questão do complexo de Édipo foi ensejada a fim de substituir a teoria da cena de sedução no neurótico. Em outras palavras, o referido complexo viabiliza a compreensão do pai como formação do inconsciente, mais

especificamente no sujeito neurótico, sendo este advento necessário para a introjeção do pai como retorno do recalçado.

Freud (1921/1989, p. 163), no texto *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, assinala que cada sujeito é:

[...] parte componente de numerosos grupos, acha-se ligado por vínculos de identificação em muitos sentidos e construiu seu ideal do ego segundo os modelos mais variados. Cada indivíduo, portanto, partilha de numerosas mentes grupais – as de sua raça, credo, nacionalidade, etc.”.

Apesar da relevante influência grupal, Freud sinalizou também que: à medida que o sujeito apresentava sua independência, mostrava também suas marcas de originalidade. Ou seja, a subjetividade é constituída a partir da relação entre a natureza e a cultura, tendo como fundamento a ligação indivíduo-civilização.

Para o processo de internalização da cultura e socialização do homem, é necessário que o sujeito gradativamente se aproprie da realidade que o cerca e partilhe de símbolos culturais que possibilitem compreender e ser compreendido pelo mundo. Essas trocas comumente ocorrem com o intermédio de algumas instituições sociais, tais como: a família, escola, Estado, etc. Desta forma, a “civilização” é o arranjo de ordenamentos e leis que nos separam dos nossos ancestrais primitivos (FORBES, 2012).

Porém, para que o sujeito viva em sociedade, ele precisará pagar o preço de recalcar suas pulsões e abrir mão de parte de seus anseios em nome do amparo da convivência social. A respeito disso, Freud (1930/1989, p. 137) argumenta da seguinte maneira:

Se a civilização impõe sacrifícios tão grandes, não apenas à sexualidade do homem, mas também à sua agressividade, podemos compreender melhor porque lhe é difícil ser feliz nessa civilização. Na realidade, o homem primitivo se achava em situação melhor, sem conhecer restrições de instinto. Em contrapartida, suas perspectivas de desfrutar dessa felicidade, por qualquer período de tempo, eram muito tênues. O homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança.

Essas negociações e aprendizados que fundamentam a convivência em sociedade iniciam nos primórdios da vida do sujeito. Com base nas estruturas da

personalidade, destaca-se o papel fundamental da constituição do superego no processo de socialização dos indivíduos.

O superego é a última instância a ser desenvolvida e sua consolidação ocorre por meio da atuação da figura do pai. Em outras palavras, o complexo de Édipo, do qual o superego é herdeiro, tem início na ligação simbiótica entre a mãe e o bebê. Para que haja um corte nessa relação, faz-se necessário que a figura do pai realize a castração, representando assim as exigências da sociedade e da cultura.

Os pais da criança, e especialmente o pai, eram percebidos como obstáculo a uma realização dos desejos edipianos, de maneira que o ego infantil fortificou-se para execução da repressão erguendo esse mesmo obstáculo dentro de si próprio. Para realizar isso, tomou emprestado, por assim dizer, força ao pai, e este empréstimo constituiu um ato extraordinariamente momentoso. O superego retém o caráter do pai, enquanto que quanto mais poderoso o complexo de Édipo e mais rapidamente sucumbir à repressão (sob a influência da autoridade, do ensino religioso, da educação escolar e da leitura), mais severa será posteriormente a dominação do superego sobre o ego, sob forma de consciência (coscience) ou, talvez, de um sentimento inconsciente de culpa (FREUD, 1923/1989, p. 49).

Freud (1923/1989) esclarece que o superego é resultado do sentimento de desamparo e dependência remanescentes da infância. Ao exercer a sua função de proteção do ego, o superego reprime não somente o que é mau, mas também aquilo que pode representar algo extremamente desejável e prazeroso. Desta forma, conforme mencionado anteriormente, o sujeito se submete a abdicar de uma parcela de seu gozo em função da dependência das pessoas pelas quais possui vinculação afetiva e pelo temor da perda do amor dessas. É a partir da aquisição do superego que a vida em civilização se torna possível, esta é a instância que se constitui pela “interiorização das exigências e das interdições parentais” (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, p. 498).

Há duas etapas importantes de serem sinalizadas na teoria freudiana que diz respeito à estruturação do superego. Num primeiro momento, o superego utiliza-se da autoridade parental para dar ritmo ao desenvolvimento infantil, fazendo uso da alternância de demonstrações de afeto e aplicação de punições, engendradoras de angústia. O segundo tempo é marcado pela renúncia à satisfação edipiana por parte da criança, haja vista que as proibições externas já foram internalizadas. Nesta etapa, o superego substitui a autoridade parental por meio de identificação. Vale

destacar ainda que o superego se constitui a partir do superego dos pais. Ou seja, a transmissão dos valores e tradições ocorre por intermédio dos superegos das gerações anteriores para as posteriores (ROUDINESCO e PLON, 1998).

No que tange às renúncias ensejadas pelo superego, Freud (1930/1989, p. 152) destaca como produto a angústia e o sentimento de culpa, pois, para ele, estes seriam os propulsores para a constituição da consciência:

[...] a consciência (ou, de modo mais correto, a angústia que depois se torna consciência) é, na verdade, a causa da renúncia instintiva, mas que, posteriormente, o relacionamento se inverte. Toda renúncia ao instinto torna-se agora uma fonte dinâmica de consciência, e cada nova renúncia aumenta a severidade e a intolerância desta última. Se pudéssemos colocar isso mais em harmonia com o que já sabemos sobre a história da origem da consciência, ficaríamos tentados a defender a afirmativa paradoxal de que a consciência é o resultado da renúncia instintiva, ou que a renúncia instintiva (imposta a nós de fora) cria a consciência, a qual, então, exige mais renúncias instintivas.

Quanto à vida em civilização, Freud (1913/1989) no artigo *Totem e Tabu*, explora a gênese da cultura, da moral e da religião utilizando como referência os sistemas totêmicos antigos de uma tribo aborígine da Austrália, onde os homens viviam em hordas sob o controle de um representante que detinha todo o poder, o qual era predominantemente caracterizado pela violência, pelo ciúme e detinha o direito sob todas as mulheres do grupo.

Vitale (2010) esclarece que neste texto de Freud, o mito do pai primordial possui uma representação traumática, de busca pela satisfação absoluta, gozo pleno. O mito narra a história de um ato fundador, no qual os filhos se unem, assassinam o pai e, em seguida, o devoram em um banquete totêmico, introjetando e assumindo a representação da lei. “O pai morto e idealizado pela frataria torna-se a lei enquanto representação. Nos textos freudianos, ‘a lei do pai’ atravessa, todavia, a figura dele para se constituir em metáfora (figura da figura), o pai simbólico.” (p. 301).

Sendo assim, Mezan (2006) destaca que a relação do pai morto e a emergência do sujeito, em síntese, seria o fator primordial para a compreensão do sujeito como ser limitado, pois com a morte do *Pai* não houve a liberação para a satisfação pulsional, ao contrário, a interdição foi intensificada na medida em que os filhos se sentiam culpados pelo assassinato.

O violento pai primevo fora sem dúvida o temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos: e, pelo ato de devorá-lo, realizavam a identificação com ele, cada um deles adquirindo uma parte de sua força. A refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria assim uma repetição, e uma comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e da religião (FREUD, 1914/1989, p. 170).

Senna et al. (2010) destacam que com o assassinato do pai, não ocorre somente a eliminação deste, mas também há o processo de identificação. Ou seja, apesar de haver hostilidade, também há amor – *totem* representa o pai e *tabus* as proibições. Com a união de todos para matar o pai, cada um recebe sua marca sem, contudo, encarná-lo. Sendo assim, a proibição assume a função de proteção e instaura a castração. A Lei surge somente após o remorso do assassinato do pai, momento em que se unem para a construção de um pacto, o qual proíbe o incesto e o assassinato. Em outras palavras, é a partir deste pacto que nasce a “ética, a religião, a organização social; em suma, a cultura” (MIGUELEZ, 2012, p. 21).

Em outro momento da teoria freudiana, no artigo *Moisés e o monoteísmo*, utilizando como base a história bíblica do referido profeta, Freud (1939/1989, p. 24) interpreta a origem de Moisés como mais um dos marcos da intervenção da figura paterna no desenvolvimento do sujeito:

O abandono num cesto é uma representação simbólica inequívoca do nascimento: cesto é o útero, e a água, o líquido amniótico. O relacionamento genitor-criança é representado, em incontáveis sonhos, por tirar para fora das águas ou delas salvar.

Neste viés, Senna et al. (2010) lembram que, para a criança sair da relação estritamente materna, é necessário assimilar a ideia de um estrangeiro pois é este lugar do terceiro que configura o desejo para além da criança no psiquismo materno. Esse é o momento que ocorre a operação da separação mãe e bebê e é designada a estrutura da personalidade.

Ainda neste texto, Freud (1939/1989, p. 140) destaca outra função desempenhada pelo pai no processo de estruturação do sujeito, ao relatar a proibição de Moisés de representar Deus em imagens. Tal interdição desempenhou

um avanço significativo para a capacidade de simbolização do homem tendo em vista a exigência de abrir mão das representações sensoriais:

Um avanço em intelectualidade consiste em decidir contra a percepção sensorial direta, em favor do que é conhecido como processos intelectuais superiores – isto é, lembranças, reflexões e inferências.

Porém, Freud (1930/1989), a despeito de todos esses sinalizadores para o processo de hominização, destaca que o ser humano é inimigo da civilização pois, em essência, prefere o prazer e a constante satisfação de seus desejos. Sendo assim, conforme mencionado anteriormente, se para conviver em civilização é necessário recalcar parte da satisfação, os sujeitos passam a viver sob a ordem do conflito entre o princípio de prazer e o princípio de realidade. Tal oposição gerará sintomas e fantasias que, dependendo das idiosincrasias individuais, poderão desencadear a paralisação, em função do mal-estar, ou o desenvolvimento humano e o consecutivo progresso da vida em civilização.

Para Lacan (1998, p. 97)), a constituição do sujeito se circunscreve em dois importantes momentos. O primeiro deles foi chamado de *Estádio do Espelho*, no qual o bebê, sobretudo durante a amamentação, ao ver sua imagem refletida no olhar da mãe, se reconhece, compreende sua unidade enquanto ser e deixa a percepção de esquema corporal desfragmentado que até então possuía de si. Em outras palavras, trata-se de um processo de transmutação resultante da identificação da própria imagem. Portanto, marca o momento de inserção no Imaginário e viabiliza a introdução do outro. Nas palavras deste autor:

A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de *infans* parecer-nos-á pois manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito.

O segundo momento é assinalado pelo surgimento da linguagem. Segundo Lacan (1998), antes mesmo de nascer, a criança já é falada e possui um espaço no desejo inconsciente dos pais. De acordo com Rego (2010), ainda no que diz respeito à linguagem, a mãe serve de primeiro suporte para criança ao oferecer

significados para o seu choro. “A constituição do sujeito dependeria da inserção deste ‘ser de necessidade’ no quadro da linguagem, na medida em que o sujeito é um efeito da cadeia de significantes” (p. 34).

Rego (2010) acrescenta ainda que a inscrição do sujeito na ordem cultural – crenças, formas de pensar, valores, etc. – ocorre após um extenso processo de assimilação de rituais, aquisição de adereços adequados e apreensão de uma forma de comunicação que viabilize o convívio em sociedade, bem como a compreensão de suas regras de funcionamento e comportamento. Sendo assim, são necessários mecanismos que estruturam na criança este processo civilizatório, sendo que um dos principais é a chamada função paterna.

Para Lacan (1998), esta função tem origem nos preceitos freudianos, no entanto, amplia o seu espectro para um conceito mais denso que é o do Nome-do-Pai. Desta forma, a discussão perpassa o plano da “linguagem/discurso e da linguagem/inconsciente (Outro). O Nome-do-Pai emerge como o reconhecimento de uma função simbólica que instaura a Lei, opera por meio da linguagem e permite a estruturação da subjetividade” (VITALE, 2010, p. 302).

É na família que se adquirem as primeiras falas, é com o auxílio dela que ocorre a inserção no mundo sociocultural e, consecutivamente, ascende-se à ordem simbólica. Tal ordenação está relacionada também à localização da família na estrutura social. É por meio dos “recortes” de mundo realizados pela família que a criança interioriza e se apropria de seus primeiros conteúdos. Ao longo da vida ocorrem outras interiorizações que capacitarão a apreensão e adaptação aos novos papéis (VITALE, 2010).

A linguagem familiar, produto de conversações transmitidas de forma transgeracional, é responsável pela inscrição do Nome-do-Pai (o pai simbólico). Este constitui o elemento mediador fundamental para a inserção no simbólico. É importante destacar também que esse pai, para a psicanálise, não corresponde necessariamente ao pai encarnado. A existência de um genitor biológico não garante que este esteja legitimamente investido de seu poder de intermediador simbólico “que estrutura nosso ordenamento psíquico na qualidade de *sujeitos*” (DOR, 1991, p. 14). Para tanto, segundo Vitale (2010), o Nome-do-Pai precisa simbolizar a substituição do desejo da mãe, para a criança, por um nome. Sendo assim, “a função do pai no complexo de Édipo é ser significante que substitui o

primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno” (LACAN, 1999, p.180).

Segundo Lacan (1987a), na obra *A Família*, conforme mencionado anteriormente, é a função paterna que confronta o sujeito com a interdição; logo, ela é a responsável por apresentar-lhe a Lei. Na medida em que o pai se coloca como obstáculo para os desejos edipianos da criança, faz com que o sujeito se depare com os limites e regras e vá em busca de outros objetos. Desta forma, a construção da subjetividade só se torna possível com a introdução da interdição, uma vez que esta constitui a via de reconhecimento, disponível a cada sujeito, das próprias idiossincrasias; o outro, por também possuir suas singularidades, é diferente e a aceitação deste fato é indispensável para a convivência em civilização.

O necessário recalçamento das pulsões pelo progenitor do sexo oposto frustra a criança que, de acordo com Lacan (1987a), passa a adquirir uma certa percepção de que a situação lhe foi interdita, “tanto pelos sinais mais discretos e difusos que atraíam à sua sensibilidade as relações parentais como pelos casos intempestivos que se lhes desvelam” (p. 46).

A função paterna é uma função de autoridade, em especial, no que tange à relação mãe e filho ao se apresentar como um terceiro. Porém, é importante destacar que nenhum pai é detentor ou fundador da função simbólica a qual representa. Este constitui o seu vetor. Tal distinção remete ao distanciamento que existe entre paternidade e filiação. Este último, por se desenvolver prioritariamente num nível simbólico, torna-se preponderante à paternidade real (DOR, 1991, p. 15 e 16). Segundo este autor, não se trata de questionar as qualidades do pai real, mas sim delinear a percepção de que o pai simbólico é aquele que faz referência à Lei da proibição do incesto e prevalece sobre as demais regras concretas que regulamentam as relações e as trocas entre os sujeitos de uma mesma comunidade. Sendo assim, o pai simbólico é o detentor de uma Lei vinda de outro lugar, que não o pertence e, portanto, não pode se gabar de ser seu detentor. Neste sentido, Lacan (1995, p. 374) faz a seguinte referência:

Há o pai simbólico. Há o pai real. A experiência nos ensina que, na assunção da função sexual viril, é o pai real cuja presença desempenha papel essencial. Para que o complexo de castração seja pelo sujeito verdadeiramente vivido, é preciso que o pai real jogue verdadeiramente o jogo. É preciso que ele assuma sua função de pai castrador [...].

Portanto, para que ocorra a prescrição simbólica desta Lei, é necessária uma prévia negociação, num nível imaginário, entre os personagens familiares pai, mãe e filho, reunidos sob os auspícios da triangulação edipiana. Para que exista uma distinção nesta triangulação, é necessário que os protagonistas estejam submetidos a um quarto elemento: o falo. Este componente é o ponto nodal da função paterna, é o desejo pelo falo que irá permitir que um Pai real desempenhe a sua função simbólica.

Desta forma, ainda que não exista a figura de um homem real ocupando este posto, não significa que a função paterna deixará de existir, pois basta a inserção de um terceiro mediador na relação mãe e filho, que ofereça argumentos suficientes, para que haja a predominância de sua função legalizadora e estruturante (DOR, 1991). De acordo com este autor, estar no lugar de terceiro na relação significa atuar como objeto fálico que simboliza o representante da falta, ou seja, do desejo materno. O processo edipiano consiste na transmutação do Pai real em Pai simbólico, movimento fundamental e responsável pela formação da estrutura psíquica da criança.

Em síntese, as diferentes explanações formuladas por Lacan acerca da função paterna podem ser ordenadas em quatro eixos fundamentais, sendo eles: a compreensão de que a função paterna estabelece e norteia a influência do complexo de Édipo; a instituição da dialética edipiana carece da instância simbólica de um pai, porém, prescinde a exigência de um pai real; a ausência da instância simbólica da função paterna ao longo da dialética edipiana não implica necessariamente na carência do Pai real e, por último, a instância paterna pertencente ao complexo de Édipo é unicamente simbólica, pois é uma metáfora (DOR, 1991).

Em alguns casos, é possível observar a incidência de falha na constituição da função do pai. Dentre as diversas consequências deste fenômeno, está o comprometimento da capacidade do sujeito de sublimar suas pulsões. De acordo com Laplanche e Pontalis (2001), a concepção freudiana de sublimação diz respeito à habilidade humana de utilizar como elemento propulsor, para atividades socialmente aceitas e valorizadas, a força da pulsão sexual. Com relação a isso, Roudinesco e Plon (1998, p. 748) fazem a seguinte exposição:

Com a introdução da noção de narcisismo e a elaboração de sua

segunda tópica, Freud acrescentou à ideia de sublimação a de dessexualização. Assim, em *O ego e o id*, sublinhou que a energia do ego, como libido dessexualizada, é passível de ser deslocada para atividades não sexuais. Nesse sentido, a sublimação tornou-se dependente da dimensão narcísica do eu.

Birman (2010), com base nos estudos de Freud, destacou que, tanto os mais elevados feitos humanos quanto as atitudes mais vis, teriam como origem a mesma força, ou seja, os imperativos da sexualidade e do gozo. Desta forma, a partir de uma mesma raiz, é possível surgir diferentes ramificações “e até mesmo opostas, conduzindo ao que seria o mais torpe e o mais sublime da produção humana” (p. 533).

No que diz respeito à sexualidade, Freud (1905/1989) faz referência à possibilidade desta conduzir o sujeito a produções psíquicas contrárias, tendo o prazer como regulador. Segundo Birman (2010, p. 533):

Freud formulou o conceito de *pulsão* como uma exigência de trabalho que é imposta ao psíquico em decorrência de sua ligação com o corporal. Viria a ser, portanto, do imperativo da ação da pulsão sobre o psiquismo que adviria o mais torpe e o mais sublime na condição do sujeito, a que Freud aludiu inicialmente. Enfim, a pulsão seria então o tronco comum entre essas derivações opostas na produção do sujeito.

Desta forma, ainda de acordo com o autor referenciado acima, a pulsão possui como meta a obtenção de prazer, o que pode levar o sujeito desde o erotismo até a violência e atos de barbaridade. Entretanto, pode também resultar em produções sublimes, dependendo do destino que pulsão tomar.

A princípio, a sublimação foi compreendida como uma operação psíquica que tinha como função a deserotização da pulsão sexual, sem, contudo, perder o objeto de investimento pulsional, ao qual passaria de erótico para sublime. Sendo assim, erotizar e sublimar fariam contraposição à crueldade e à destrutividade. Em outras palavras, pretendia-se, ainda que de forma instável, o equilíbrio entre pulsão de vida e de morte. Posteriormente, a sublimação foi tratada com base na busca por objetos de investimento pulsional diferentes, com o intuito de viabilizar a pulsão de vida e a regularização da pulsão de morte. Em síntese, se em um primeiro momento a sublimação e a erotização estariam em polos opostos, posteriormente passariam a ser vistas atuando bem próximas, inscritas no mesmo polo psíquico, em prol da

pulsão de vida contra a de morte (BIRMAN, 2010).

Este mecanismo volta a ser destaque na teoria freudiana no artigo *O mal-estar na civilização* (1930/1989) como requisito para a organização civilizatória, momento em que a sublimação desponta como um fator singularmente notório do avanço cultural pois é ela que viabiliza “às atividades psíquicas superiores, científicas, artísticas ou ideológicas, o desempenho de um papel tão importante na vida civilizada” (p. 118). Ainda nesse texto, Freud assinala que a sublimação é reconhecida como uma das mais eficazes maneiras de alcançar a felicidade, destacando que atividade sublimatória possui sua função protetora vinculada ao aspecto assexual e associada com a cultura.

Mesmo a sublimação sendo uma das fontes para as atividades artísticas e intelectuais, Freud (1930/1989) também faz referência à sublimação como parte fundamental do processo de constituição moral do homem (GARCIA-ROZA, 2008). Desta forma, a sublimação é considerada como uma das melhores saídas para os conflitos dos seres humanos, tanto intra quanto interpessoais. Segundo Freud (1930/1989), considerando que a vida em civilização exige a renúncia de significativos instintos, é importante a reflexão de que essa frustração com a cultura prevaleça em muitos relacionamentos sociais e entre os sujeitos.

Contudo, caso tal perda não seja economicamente compensada, corre-se o risco de desencadeamento de graves consequências. Como exemplo, podem-se citar os atos de violência, os quais podem ser constituídos por pulsões não sublimadas, ou seja, são atuadas e não utilizam o recurso da palavra como mediador simbólico. Neste tocante, Birman (2010) destaca que muitos fenômenos ligados à violência e à crueldade denotam como as desordens psíquicas podem se manifestar preponderantemente no registro da ação e, com isso, conduzir pelas vias da passagem ao ato.

Ainda que a psicanálise não tenha desenvolvido uma definição para a violência, esta pode ser compreendida como um ato de transgressão à ordem estabelecida, seja ela no âmbito jurídico, moral e até mesmo simbólico, uma vez que é a partir da inserção deste último que ocorre a possibilidade do estabelecimento do estado de cultura entre os homens. Segundo Lacan (1999), essa quebra com o simbólico é contrária à civilização e ocorre em função de uma ruptura com o elemento que promoveria a pacificação, ou seja, que proporcionaria a dissipação da pulsão por meio da linguagem. Para este teórico, quando não há a possibilidade de

extravasar o gozo pela palavra, o que escapa a este dique é o que surge na forma de ato.

5 PASSAGEM AO ATO NA PSICANÁLISE

Independente do fato de que haja uma reordenação simbólica após o ato, este não perde em seu instante, seu núcleo real, como um encontro com o que, em si, não pode ser inscrito e que rompe com coordenadas simbólicas anteriores.

(Ronaldo Torres)

Passagem ao ato é uma concepção oriunda da psiquiatria e criminologia francesa a qual, usualmente, está relacionada aos casos de psicopatia – no entanto, também ocorre nas outras estruturas de personalidade – e faz alusão a contextos em que pensamentos ligados a conteúdos de violência e agressividade passam para a atuação na realidade concreta (TORRES, 2010).

Torres (2010) explica que Lacan ingressou na psiquiatria por meio da teorização do ato criminoso. Ele dedicou-se ao estudo do caso Aimée, que tentou assassinar a atriz Huguette Duflos. Como justificativa, a paciente alegou que era vítima de perseguições por parte da atriz e que esta figuraria um dos elementos envolvidos em uma rede de perseguidores que almejavam tomar seu filho. Logo após ser aprisionada, o delírio cessou e, como conclusão, Lacan destacou que não só seria possível o sujeito tornar-se responsável como seria de suma importância tal advento uma vez que a sanção penal humanizaria o ato. Isso decorreria do fato de que, por meio da punição, o ato disporia da possibilidade de se inscrever no universal da castração. “O ato é sempre um ato significativo, que permite ao sujeito transformar-se a posteriori” (ROUDINESCO e PLON, 1998, p. 6).

Complementa ainda Roudinesco e Plon (1998) que a passagem ao ato, para Lacan, faz referência a um *agir inconsciente* de um ato ao qual não foi possível simbolizar, desembocando o sujeito em uma situação de ruptura total e exacerbada alienação. Desta forma, haveria a identificação com um objeto excluído, que escapou ao quadro simbólico.

Retomando o caso Aimée, Lacan (1987b, p. 317) destacou que a chave para compreensão desse está na identificação de um de *ciclo de comportamentos*:

Ele se caracteriza por certas oscilações orgânicas gerais, ditas afetivas, por uma agitação motora, que conforme os casos é mais ou menos dirigida, por certas fantasias enfim, cuja intencionalidade

objetiva será, conforme os casos, mais ou menos adequada; quando uma experiência vital dada, ativa ou sofrida, determinou o equilíbrio afetivo, o repouso motor e o desvanecimento das fantasias representativas, dizemos por definição que o desejo foi saciado e que essa experiência era o *fim* e o *objeto* do desejo. Pouco nos importa que as fantasias estivessem conformes ou não à imagem desse objeto, ou seja, que o desejo tivesse sido consciente ou inconsciente. O próprio conceito do *inconsciente* responde a essa determinação puramente *Objetiva* do fim do desejo (grifos do autor).

O cenário da psicose apresentado nesta situação é constituído por um ciclo de comportamentos que, caso sejam analisados de forma isolada, não haverá sentido ou explicação. No entanto, as etapas de acontecimentos possuem um ordenamento e desenvolvimento correlato ao referido ciclo, sendo que o fim aparentou ter sido a sanção sofrida pelo sujeito e “seu valor especificamente social não permite designar por outro termo senão o de *punição*” (LACAN, 1987b, p. 318). Segundo Torres (2010), independente de uma reordenação simbólica após o ato, este não deixa seu núcleo real, fazendo confluência com o que, em si, não viabiliza ser inscrito, distanciando-se da prévia direção simbólica estabelecida.

Lacan (2005), ao teorizar a passagem ao ato, faz menção ao caso de uma homossexual atendida por Freud. Em síntese, trata-se de uma moça que busca tratamento após se atirar de uma passarela e ter caído em uma linha ferroviária. Esta paciente apresentou em seu relato o histórico de envolvimento com uma dama da sociedade com a qual exercia o papel de cavalheiro que devotava amor cortês. Durante um dos passeios, cruzaram com o pai da jovem, que estava a caminho do trabalho, e este lançou um olhar de reprovação. Diante disto, a dama entendeu que o mais adequado seria romper aquela relação, porém, a jovem reagiu se jogando da passarela.

Ao remontar alguns aspectos progressos da história da paciente, Lacan (2005) destaca que aos 16 anos de idade, a jovem defrontou-se com a quarta gestação da mãe. No mesmo escrito, em consonância com a interpretação dada por Freud, Lacan sinaliza que naquela ocasião a paciente estava organizando sua sexualidade em torno do desejo de ter um filho com o pai. No entanto, este engravidou sua rival, fazendo com que a jovem conduzisse seu interesse para a mulher.

Importa saber que Lacan (2005, p. 125) destacou dois fundamentais elementos para a passagem ao ato no instante em que houve a troca de olhar entre a jovem e o pai:

A primeira é a identificação absoluta do sujeito com o *a* ao qual ele se reduz. É justamente o que sucede com a moça no momento do encontro. A segunda é o confronto do desejo com a lei. Aqui, trata-se do confronto do desejo pelo pai, sobre o qual se constrói toda a conduta dela, com a lei que se faz presente no olhar do pai. É através disso que ela se sente definitivamente identificada com o *a* e, ao mesmo tempo, rejeitada, afastada, fora da cena. E isso, somente o *abandonar-se*, o *deixar-se cair*, pode realizar (grifos do autor).

Torres (2010) discute a interpretação lacaniana do encontro do olhar com o pai enquanto precipitante da angústia que antecede a passagem ao ato, compreendendo ser esta evasão de cena pelo sujeito assimilada à fuga:

O momento da passagem ao ato é o do embaraço maior do sujeito, com o acréscimo comportamental da emoção como distúrbio do movimento. É então que, do lugar em que se encontra — ou seja, do lugar da cena em que, como sujeito fundamentalmente historizado, só ele pode manter-se em seu status de sujeito —, ele se precipita e despenca fora de cena [...] A que chamamos fuga, no sujeito que nela se precipita, sempre mais ou menos colocado numa posição infantil, senão a essa saída de cena, à partida errante para o mundo puro, na qual o sujeito sai à procura, ao encontro de algo rejeitado, recusado por toda parte? Ele vira fumaça, como se costuma dizer, e, é claro, retorna, o que talvez lhe dê ensejo de ser valorizado. A partida é justamente a passagem da cena para o mundo (LACAN, 2005, p. 129 e 130).

Miller (2014) destaca ser este o motivo pelo qual Lacan escolheu o suicídio como modelo para passagem ao ato, uma vez que todo ato, para ser verdadeiro no sentido lacaniano, precisa representar um “suicídio do sujeito”, ainda que ele renasça desse ato, ele o faz totalmente modificado. O ato seria aquilo que faz com que o sujeito não seja mais o que ele era antes, justificando assim o termo “mutação” e conduzindo a compreensão de que o ato legítimo é uma transgressão.

Dando prosseguimento a esta ideia, de que o verdadeiro ato é delinquente, o autor cita como exemplo que na história da humanidade não há registro de ato significativo que não tenha representado uma ultrapassagem de um código, de uma lei. Ou seja, é a infração do ordenamento simbólico vigente que oportuniza o remanejamento dos códigos.

No que tange aos aspectos da dinâmica da passagem ao ato, Torres (2010) sinaliza que a saída da cena para o mundo seria uma fuga da angústia que, ao se aproximar do *objeto a*, desemoldura a fantasia com o intuito de banir o subjetivo e, no lugar, deixar-se cair ao *a*. Considerando que a passagem ao ato configura uma retirada do sujeito e do Outro, ela também pode assumir para ambos a função de restituição, de renovação, tendo como ponto de partida o encontro encarnado pelo trauma.

Desta forma, na passagem ao ato, “reduzir-se ao *a*”, acarreta na compreensão da queda para o objeto, ao qual perfaz aquilo que é considerado mais “êxtimo” ao sujeito. Os objetos parciais, assim como os da pulsão, constituem o que é irrepresentável simbolicamente no corpo, fazendo com que o sujeito os ceda ao Outro e sejam “o que há de mais interno ao ser no campo do Outro não simbolizável” (TORRES, 2010, p. 137). Ao concatenar a passagem ao ato e a redução do sujeito ao *a*, é possível destacar como este descimento pode caracterizar a destituição do sujeito. Ao contrário dos elementos que fundam os sujeitos, a passagem ao ato está vinculada à inclusão do objeto, ao mesmo tempo em que traz a aceção de uma nova subjetivação.

Miller (2014) enfatiza que na passagem ao ato, há o abandono dos enganos do pensamento, da fala e da linguagem, emergindo em seus lugares o ato. Ao subtrair-se da fala, o sujeito põe o Outro em um embaraço, constituindo assim a sua essência de algo que não é possível de cifrar, ele é externo ao universo nas dimensões de imputação, computação, trocas, equivalências, etc. Em síntese, em todo ato há a negação ao Outro. Na passagem ao ato, deixa-se de ter espectador, a cena desaparece e o sujeito está morto e, partir desta posição, lança suas questões aos outros e os faz sentir o motivo de seu olhar.

Com a enturvação do outro, que espelha o próprio enturvecimento, a passagem ao ato aparece como possibilidade de, por meio de sua ausência, figurada como falta reproduzida para o Outro, pelo intermédio de seu próprio desaparecimento. “Desaparecimento que, por assim dizer, ele tem nas mãos, da parte de si mesmo que lhe cabe por sua alienação primária” (LACAN, 1998, p. 858).

Desta forma, é importante não perder de vista a antinomia entre o pensamento e o ato, bem como entre o inconsciente e o ato. O pensamento, por essência, se tomarmos como referência o inconsciente, é a dúvida. Neste sentido, a teoria freudiana preconiza que, a partir do recalque, só se concebe o elemento do

não saber e na esfera do pensamento o sujeito aparece como indeterminado. Se, por um lado, temos **como** essência do pensamento a dúvida, por outro lado, a essência do ato é a certeza. Essa característica fica bem exemplificada nos casos de psicose, nos quais o sujeito não apresenta dúvidas e é possível observar muitas passagens ao ato expressas de forma preponderantemente graves (MILLER, 2014).

Retomando a antinomia entre o pensamento e o ato, é necessário estar atento para que isso não impeça de compreender as conexões entre o ato e a linguagem. Se no paradigma do suicídio o ato é apresentado como sendo mudo, é na linguagem que ele encontra a suas coordenadas.

Lacan (2003) cita as conquistas militares de César que, segundo este autor, teve sua representatividade legitimada não apenas por atravessar territórios, mas por transpor o limite autorizado às armadas externas à Itália e, com isso, marcar sua trajetória com atos de transgressões. Em síntese, não basta o movimento, é necessário um dizer, um conjunto de códigos infringidos que enquadre e fixe o ato.

Tendlarz (2006) chama a atenção para a importância de destacar as características da passagem ao ato, no que tange ao modo temporal de urgência, bem como à característica subjetiva da peremptoriedade que, em outras palavras, diz respeito ao caráter decisivo para o sujeito. Enquanto fenômeno ou conduta observável, destaca-se a descontinuidade, a quebra do percurso da subjetividade, do alinhamento de motivos, que restam externo à possibilidade de calcular e premeditar do sujeito. Por este motivo, se diz que a construção da passagem ao ato emerge a posteriori. Tal conceito se alinha à responsabilização do sujeito por meio do chamado da justiça à lei. Desta forma, o sujeito tem a possibilidade de formular um significado para a passagem ao ato, de delinear o percurso do real para o simbólico, perfazendo assim o único registro capaz de viabilizar a construção de um sentido para o ato e tratar dos desdobramentos ocasionados, tanto para aquele que o realizou, quanto para o Outro. Este autor sinaliza também que a passagem ao ato não tem como motivação – no sentido de causa ou motivo psicológico – um fator externo. Quando é possível a sua reconstrução, pela via simbólica, fica evidente a existência do desencadeamento pela linguagem. Tal compreensão é fundamental, uma vez que na passagem ao ato, assim como no sintoma, existe um pungente contexto e seus direcionamentos de significantes.

Utilizando o conceito de tempo lógico de Lacan (1998) – instante de olhar, tempo de compreender e momento de concluir –, na passagem ao ato, o sujeito iria

instantaneamente para o momento de concluir, deixando de realizar os meandros subjacentes ao tempo de compreender. Sem o devido aporte simbólico, o sujeito sucumbe à impossibilidade de inscrever a castração como falta, inviabilizando a inscrição do significante do Nome-do-Pai.

Salum (2009) lembra que, tradicionalmente, a psicanálise trata das questões relacionadas à passagem ao ato às psicoses, em consequência da forclusão do *o* do Nome-do-Pai. Tal significante é o responsável por instaurar o desejo como falta, correlacionado ao falo, possibilitando o deslizamento do sujeito e do desejo na cadeia de significantes. Quanto às psicoses, são os delírios e alucinações que comparecem para preencher o buraco no simbólico. Quando o objeto se faz presente, como conteúdo persecutório ou invasor, a passagem ao ato pode apresentar-se como maneira de extraí-lo. Tal extração, operada pelo ato, ocorre no lugar da extração pela via simbólica.

Ainda de acordo com essa autora, nos casos de neuroses, o objeto é evidenciado pelo sujeito por meio de encenação ou ele se identifica imaginariamente com o objeto e se precipita em uma passagem ao ato, nos momentos em que as defesas da fantasia são arrematadas. Desta forma, torna-se possível que um sujeito neurótico cometa uma passagem ao ato.

5.1 Na relação com o objeto *a*

Torres (2010) destaca que a posição do objeto *a* é bastante evidente em relação à passagem ao ato e, em linhas gerais, transita em torno da questão da fuga da angústia. Conforme visto anteriormente, ao descrevermos de forma breve o caso da jovem homossexual, com a aproximação do real do objeto, na identificação do sujeito com o *a*, ocorre a precipitação para fora da cena e o sujeito se reduz ao *a*. Desta forma, o “deixar cair” para fora da cena, promove a atualização do trauma que demarca a passagem ao ato por meio da renovação repetitiva.

Lacan (2005) retomou a observação feita a respeito do “largar de mão” [*laisser tomber*], o qual Freud sinalizou como resposta a uma dificuldade referente ao caso supramencionado. De tudo que havia sido atestado de ação, conduta, experiência, era apenas o “largar de mão” – ainda que instigante, quase imperceptível à leitura – que aparece como correlato fundamental da passagem ao ato. Desta forma, ele é visto ao lado do sujeito: “Se vocês quiserem referir-se à

fórmula da fantasia, a passagem ao ato está do lado do sujeito na medida em que este aparece apagado ao máximo pela barra” (LACAN, 2005, p. 129). A passagem ao ato marca o instante de maior embaraço do sujeito, somado aos aspectos comportamentais da emoção, desencadeados por distúrbios do movimento. É deste lugar – da cena – que o sujeito cai, enquanto essencialmente historizado, apenas ele pode garantir seu status de sujeito. Precipitar-se para fora da cena configura a própria estrutura da passagem ao ato.

Lacan (2005) questiona se aquilo que é nomeado de fuga, no que diz respeito ao sujeito que se precipita, nada mais seria que a saída de cena, a busca pelo mundo puro, a procura de algo que foi rejeitado em todo lugar. “Ele vira fumaça, como se costuma dizer, e, é claro, retorna, o que talvez lhe dê ensejo de ser valorizado. A partida é justamente a passagem da cena para o mundo” (p. 130). Deste modo, a passagem ao ato possui como característica a passagem da cena do Outro para do mundo. Neste tocante, destaca-se a compreensão de dois registros: o primeiro diz respeito ao mundo, espaço em que o real se comprime; o segundo faz referência à cena do outro, o qual o sujeito para se constituir necessita se apropriar da fala. Porém, tal advento ocorre apenas de forma ficcional.

Tal distinção é fundamental na compreensão da aplicação da lei – enquanto correlata à linguagem e, portanto, ficcional – em atos infracionais. Conforme dito anteriormente, se na passagem ao ato, o sujeito sai da cena do Outro, promovendo um rompimento com este, a forma de restituir o laço com o Outro e trazer o sujeito de volta ao pacto social seria por meio da consideração à condição de sujeito ao situá-lo como tal, aplicando a lei. Em outras palavras, se ele assume a posição de objeto na passagem ao ato, a lei assumiria a função de restituí-lo à condição de sujeito ao fazê-lo responsável pelo crime cometido. Ainda que a psicanálise irrealize o crime, por outro lado, ela não pretende a desumanização do criminoso, tão pouco excluí-lo do pacto social e da linguagem (LACAN, 1998).

Neste sentido, é importante que seja viabilizado falar sobre o ato e, desta forma, oportunizar um sentido a ele. Por essência, indo além do que o Direito preconiza, a lei visa esse reencontro com o Outro, desfeito no momento em que houve a passagem ao ato. Ao compreender este aspecto subjetivo, enquanto sujeito do inconsciente, instaurado por meio de uma cadeia de significantes, é que a psicanálise traz sua contribuição acerca do crime:

Pois, com efeito, se em razão de limitar ao indivíduo a experiência que ela constitui, ela não pode ter a pretensão de apreender a totalidade de qualquer objeto sociológico, nem tampouco o conjunto das motivações atualmente em ação em nossa sociedade, persiste o fato de que ela descobriu tensões irracionais que parecem desempenhar em todas as sociedades uma função basal, como se o mal-estar da civilização desnudasse à própria articulação da cultura com a natureza. Podemos estender suas equações, com a ressalva de efetuar sua transformação correta, as ciências do homem que podem utilizá-las e, especialmente, como veremos, a criminologia [...] pois a psicanálise é apenas uma extensão técnica que explora no indivíduo o alcance da dialética que escande as produções de nossa sociedade e onde a máxima pauliniana² recupera sua verdade absoluta (LACAN, 1998, p. 129 e 130).

Com base nos estudos de Freud, Lacan (2005) compreendeu a angústia como um fenômeno de borda, um sinal produzido no limite do eu [*moi*], no momento em que ele se percebe sob ameaça. O resto que surge é o objeto *a*, aquilo que foi abominado pelo outro. Na relação especular é estabelecida uma distância do objeto, o qual deve pertencer ao campo do outro, caso tenha ocorrido a devida separação mencionada anteriormente no estágio do espelho. Considerando que para esse autor os objetos – especificamente na psicose – não são invasivos, o que os torna perigosos para o eu são a própria estrutura, que os torna inadequados para a “egoização”.

Durante o estágio do espelho há uma etapa anterior à formação do $i(a)$ ³ que demarca a distinção dos objetos *a* e essa imagem do real. Tal imagem constitui a referência para os objetos, pois, é em relação a ela que será demarcado o que se tem ou não. Desta forma, Lacan (2005) destaca que se aquilo que se vê no espelho é angustiante, é sinal de que não é possível de ser apresentado à legitimação do Outro. Por este motivo no caso da psicose prepondera o sentimento de desapontamento, e a especularização torna-se estranha e assimétrica.

O que caracteriza a angústia como sinal do eu é a relação entre $i(a)$ e *a*, pois, é nessa relação que encontra os elementos estruturantes, que realizam a função do corte. Para Lacan (2005), o corte ocorre no momento da cisão dos

² Em sua obra *Escritos*, Lacan utiliza o termo “pauliniana” referindo-se a máxima de São Paulo: “é a lei que faz o pecado” (1998, p.128).

³ Lacan (2005) faz distinção entre $i(a)$ e $i'(a)$, sendo o primeiro representante da superfície real e o segundo, da superfície especular.

envoltórios embrionários e possui como concepção de *a* algo enigmático, fundado como queda, como faltante.

Conforme mencionado anteriormente, na passagem ao ato, com base nos estudos de Lacan, Tendlarz (2006) destaca o caráter subjetivo, sem solução. Tomando a angústia como uma expressão subjetiva do objeto *a*, a passagem ao ato figuraria como uma forma de relacionamento que exclui o Outro, mas por outro lado mantém o vínculo entre o sujeito e o objeto. Desta forma, a passagem ao ato teria duas principais características: a saída de cena e a redução e direcionamento ao objeto *a*. Em síntese, o sujeito evade do campo do Outro, se dirige ao objeto e, por fim, estrutura o movimento no sentido da passagem ao ato.

5.2 Na relação com o crime

Lacan (1998), no texto sobre criminologia, afirma que não existe sociedade que não acomode uma lei positiva, seja ela escrita, ou apenas por tradição e costumes. Da mesma forma, também não há sociedade em que não existam transgressões as quais, em alguma medida, se configurem como crime. Salum (2009) destaca que, neste mesmo artigo, Lacan trata dos crimes com ausência de simbolismo e agressividade imaginária, caracterizando assim crimes do real. Neste sentido, os crimes que são considerados imotivados, são na verdade motivados pelo objeto. Não em um objeto depositado no Outro, mas sim um em rival. Por conseguinte, essa autora destaca que tais estudos permitem a compreensão das causalidades dos crimes e a correlação com o objeto, aos quais o ato tem como finalidade hostilizar.

Para a clínica clássica, o objeto *a* surge como resto do discurso do inconsciente. Sendo assim, o objeto, nos casos de neurose, se encontra encoberto na fantasia inconsciente. Por outro lado, na clínica dos atos, o objeto não se apresenta da mesma forma, por meio da articulação com o discurso do inconsciente, mas sim atuado. Ao observarmos isto nas psicoses, as chances de ocorrerem passagens ao ato aumentam em função da forclusão do Nome-do-Pai, o qual inviabiliza a inserção do Outro, operação chamada por Lacan de metáfora paterna. Já nas circunstâncias que a atuação ocorre sem ser na estrutura psicótica, pode-se considerar que houve o declínio da imago paterna (SALUM, 2009). Esta autora enfatiza que a clínica contemporânea, dentre outros aspectos, versa a respeito da

clínica do Outro que não existe. Em outras palavras, o grande Outro teria como finalidade ser vetor do ideal associado à sublimação, bem como da renúncia, requisitos necessários para o estabelecimento do laço social.

É a partir desse Outro que ocorre a consolidação e a correlação entre o grupo vital e funcional. Associado à derrocada desse Outro, emerge a exigência da satisfação do superego. Sendo assim, na clínica dos atos, é necessário levar em consideração as consequências de como é apresentado o objeto para o sujeito, uma vez que não há a preponderância da sublimação e renúncia, mas sim a utilização dos objetos para o gozo sem restrição (SALUM, 2009).

Com base nisto, as transgressões que configuram crimes demonstram a supremacia do atuar no lugar do dizer, o qual escapa da contenção do recalque com o intuito de se defender da angústia. Tal maneira de se apresentar realiza a ruptura com a significação fálica, no que diz respeito ao desejo e ao gozo, desencadeando atos ao invés de produções simbólicas.

Salum (2009) retoma o conceito de que todo ato tem relação com o objeto, mesmo quando este ato é criminoso. No entanto, destaca que tal objeto não está relacionado com a falta, com o desejo e, por não contar com o sustento destes, nas situações de crime o objeto se pronuncia. Em síntese, um crime perfaz uma espécie de curto-circuito na relação do objeto com a falta e, por conseguinte, com a castração. Por meio do ato, o transgressor pretende o acesso ao objeto sem a significação fálica, fazendo isso de forma distinta, conforme sua estrutura de personalidade.

Com base nos estudos de Miller, Salum (2009) afirma que não há uma desorientação do sujeito em detrimento da inexistência do Outro, mas sim a escolha da orientação pelo objeto. Nos casos em que preponderam as significações fálicas, o objeto é buscado no campo do Outro, o qual representa a alteridade. Porém, se este outro deixa de ser correlato ao campo da alteridade e representa o estranho, surge a necessidade de eliminação. Sendo assim, pode-se concluir que os casos de crimes em que o corpo surge como objeto alvejado – seja por meio de espancamentos, lesões e homicídios – apresentam atos com estrutura pulsional desorganizada, que se manifestam por meio de violência e podem ser compreendidos como provenientes do real e, por consequência, desprovidos dos meandres da simbolização.

6 INTRODUÇÃO E DISCUSSÃO DOS CASOS

6.1 Chaves

Chaves tem 38 anos, atualmente não exerce atividade laborativa, cursou História durante um ano, no entanto não concluiu o ensino superior. Tem quatro filhos, quatro ex-companheiras e, atualmente, responde por processo referente à Lei Maria da Penha por ter agredido fisicamente a última mulher com a qual viveu maritalmente, além de estar em liberdade condicional por tentativa de homicídio e associação ao tráfico.

A iniciativa em se voluntariar para participar da pesquisa surgiu a partir de uma inquietação que sentiu em uma das reuniões do Projeto Abraço (PA) em que foi abordado o tema *História de vida*. Na ocasião, ao tratar de tal temática, foram discutidas situações referentes à influência transgeracional nas escolhas e comportamentos dos indivíduos de uma forma global. Desta forma, Chaves considerou a possibilidade de, por meio de uma conversa com um profissional, organizar melhor suas ideias e buscar alguma forma de romper com o ciclo da violência vivenciado por sua família ao longo das gerações, pois não desejava que os filhos reproduzissem um percurso semelhante.

Na narrativa de Chaves, o pai ocupa um papel de destaque e, segundo suas palavras, era “[...] *muito machista, pois registrou todos os 10 filhos somente com o sobrenome dele e, apesar de ter usufruído de boas condições financeiras, era um homem muito ignorante*”.

Para Chaves, a origem do comportamento tanto dele quanto do pai, possui raízes profundas:

Para entender melhor, o meu avô paterno era de Sergipe e, em uma determinada ocasião, soube que o irmão do governador havia se envolvido sexualmente com uma prima, o que naquela época era uma desonra para a família. Então o meu avô foi pedir satisfação para o governador, ao qual respondeu que o ‘cabrito dele estava solto, e, portanto, que prendessem suas cabritas’. Diante desta resposta, iniciaram uma briga que resultou no assassinato do governador e na fuga do meu avô para Bahia (Chaves).

Apesar de, a princípio, Chaves ter demonstrado preocupação com o histórico de violência dos homens da família, à medida que ia relatando os exemplos, era possível observar certo envaidecimento pelo comportamento transgressor de seus ascendentes, dando ênfase especial aos assassinatos cometidos pelo avô e pelo pai:

Meu pai contava que, no dia do velório do meu avô, ele era criança e estava chorando quando levou um 'cascudo' de um compadre da família, o qual mandou engolir as lágrimas pois era uma vergonha chorar tanto, além de que não adiantaria nada. Após alguns anos, aproximadamente na pré-adolescência, meu pai ainda guardando mágoa daquele compadre, decidiu procura-lo a fim de resolver o problema da forma que meu avô havia ensinado. Sendo assim, levou uma 'peixeira' consigo e matou o homem com várias perfurações (Chaves).

A referência paterna de Chaves carregava a marca da dualidade e era permeada de ambivalências uma vez que, apesar de identificar inúmeros episódios em que ele cometeu atos de violência, também observava que se tratava de uma pessoa que apresentava atitudes generosas. Como exemplo, citou o fato do genitor ter criado, como se filho fosse, um sobrinho cujos pais possuíam parcas condições financeiras.

Ainda durante a adolescência, Chaves começou a observar em suas atitudes as primeiras manifestações de violência e a dificuldade de lidar com os conteúdos que lhe causavam hostilidade. Certa vez, por volta dos 14 anos, roubaram sua bicicleta e o pai lhe deu uma arma de fogo e o seguinte conselho: *"Resolva seu problema pois eu já vi gente voltar da prisão, mas nunca vi voltar do caixão"*. Em posse da arma e tomado pela ira, tentou localizar o assaltante mas não obteve êxito na busca. Segundo a sua perspectiva, teve muita sorte pois fatalmente teria matado o rapaz.

Chaves se define como uma pessoa que é bastante intransigente e desprovido de paciência. Para ele, os conflitos precisavam resultar em grave desentendimento para que pudesse dar vazão a toda raiva que sente. No entanto, alega que sempre foi uma pessoa bem quista, especialmente pelas mulheres. Como prova, cita o exemplo da ex-companheira que, apesar das contendas e agressões, tanto ela quanto os familiares desta ainda nutriam grande estima por ele. Todavia, a recíproca não é verdadeira e o processo de vinculação de Chaves percorre

caminhos mais longos e difíceis. Segundo seu relato, é muito difícil se sentir envolvido afetivamente por alguém, pois se intitula como alguém bastante intolerante que se magoa com facilidade.

A primeira vez que casou tinha 20 anos. Esta experiência foi permeada de insatisfação e conflitos uma vez que foi forçado a assumir tal compromisso. O casamento durou dois anos e, durante o período que se relacionou com a primeira esposa, Chaves sentia preponderantemente raiva e, para não agredir a mulher, apresentava comportamentos intransigentes com todos os que o cercavam.

Esta estratégia para não agredir a ex-esposa não se mostrou eficaz por muito tempo pois, durante uma briga, após ter sido arranhado próximo ao olho, acabou empurrando a mulher contra a quina da parede. Nesta ocasião foi encaminhado para a delegacia de polícia e aproveitou a oportunidade para encerrar a relação.

A casa em que vivia com a primeira esposa era do sogro e, como o pai se recusou a auxiliá-lo financeiramente, Chaves, bastante contrariado, precisou encontrar uma forma de se manter com os próprios recursos. Neste ínterim, descobriu que uma conhecida estava afetivamente interessada nele, na ocasião ele tinha 22 anos e ela 35.

Seguindo os padrões de suas vinculações, Chaves não sentia interesse emocional por essa mulher, mas, ainda assim, em pouco tempo foram viver juntos. Como ele ficou um período sem trabalhar – pediu demissão do emprego em função de ter discutido com um cliente –, passou boa parte da relação vivendo a expensas da ex-companheira e, com um certo tom de constrangimento por se vangloriar deste feito, relatou que se percebia como um gigolô. Durante o período que ficaram juntos, a companheira demonstrava demasiado ciúmes: *“Aquilo me incomodava, mas depois eu deixei de dar atenção porque eu sabia que aquela relação era passageira”*.

A derrocada do relacionamento iniciou quando começou a ter dificuldades de lidar com a enteada que estava entrando na adolescência uma vez que acreditou que a menina pudesse estar se envolvendo sentimentalmente por ele:

O tempo foi passando e essa minha ex-companheira tinha uma filha que entrou na adolescência. Quando estava com 12 anos, acho que ela começou a se interessar por mim, tudo ela pedia para eu estar perto, queria que eu a levasse nos lugares. A mãe trabalhava o dia

inteiro, ela estudava à tarde e pela manhã ficávamos em casa eu, ela e a empregada [...] A menina era toda 'patricinha', andava de *baby-doll* em casa e começou a querer ficar no quarto comigo assistindo televisão. Aí ela deitava nas minhas costas, os 'peitinhos' dela estavam crescendo, eu sentia, fiquei preocupado, aquilo podia acabar em 'merda' (Chaves).

Chaves assegura não ter se envolvido com a enteada. Porém, não sabia como manejar a situação e a adolescente começou a manifestar cada vez mais ciúmes com relação a ele. Em uma determinada ocasião, começou a ter um caso com a empregada, a menina soube, contou para a mãe e o relacionamento chegou ao fim.

Quanto ao terceiro relacionamento, Chaves traz à tona uma nova informação, a de que havia se envolvido emocionalmente pela companheira. No entanto, este elemento não era suficiente para auxiliá-lo a lidar com suas atitudes impulsivas. Na constância da união, com o intuito de obter recurso financeiro rapidamente, Chaves e um irmão se associaram ao tráfico de drogas:

Eu e um irmão estávamos trabalhando com uma garagem de carros. Lá conhecemos um ex-motorista que em três 'viagens' ficou rico. Isso chamou a nossa atenção, quisemos saber como isso aconteceu, e ele disse que transportava 200 kg de droga por viagem [...] Nos aproximamos dele para trabalharmos juntos, mas o meu irmão queria descobrir a fonte para seguirmos sozinhos com o nosso 'negócio'. Então eu e o rapaz fizemos a primeira viagem para Cobija, fomos nos aproximando até que eu descobri quem eram os fornecedores. As pessoas pensam que a Bolívia é uma grande produtora de drogas, mas estão enganados, ela só comercializa, a cocaína vem do Peru (Chaves).

De acordo com Chaves, o ingresso no tráfico de drogas foi com a intenção de oferecer mais conforto para a companheira e o filho. Contudo, tal comportamento expunha a família a riscos maiores e aumentava os pontos de conflitos entre eles.

Paralelo à vida que levava com a referida ex-companheira, Chaves iniciou um novo relacionamento amoroso. Com o tempo, as duas mulheres sabiam da existência uma da outra e conviviam "pacificamente" com esta realidade. Entretanto, apesar de ter nutrido vínculo afetivo pelas duas, rompeu com ambas as relações pois não acreditava ser possível após tantos conflitos e traições algum desses envoltimentos amorosos perdurarem de forma satisfatória.

No que diz respeito ao tráfico de drogas, acabou sendo indiciado e optou por passar um período foragido utilizando documentos falsos. Durante um período, Chaves trabalhou com atividades lícitas, porém destacou que se tratava de uma vida permeada de restrições pois trabalha “[...] *muito só para sobreviver*”. Desta forma, ele e o irmão decidiram retomar as atividades de preparo e venda de drogas. “*Eu retornei para Rondônia, preparei uma ‘droga’ aqui, mandei dentro de um carro, em uma cegonha e fui de avião. É arriscado, mas dessa vez não deu problema*”.

Concomitante a isso, o irmão se envolveu com interceptação de caminhões e roubo de mercadoria. Em pouco tempo, ele foi condenado e atualmente se encontra em situação de encarceramento. A partir deste cenário, Chaves alega que teve um “estalo” e decidiu voltar para Rondônia, se apresentar para justiça e responder pelo processo ao qual foi indiciado.

Após regressar, em função de uma briga em um bar, Chaves foi privado de liberdade por tentativa de homicídio. Dentro da cadeia conheceu sua última companheira, que era amiga de sua irmã. A relação foi permeada de conflitos e as contendas continuaram após a retomada de Chaves ao convívio social. Nesta ocasião descobriram que estavam esperando uma criança e os desentendimentos se intensificaram, pois ambos não confiavam no comportamento um do outro.

O episódio que resultou na denúncia referente à Lei Maria da Penha, nas palavras de Chaves, se tratou desta ocasião:

Nesse dia, se eu bebi umas duas vezes foi muito, não sou de beber, não gosto, mas a Brenda inventou de beber e ‘encher o saco’, aí eu bebi também. Estávamos em casa com uns amigos, um deles é muito brincalhão, falou algo que a Brenda não gostou, eu decidi entrar para descansar um pouco no quarto, ela veio atrás e ficou me perturbando, querendo que eu tirasse satisfação. Eu não ia fazer isso, eles eram meus amigos, dei uns ‘tabefes’ nela. Eu já estava com raiva dela ter engravidado, ter me traído, de eu ter perdido a minha irmã há pouco tempo... somou tudo! (Chaves).

Contudo, a ex-companheira ainda é envolvida emocionalmente com Chaves e este tem conhecimento desse fato. Com base nisso, um dia conversou com ela para induzi-la a acreditar que, se um dia ficassem juntos, a atitude dela de denunciá-lo só iria trazer prejuízos. Como resultado, a então vítima de violência passou a se sentir culpada e concordou que havia agido errado.

6.2 Silvio

Silvio tem 36 anos, concluiu o ensino médio e, e atua como empreendedor no ramo *fitness*. Tem quatro filhos, é casado, possui cinco ex-companheiras e, na ocasião das entrevistas, respondia por processo referente à Lei Maria da Penha por ter agredido fisicamente uma das mulheres com a qual conviveu maritalmente.

O propósito de Silvio em colaborar com a pesquisa emergiu no período em que estava concluindo a participação obrigatória no PA e, como gostaria de permanecer engajado em alguma atividade que fosse relacionada ao PVHNPPS, pois se percebeu beneficiado com o teor das reuniões, manifestou interesse em participar das entrevistas.

Durante o período que estive em acompanhamento no PVHNPPS, foi possível observar que Silvio exercia considerável influência no grupo de convivência, sendo necessário cuidado ao manejar essa questão para que ele não monopolizasse a atenção nas reuniões. A exemplo disso, em um breve período de tempo, os demais participantes se remetiam aos exemplos de vivências relatados por Silvio e questionavam quando percebiam a ausência desse.

Seguindo a mesma dinâmica, nas entrevistas, Silvio gostava de enfatizar suas conquistas, em quaisquer que fossem as esferas. Destacou que veio de família oriunda de classe econômica baixa, mas mesmo assim ascendeu financeiramente com os próprios esforços.

No entanto, ao rememorar como foram as relações com sua família de origem, sentiu-se desconfortável, chorou bastante e, a princípio, enfatizava os aspectos relacionados ao trabalho e às obrigações:

Quanto à minha infância, foi de muito trabalho, costume dizer que não tive infância direito, Lembro que com oito anos de idade tinha que trabalhar para trazer dinheiro para dentro de casa. Naquela época todos em casa trabalhávamos no sítio. (Silvio)

Ao entrar em contato com os conteúdos que diziam respeito às vinculações familiares, Silvio demonstrou em sua narrativa fragilidades nessas constituições, em especial com o pai e a mãe:

Não sei dizer ao certo quantos irmãos eu tenho. Meu pai era 'prostituto' e se envolvia com muitas mulheres, nem sei quantos filhos ele chegou a ter. Fui criado pelos meus avós maternos e aos 13 anos fui expulso de casa. Morei sete meses com a minha mãe, mas não deu certo e com 14 anos eu fui ganhar a minha vida. (Silvio)

Ao lembrar este fato, Silvio demonstrou bastante emoção e ponderou o quão jovem era quando passou a viver sozinho e arcar com as próprias necessidades. Ainda consternado, correlacionou a idade que tinha com a do filho caçula e enfatizou ainda mais a sensação de ter sido uma criança que muito cedo foi impelido a lidar com os desafios da sobrevivência sem o amparo de uma figura que pudesse representar confiança.

Neste tocante, ao detalhar o motivo pelo qual foi expulso de casa, Silvio denotou a dificuldade, desde jovem, em lidar com as regras e limites estipulados pelo avô. Segundo o seu relato, assim que ingressou em um emprego formal, contribuiu financeiramente com as despesas de casa, quando recebeu o primeiro salário. Porém, ao receber o segundo ordenado, optou por comprar uma bicicleta e, como não restou dinheiro, o avô exigiu que ele a devolvesse, uma vez que era comum a família passar por severas restrições – privação de alimentos, vestimentas, etc. Silvio recusou-se a devolver e, mediante tal situação, o avô o expulsou de casa por perceber a decisão do neto como um ato de egoísmo.

Outro aspecto marcante no enredo de Silvio é a forma como foi construindo as relações com as mulheres. Em seus relatos, é notório o quão recorrente são os desentendimentos com as figuras femininas ao longo de suas vivências. Um dos exemplos que oferece especial destaque é em relação à mãe, com a qual nutre uma ligação bastante ambivalente:

Eu não lembro como foi o desentendimento com a minha mãe, mas eu me lembro que eu a via como uma irmã e sempre me senti rejeitado por ela [...] Eu já perdoei minha mãe, hoje graças a Deus isso ficou no passado, estou liberto, mas é doloroso lembrar desse período.

Bom, lembro de uma vez, quando eu era criança, eu estava andando com a minha mãe, uma mulher parou para conversar, perguntou se eu era filho dela e, como resposta, ela disse que não pois na realidade eu era filho dos meus avós. Hoje não tenho mais mágoa disso, mas foi muito difícil, eu queria demais me sentir aceito por ela (Silvio).

Silvio é o primogênito de sua mãe, a qual o concebeu quando tinha 16 anos em um contexto de muitas dificuldades e desaprovação por parte dos avós. Tais resistências advinham, em grande parte, do fato do genitor ser negro e a família materna ser racista: “[...] meus avós mandavam minha mãe sumir de lá com aquele ‘preto’ pois não queriam esse tipo de gente na casa deles”.

Após ser expulso de casa, Silvio morou sozinho dos 14 aos 18 anos. Neste período conheceu a primeira mulher – Maria, 17 anos – e logo que passaram a coabitar, adveio a gestação da primogênita: Silvania. A relação foi permeada de ciúmes e inseguranças por parte de Maria pois, naquele período, Sílvio estava começando a perceber que tinha facilidade para envolver e seduzir outras mulheres, o que, mais tarde, levou-o a concluir que é viciado na prática de sexo. Nesse tocante, quando se referia ao fato de ser muito *namorador*, percebia-se impotente quanto ao controle desta prática e, após começar a frequentar a igreja protestante, passou a delegar a Deus o controle de seus hábitos sexuais.

Também ficou evidente a dificuldade em lidar com os percalços cotidianos do relacionamento conjugal, uma vez que, apesar de alegar não haver violência entre eles, também não havia a disponibilidade de entrar em contato com os próprios conteúdos emocionais e, por conseguinte, tampouco com os da ex-companheira. Desta forma, não havia diálogo, as discussões eram constantes e a derrocada do relacionamento iniciou com a ausência de espaço para o casal traduzir os conflitos em outros tipos de significações que proporcionassem alívio para as tensões geradas com a convivência.

Diante deste cenário, Silvio reagiu decidindo viver na companhia de outra mulher. No entanto, seguindo a mesma dinâmica de dificuldade em solucionar impasses, a relação logo chegou ao fim, pois Silvio sentia que a companheira dificultava a convivência dele com a filha. Porém, ao reconhecer que ainda mantinha relações íntimas com a ex-mulher, considerou a hipótese de este ser uns dos motivos que levavam a companheira a não aceitar que ele frequentasse a casa da filha. Em síntese, ao se perceber cerceado em suas vontades, Silvio atribuía as responsabilidades integralmente ao outro e não identificava qual era a sua parcela de contribuição para o estabelecimento da dinâmica conflituosa.

Ao narrar o terceiro relacionamento, Silvio descreve-o como o mais satisfatório, sem, contudo, escapar ao que habitualmente sucedia em suas

vinculações amorosas, ou seja, desavenças oriundas da retroalimentação das incidências de infidelidade por parte dele e ciúmes por parte da companheira.

Quando esta união chegou ao fim, Silvio se envolveu com a quarta companheira, Andressa, e juntos tiveram dois filhos. Porém, destacou que não conseguiu se vincular afetivamente a ela e, na constância da relação, apaixonou-se por outra mulher, Fernanda, a qual mais tarde representaria o relacionamento mais intenso que vivenciou.

A Andressa sempre manteve a esperança de ficarmos juntos, mas eu era apaixonado pela Fernanda e decidi casar com ela. Porém, continuei com as duas, eu não gostava da Andressa, mas transava com ela e ficava dando esperança de que um dia ficaríamos juntos (Silvio).

Nas palavras de Silvio, o relacionamento com Fernanda foi o que o levou à *loucura*. Nesse momento surgiu um elemento novo em sua dinâmica de envolvimento, a ligação com uma parceira que não aguardava sua voz de comando, constantemente o confrontava e frustrava suas exigências quanto à forma como ela deveria se comportar. Aliás, a maneira de lidar com o comportamento de Fernanda figurou como um dos maiores desafios para Sílvio pois, acostumado às ex-companheiras se enciumarem e se ressentirem com os casos extraconjugais, ele não esperava alguém que não se intimidasse e também apresentasse rompantes de raiva os quais chegaram a eclodir em danos patrimoniais.

Um dia nós estávamos na casa de uns amigos chamei para ir embora, ela não quis ir. Nesse dia eu não bebi mas ela já estava alterada, falei que estava saindo e depois ela que desse um jeito de voltar. Quando eu cheguei em casa ela me liga para buscá-la. Pô! Menos de uma hora depois? Parecia de propósito! Não fui de jeito nenhum, começamos a bater boca por telefone e desliguei porque eu precisava descansar. Meia hora depois ela chegou em casa e desde o portão já começou a gritar porque eu não havia ido buscá-la. Mas eu avisei que eu não gostava daqueles amigos dela porque eu sabia que eles me tratavam bem na minha frente, mas pelas costas falavam mal. Então ela ficou falando um monte, queria que eu desse atenção e eu não dei trela, fiquei assistindo TV. Ela ficou muito braba, falou: 'ah é? Não vai falar nada não? Então vai ver só o que eu vou fazer.' Aí pegou a televisão e tacou no chão. Eu tentei manter a calma, fingi que ela não tinha feito nada, levantei e coloquei a TV de volta no lugar. Ela ficou com mais raiva ainda e derrubou de novo, mas nessa segunda vez ela quebrou a televisão. Aí eu não aguentei,

tentei não ligar mas cheguei no meu limite, peguei-a pelo pescoço! Mas decidi que não ia bater (Silvio).

Outro aspecto que Silvio enfatizava, dizia respeito ao que acreditava ser atribuição de homens e mulheres. Conforme mencionado anteriormente, era recorrente em seu discurso enfatizar suas posses, conquistas profissionais e, desta forma, percebia-se como alguém bem-sucedido para aquilo que era esperado de um homem. No entanto, tais expectativas eram significativamente dispendiosas pois se via na obrigação de arcar financeiramente com todas as despesas e, por outro lado, exigia que as companheiras se responsabilizassem integralmente pelos cuidados com o lar.

“Dois bicudos não se beijam”, era assim que Silvio descrevia a relação com Fernanda. Foram inúmeros os episódios de contendas, chegaram a se ameaçar mutuamente com faca e Sílvio temia que em algum momento viessem a acabar com a vida um do outro.

Em meio a esse cenário conturbado, o episódio que resultou na denúncia referente à Lei Maria da Penha ocorreu na comemoração de aniversário da Fernanda. Naquele dia, ela havia perdido a chave da empresa, como Silvio já a havia advertido de que não disponibilizava de outra cópia, logo se sentiu contrariado e iniciaram uma discussão a qual ele a ofendia e ela o acusava de estar se relacionando intimamente com uma das convidadas da festa.

Neste ínterim, Silvio se descreveu como alguém que estava *“[...] no pico do estresse, uma bomba relógio que uma hora ia estourar”*. Ao chegarem na empresa, começaram a se empurrar e Fernanda se dirigiu até o escritório dele e quebrou tudo. Diante disto, Silvio teve a seguinte reação:

[...] quando eu vi tudo quebrado, minha vontade era de ir atrás dela e jogá-la do alto do prédio, mas Deus é bom e eu não fiz isso. Eu bati muito nela, não me lembro de nada na hora, eu estava tomado de ira e eu a espanquei muito. Quando eu me dei conta do que estava fazendo, ela já estava toda machucada, desfigurada, aquilo doeu na minha alma. Quem vê um homem não sabe o que ele passa, só julga, mas não imagina o que está acontecendo por dentro dele para chegar a espancar outra pessoa (Silvio).

Com tudo isso, o relacionamento ainda perdurou por alguns meses, chegando ao fim somente quando Fernanda, após uma discussão em que ambos atiraram seus pertences pessoais para fora de casa, decidiu ir embora e não

regressar mais, a despeito de todos os esforços empreendidos por Silvio para reatar a relação.

6.3 Otávio

Otávio tem 40 anos, mudou-se para esta capital aos três anos de idade, na companhia da família de origem, a qual era constituída pelos pais e duas irmãs. Na ocasião da entrevista, residia com a companheira e uma filha. Concluiu o ensino médio e, como atividade laborativa, atuava de forma autônoma com artes visuais. Atualmente responde por processo referente à Lei Maria da Penha por ter agredido fisicamente a parceira.

Após uma das reuniões do projeto Abraço – na qual foi divulgada para o grupo esta pesquisa, bem como a necessidade de voluntários – Otávio se aproximou para manifestar seu interesse em participar e verificar a possibilidade de incluir a companheira, pois de acordo com sua percepção, seria de grande valia a inserção da mulher em atividades que pudessem fazê-la compreender que as atitudes dela estavam gerando grande sofrimento para família. Neste tocante, Otávio relatou que, além da filha caçula que reside na companhia deles (Maria, quatro anos de idade), eles possuíam mais uma filha em comum (Laura, seis anos de idade), a qual, segundo ele, sofria severa rejeição por parte da mãe e por este motivo vivia aos cuidados de uma tia paterna.

Diante disso, esclareci qual era a finalidade da pesquisa e que, conseqüentemente, os colaboradores seriam apenas homens. No entanto, sugeri que frequentasse o grupo destinado para as mulheres e, caso fosse do interesse de ambos, haveria a possibilidade de serem realizadas intervenções com o casal. A par dessas informações, Otávio sugeriu que ele participasse da pesquisa, mas que também gostaria que a companheira se submetesse ao acompanhamento. Com isso, ficou acordado que ele colaboraria com este estudo e outro profissional assumiria as intervenções pertinentes ao caso deles.

Ainda durante a infância, Otávio foi impelido a lidar com os percalços da ausência do estabelecimento de uma comunicação funcional a qual viabilizasse em sua família de origem espaços para manifestarem o que realmente pensavam e como se sentiam acerca de suas vivências. A exemplo disso, quando Otávio tinha aproximadamente 11 anos de idade, o pai, o qual se chamava Pedro, iniciou um

relacionamento extraconjugal e, para que pudesse se ausentar do lar sem despertar suspeitas, exigia que o filho o acompanhasse. Desta forma, Otávio era utilizado como álibi e saíam juntos sob o pretexto de que estavam indo realizar pequenos serviços.

Otávio ainda não compreendia com nitidez o que estava acontecendo, mas percebia o desconforto de estar fazendo algo que não poderia partilhar com os demais membros da família. Com isso, naquele momento, constituiu-se como alternativa para lidar com as inquietudes a possibilidade de dissimular suas ações e sofrimentos psíquicos.

Aquilo foi difícil, meu pai me meteu no meio, me levou para conhecer a amante e me pediu segredo. Eu era novo, não tinha conhecimento do que era infidelidade, mas ficava muito mal de ter que mentir. Eu sabia que estava errando em esconder da minha mãe, porém, eu não queria que houvesse brigas. Foi bem difícil para mim (Otávio).

Este envolvimento amoroso veio à tona na família por meio da irmã mais velha, Jéssica, que quando soube o que estava acontecendo, relatou tudo para mãe e esta decidiu pôr fim no relacionamento. Naquela ocasião, eclodiu um grave conflito permeado por violências e constrangimentos. O pai de Otávio espancou a enteada em plena via pública, além de ofendê-la com palavras de baixo calão.

Esta contenda entre padrasto e enteada não dizia respeito somente ao caso extraconjugal dele, havia conteúdos mais profundos envolvidos. Jéssica, quando tinha aproximadamente 15 anos, foi abusada sexualmente por Pedro. A forma como a família manejou esta questão deixou a jovem em uma posição bastante delicada pois, quando esta confidenciou à mãe o que havia acontecido, houve uma grave crise familiar, mas o relacionamento não chegou a ser rompido. No entanto, como reminiscência, Jéssica passou a ser tratada com restrições pelo padrasto e sentiu fragilizar sua confiança pela mãe.

Diante deste cenário, em que as figuras de autoridade não representavam prioritariamente o amparo e a proteção necessários, Otávio desenvolveu vinculação afetiva ambivalente especialmente com o pai. Ao mesmo tempo em que nutria por ele afeição filial, ressentia-se com muitos comportamentos e, enquanto dependia dele, sentia-se impotente mediante as adversidades do contexto familiar. Já na vida adulta, durante um breve período, Otávio convidou o pai para viver na companhia dele, uma vez que o referido senhor não tinha condições financeiras de se manter

sozinho. Porém, a harmonia na convivência não perdurou por muito tempo e as diferenças se manifestaram de formas cada vez mais contundentes:

[...] meu pai bebia muito, a gente saía na porrada. Coisa de homem para homem sabe? Isso acontecia por influência dos outros. As pessoas diziam, 'vai lá, ele não é teu filho? Mostra quem é quem manda'. Aí ele vinha para cima e eu não ia deixar barato, mas rapaz... eu tinha 'corpo', ia para porrada mesmo (Otávio).

Com o passar do tempo, Otávio estendeu a dificuldade de manifestar seus conteúdos emocionais por meio de recursos como o diálogo ou a ponderação para os seus relacionamentos conjugais. Em relação à primeira companheira – a qual se chamava Débora – Otávio destacou que foi muito apaixonado por ela e a considerava uma mulher de grande beleza. A união durou oito anos e juntos tiveram três filhos. Porém, à medida que o tempo passava e os desafios cotidianos se apresentavam, não foi possível desenvolverem estratégias para lidar com os anseios de forma que pudessem prosseguir a relação ou terminar de uma maneira que ficassem nítidos quais pontos eram inconciliáveis. A exemplo disso, Otávio observou que quanto mais ele sentia necessidade de manter relações sexuais, mais desinteresse a mulher demonstrava.

Mediante tal impasse e a ausência de espaços no relacionamento para refletirem e entrarem em acordos acerca de como procederiam com essas questões, cada um, em silêncio, buscou seu mecanismo para solucionar as tensões vivências. De um lado, Débora passou a se distanciar cada vez mais do companheiro e este, por outro lado, encontrou no comportamento da companheira a justificativa para se envolver em diversos casos extraconjugais.

Porém, nesse período, Otávio já era familiarizado com os preceitos religiosos os quais alicerçavam a sua fé – ele é testemunha de Jeová – e, desta forma, para não entrar em contato com a incômoda ideia de que poderia estar agindo em desacordo com os desígnios de Deus, além de atribuir total responsabilidade por suas escolhas ao desinteresse sexual de Débora, Otávio buscou outras formas de racionalizar suas atitudes. *“Uma coisa era o sexo com outras mulheres, outra coisa era o sentimento que eu tinha pela minha mulher [...] eu apenas ia buscar fora o que eu não tinha em casa”*.

Otávio avalia que não houve violência nesse relacionamento. No entanto, quando as traições vieram à tona e a forma como isto foi tratado, este assunto

resultou em ofensas e danos psicológicos, pois conforme mencionando anteriormente, a responsabilidade pelas dificuldades no âmbito sexual recaiu somente em Débora e, quando esta tentava questionar, era chamada pelo companheiro, em tom de *deboche*, de *frígida*, *sem vida e burra* por não se permitir adequadamente o prazer sexual. Como resultado, Otávio informou que atualmente Débora ainda se sente muito culpada pelo fim da relação e faz conjecturas de que a união teria sido exitosa caso ela não tivesse se recusado a cumprir com suas *obrigações no casamento*.

Passado algum tempo após o fim dessa relação, Otávio começou a se envolver com Vanessa. Esta, por sua vez, ainda era comprometida com o pai de seu filho. Apesar de não morarem mais juntos, era ele que a mantinha financeiramente sob o acordo velado de que ela não se envolveria amorosamente com ninguém.

Transcorridos alguns anos, Vanessa engravidou de Otávio e desejou abortar, no entanto ele não aceitou sua decisão e buscou impedi-la, além de chegar a ameaçá-la de morte caso houvesse a interrupção da gestação. Porém, Vanessa advertiu de que não pretendia ficar com a criança e, conforme mencionado anteriormente, uma tia paterna assumiu os cuidados da criança.

Dando prosseguimento à dinâmica de relacionamentos, Otávio e Vanessa estabeleceram a união sem se oportunizarem falar abertamente a respeito de suas dificuldades. Desta forma, Otávio ressentiu-se pelo fato ter tido a expectativa de que a companheira desenvolvesse laços afetivos pela filha e desejasse ter convivência com esta. Diante disto, grande parte dos percalços do relacionamento Otávio atribuiu à desventura de conviver com a rejeição da companheira pela filha.

Otávio e Vanessa passaram a coabitar quando estavam esperando a segunda filha. A princípio, não havia a intenção de constituírem família, mas com o advento de outra gravidez, decidiram que havia chegado o momento de se unirem. No entanto, criarem a filha caçula fez com que Otávio se inquietasse cada vez mais com o fato da companheira não ter tido a mesma disponibilidade afetiva com a primogênita. Um aspecto que chama atenção em relação a isso é que constantemente Otávio diz que luta há nove anos para que Vanessa assuma a criança, no entanto, esta tem seis anos de idade, o que leva a cogitar a possibilidade de Otávio, por meio da criança, reivindicar que a relação, como um todo, seja assumida, pois, esta sim, perfaz nove anos de duração.

Quanto ao episódio que resultou no processo que está respondendo por

agressão, nas palavras de Otávio, ocorreu da seguinte maneira:

Era de noite e eu estava em casa bebendo com um amigo de ciclismo e vendo algumas coisas no computador, ficou tarde e ele foi embora. Não sei... tive surto nesse dia, acho que fiquei com um lapso na memória, me contaram que eu peguei a Maria (filha mais nova) pelo pescoço e era como se eu tentasse estrangulá-la, não consigo lembrar disso, só pode ter sido ação do demônio. Bom, então a Vanessa falou alguma coisa que não me lembro mas sei que não gostei e começou o atrito. Não atribuo ao fato de estar bêbado, eu estava acumulando muita revolta por causa da Laura, não me conformava e não era obrigado a tolerar mais aquilo, então eu comecei a bater nela, chutei as pernas, empurrei e tentei estrangular. Os vizinhos ouviram, chamaram a polícia e queriam me linchar. Eu deixei um facão do lado da geladeira para me defender, ficaram tentando entrar em casa e se conseguissem eu ia para cima mesmo. Não gosto daquele pessoal, um bando de viciado que fica fumando maconha na frente de casa. Quando a polícia chegou eu fui para cima deles e deu desacato a autoridade, tiveram que imobilizar e me levaram preso. Eu me arrependo do que fiz com a Vanessa, mas com aqueles vizinhos noiados não (Otávio).

Por fim, Otávio demonstrou se sentir bastante confiante de que quando o juiz fosse julgar o caso dele, compreenderia e legitimaria sua reação. Tal raciocínio coaduna com a maneira como ele costuma lidar com as tensões, ou seja, na impossibilidade de assumir a parcela de responsabilidade que lhe compete nos percalços cotidianos, Otávio busca outras vias para solucionar seus conflitos.

6.4 Análise

Análise dos dados objetivou focar as incidências de transgressões no percurso da história de vida, as possíveis passagens ao ato e o contexto cultural que permeia esses fenômenos. Aqui não se busca realizar a análise da estrutura da personalidade dos colaboradores nem traçar psicodiagnóstico ou perfil, uma vez que são necessários procedimentos específicos para tal e este não é o foco desta pesquisa. O que se pretende é compreender os meandros subjetivos implicados nos atos de violência conjugal independente de se tratarem de sujeitos neuróticos, perversos ou psicóticos.

Para tanto, me calciei no posicionamento de Salum (2009), a qual lembra que a psicanálise habitualmente associa as questões relacionadas a falhas na função paterna e passagem ao ato com psicoses, por usualmente apresentar a

foraclusão do significante do Nome-do-Pai, responsável por designar o desejo como falta. Porém, a autora salienta que tais “lesões” na metáfora paterna e incidências de passagem ao ato também podem ocorrer fora das psicoses, podendo-se considerar tais fenômenos como declínio da imago paterna.

Conforme mencionado na sessão que aborda o método desta pesquisa, para análise dos dados foi empregada a análise de conteúdo e, com base nos objetivos deste trabalho, as categorias que emergiram como teor latente no discurso dos colaboradores foram: *Coisa de homem*, cuja discussão é feita com base nos conceitos e valores culturais que norteiam os colaboradores a respeito da masculinidade; *Transmissão transgeracional do superego*, o qual aborda as heranças familiares no que tange a transmissão e delineamento do superego; *Limite e transgressão*, cujo teor visa um diálogo das dificuldades em lidar com as regras e as incidências de transgressões com as questões referentes à função paterna e, por fim, *Não pensar no momento*, que intenciona discutir os episódios de violência com base no conceito de passagem ao ato.

Assente aos preceitos éticos que versam a respeito da confidencialidade na pesquisa, a identidade dos colaboradores, bem como de seus familiares, foi preservada por meio da não identificação de informações que os caracterizassem e também pela adoção de nomes fictícios, cuja escolha foi feita por eles durante a primeira entrevista.

6.4.1 Coisa de homem

Utilizando a afamada frase de Beauvoir (1967): “não se nasce mulher, torna-se mulher” (p. 09) é possível traçar de forma sucinta a compreensão da inegável diferença entre sexo biológico e gênero. Retomando de forma breve esses conceitos, o primeiro diz respeito ao imperativo fisiológico, determinado pelos nossos caracteres sexuais, enquanto o outro faz alusão a construção social daquilo que é compreendido como pertinente a homens e mulheres.

Neste sentido, ao pensarmos de forma relacional em homens e mulheres como um vir a ser, podemos nos calcar na representação de gênero realizada por Scott (1995, p. 75):

[...] uma forma de identificar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. Gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

Com base nesse raciocínio, muitos dos comportamentos ficam limitados em decorrência da expectativa criada por códigos e valores transmitidos culturalmente. Pensando especificamente no caso dos homens, determinados ordenamentos, baseados nos imperativos da força, tais como: competições, conquistas e afirmações por meio da violência, trazem inúmeros prejuízos não só para mulheres e crianças, mas para a sociedade como um todo.

Nesse sentido, foi possível identificar na fala dos colaboradores – mais especificamente Otávio e Chaves – o quanto muitas de suas atitudes e escolhas passadas foram pautadas em um estereótipo preconcebido, o qual se manifestava de forma automática, cujas narrações traziam como justificativa os aprendizados cotidianos a respeito do exercício da masculinidade:

Meu pai morou um bom tempo comigo, ele bebia muito, a gente saía na porrada. Coisa de homem para homem sabe?
Isso acontecia por qual motivo? (Pergunto a ele.)
Ah, influência dos outros. As pessoas diziam, ‘vai lá, ele não é teu filho? Mostra quem é quem manda’. Aí ele vinha pra cima e eu não ia deixar barato, mas rapaz... eu tinha ‘corpo’, ia para a porrada mesmo (Otávio)

Meu pai conta que no dia do velório do meu avô, ele era criança e estava chorando quando levou um ‘cascudo’ de um compadre da família, o qual mandou engolir as lágrimas pois era uma vergonha um menino chorar tanto, além de que não adiantaria nada (Chaves).

Uma vez, quando eu estava em um bar, um cara insinuou na brincadeira que eu era meio ‘estranho’, tipo *gay*. Eu não podia deixar passar, tinha um monte de gente. Retruquei dizendo que pelo menos não era ‘corno’ que nem ele. Começamos a brigar, ele me ameaçou e eu voltei para casa disposto a pegar uma arma para matá-lo (Chaves).

Quando Bourdieu (2012) versa a respeito da dominação masculina, destaca que a força de tal ordenamento se prevalece pelo fato de dispensar justificativas, uma vez que a visão androcêntrica se apresenta como referência e dispensa questionamentos acerca de sua legitimação. A estrutura social engendra

uma “máquina simbólica” que constantemente valida a preponderância do masculino e constrói suas bases nessa premissa. Tal fenômeno pode ser observado em diversas dimensões, sendo algumas delas: divisão de trabalhos e responsabilidades como estritamente masculinos e femininos e os espaços sociais serem historicamente reservados aos homens e o âmbito doméstico às mulheres. Dito isso, o autor destaca a divisão dos sexos como presente no ordenamento de cada detalhe, de forma naturalizada e automática:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2012, p. 17).

Ao aproximar tal conceito dos conteúdos que emergiram durante as entrevistas, foi possível observar que os colaboradores também não se furtaram à influência dessas diretrizes e, conforme a conveniência aplicavam esses conceitos com ênfase especial àquilo que almejavam que suas companheiras fizessem e as responsabilidades que atribuíam a elas:

Eu pensava assim: uma mãe quando pega o filho nos braços, mesmo que ela não tenha planejado, ela muda de ideia. Mas nada, ela continuou firme na opinião dela, não gosta da menina até hoje. Ainda bem que teve a minha irmã para me salvar, eu tinha que trabalhar e alguém precisava cuidar da criança. Então a Laura já saiu da maternidade nos braços da minha irmã [...] Sabe, se não fosse por ela eu estava perdido. Como eu ia cuidar de uma criança recém-nascida? O pai precisa trabalhar e mãe cuida dos filhos, é a lei. Eu tenho vontade de amarrar a Vanessa e injetar um remédio na cabeça dela para ver se dá um jeito (Otávio).

Um dia desses, uma amiga minha foi furtada na faculdade, e só tinha mulher na sala dela! Fiquei surpreso, é feio mulher que rouba, tenho vergonha de pensar que uma mulher seja assim (Otávio).

Ela achava que eu tinha que ajudar a arrumar a casa. Tudo bem até tenho que ajudar a arrumar, mas não sempre! Às vezes eu ajudar não tem nenhum problema, mas era eu ajudar um dia que no outro dia ela já queria também. Eu não tenho obrigação, esse dever é dela! (Silvio).

Otávio, ao explanar seu dissabor pelo fato da companheira não ter almejado assumir os cuidados da filha, sinaliza na direção da associação do feminino com a maternidade. Com base neste conceito, Otávio se eximiu do seu compromisso parental e, ao se fixar nas exigências para com a companheira, deixou de lançar para si o olhar de igual responsável pela criança e, portanto, também detentor da possibilidade de criar a filha.

No que diz respeito ao comentário feito em relação ao furto sofrido por uma colega, é possível traçar um paralelo com o que Nolasco (2001) assinalou sobre a correlação do masculino com a transgressão e a violência. Segundo este autor, quem confere as curvas das estatísticas da violência são os homens, exatamente por serem estes os que precisam dar provas de força, ainda que se coloquem em situações de riscos ou burlem as regras de condutas. Por outro lado, para as mulheres é reservado o espaço do recatamento e do bom comportamento.

Quanto a Silvio, este demonstrou em inúmeros momentos ao longo de seu discurso o que Bourdieu (2012) sinaliza se tratar da divisão sexual do trabalho. Para ele, tanto as companheiras quanto as filhas, “*não tinham cabeça*” para lidar com questões mais complexas da empresa e, portanto, figuravam em ocupações secundárias nos negócios. Por conseguinte, ele assumia a posição de “*homem de excelência*”, enquanto as mulheres tinham como responsabilidade todas os cuidados com o lar.

Coadunando com este raciocínio da sobreposição do masculino em relação ao feminino, Laqueur (2001), com base nos estudos de Aristóteles, destaca que a natureza do homem e da mulher possuem um prévio ordenamento divino, com funções distintas e, em grande parte, opostas. Via de regra, um sexo é fraco enquanto o outro é forte e, desta forma, “um possa ser cuidadoso e o outro corajoso ao revidarem os ataques, um possa sair e adquirir bens e outro permanecer em casa e preservá-los” (p. 45). Em síntese, as diferenças das funções referentes a cada sexo não eram entendidas apenas como construções sociais, mas também como ordenamento de natureza divina.

No que tange à concepção, no sentido de gerar uma nova vida, este autor frisou o conceito aristotélico de que ao macho cabe a causa eficiente e à fêmea o material. Desta forma, ao se constituir um embrião, a mulher colabora apenas com a parte material, enquanto o homem é que define a essência, bem como a alma. Tomando esses pressupostos como referência, é possível observar na fala de

Chaves como culturalmente ainda emerge essa forma de pensar: “*Meu pai era muito machista, então colocou somente o sobrenome dele em todos os 10 filhos*”. Tal como a alma que, no pensamento aristotélico é responsável por dar vida ao ser humano, é o nome que perfaz um dos aspectos fundamentais para designar a singularidade do sujeito e reconhecimento deste enquanto pertencente a um determinado grupo.

6.4.2 Transmissão transgeracional do superego

Conforme visto anteriormente, Freud (1923/1989) postulou o desenvolvimento do superego por meio da atuação da figura do pai, identificando-o como responsável por intervir na relação simbiótica entre mãe/criança, realizando a castração necessária para que o sujeito passe a ser habilitado a introjetar as leis e as regras que o circundam.

No entanto, tal habilidade requer renúncias as quais, com o passar do tempo, se transformarão em angústia e sentimento de culpa, elementos necessários para a constituição da consciência. Mais precisamente, a consciência é a responsável pela renúncia pulsional. Contudo, posteriormente, esta equação se inverte e qualquer renúncia pulsional se torna propulsora da consciência e, como consequência, cada renúncia que se sucede, torna a consciência mais severa e intolerante. Ou seja, a imposição da renúncia a pulsão forma a consciência e, desse ponto em diante, esta última exige mais renúncias pulsionais (FREUD, 1930/1989).

Outro aspecto que importa saber, é que o superego tem sua construção a partir do superego dos pais. De forma inconsciente, a transmissão cultural ocorre por meio dos superegos das gerações anteriores:

Freud sublinhou também que o superego não se constrói segundo o modelo dos pais, mas segundo o que é constituído pelo superego deles. A transmissão dos valores e das tradições perpetua-se, dessa maneira, por intermédio dos superegos, de uma geração para outra. O superego é particularmente importante no exercício das funções educativas (ROUDINESCO e PLON, 1998, p. 745).

Aproximando tais conceitos da fala dos colaboradores, podemos observar em suas histórias de vida, particularidades em comum no que tange a aquisição de valores e formas de lidar com regras, intermediada por superegos dos antecessores familiares:

A minha irmã mais velha que descobriu o caso que o meu pai estava tendo e contou para a minha mãe. Quando o meu pai soube foi horrível. Nossa, não gosto nem de imaginar o que aconteceu, eu não vi mas me contaram. Meu pai humilhou a minha irmã na rua, foi o maior barraco, deu um murro no seio dela [...] Naquela época eu não falei nada, eu não podia, fiquei calado mas por dentro eu não concordava com o que meu pai fez. Tive que ficar calado por que eu era novo e, apesar de não concordar, achava que o que tinha acontecido era uma “disciplina” de pai para filha. Sabe, meu pai fez muita coisa errada, ele se arrependeu, mas fez muita coisa errada.

Por exemplo? (Pergunto a ele.)

Essa minha irmã mais velha. Quando ela tinha 15 anos, meu pai mexeu com ela. É que ele não era pai biológico dela, mas criou desde que ela tinha um ano de idade. Então quando ela era moça, ele começou a assediá-la e tentou abusar dela. A minha irmã contou para a minha mãe, foi bem difícil mas mesmo assim meus pais continuaram juntos. Vixi, meu pai era terrível (Otávio).

Passei muitas dificuldades nessa vida, havia comentado contigo que cheguei a passar fome... fome não é moleza não. Eu era ‘gurizote’, foi um período mais ou menos dos 10 aos 12 anos, eu morava com meus pais, cheguei a pegar as panelas da minha mãe para amassar e vender para comprar pacote de biscoito. Eu e a minha irmã fazíamos isso, quando a nossa mãe descobriu pegamos uma ‘peia’ dela.

O que aconteceu nesse período? (Pergunto.)

Foi na época que o meu pai estava no adultério, então ele não dava assistência em casa, não queria saber de cuidar da família e minha mãe não tinha experiência no mercado de trabalho, então não tinha quem sustentasse a gente (Otávio).

É na família que o sujeito obtém as primeiras falas, por intermédio dela que adentra no mundo sociocultural e, por conseguinte, adquire acesso ao simbólico. Quanto a este processo na vida de Otávio, é possível observar algumas singularidades na aquisição desta ordenação. Durante a infância, Otávio começou a se deparar com os percalços da ausência de uma comunicação funcional da família e, como consequência, o estabelecimento de lesões na aquisição dos valores intermediados pelos superegos das outras gerações. Conforme Vitale (2010) nos lembra, a localização da família em uma determinada estrutura social e as leituras de mundo realizadas por ela é que vão oferecer os contornos dos primeiros conteúdos a serem interiorizados pela criança.

Sendo assim, o que observamos é que Otávio, apesar dos desconfortos iniciais, passou a conviver com uma certa “naturalidade” com as fragilidades do superego e, por conseguinte, com os anseios de não poder contar com regras

familiares que garantissem a segurança de seus membros, bem como com a impossibilidade de encontrar espaços para partilhar o que de fato sentia e pensava acerca do que ocorria na família.

Vitale (2010) destaca que esses “recortes” de mundo transmitidos pela família e interiorizados pela criança representam os primeiros contatos com a transmissão cultural, porém não os únicos e, apesar de significativos, também não são determinantes, pois ao longo da vida são oferecidas outras oportunidades para o sujeito apreender e se adaptar às circunstâncias. A princípio, a alternativa encontrada por Otávio para lidar com esse desconforto vivenciado, foi a dissimulação de suas atitudes e sofrimentos psíquicos. No entanto, conforme foi possível observar em sua trajetória, tais mecanismos perduraram e se repetiram em suas relações durante a vida adulta.

No que diz respeito ao episódio em que a irmã mais velha confidenciou a mãe o caso extraconjugal do padrasto e acabou sendo espancada por este, pode-se inferir pela narrativa de Otávio, que a mensagem introjetada por ele é a de que “disciplina” pode estar associada a atos abusivos e de extrema violência. Consoante a isso, a ocasião em que agrediu fisicamente a companheira, também teve como justificativa o merecimento dela, uma vez que julga inadmissível e passível de castigo o comportamento de Vanessa em relação a filha.

Neste sentido, Freud (1910/1989) já versava a respeito das escolhas conjugais estarem relacionadas aos aspectos inconscientes e subjacentes às vivências familiares. Com base nessa ideia, Berenstein e Puget (1994) identificaram e elencaram alguns tipos de vínculos estabelecidos entre os casais. Segundo estes autores, os vínculos mais primitivos e patológicos estão associados às características de fusão, idealização, não aceitação de individualidades e à pretensão de um ser a imagem especular do outro. Vinculações desta natureza costumam se apresentar de forma violenta e hostil. O projeto de vida está propenso a constantes desacordos ou, no outro extremo, a total submissão, a qual se suprime o projeto de dois para prevalecer apenas o de um. Há a aparente impressão de desaparecimento de conflitos quando um dos pares atingir a meta de transformar o outro em seu complemento, aniquilando a capacidade de tomar decisões e realizar escolhas. Nesses casos, as mensagens costumam ser contraditórias e o relacionamento torna-se confuso e enlouquecedor.

Kaës (1998) destaca que a subjetividade é construída no espaço e tempo

da geração atual, das demais gerações anteriores e do grupo social. Sendo assim, a compreensão do que se transmite psiquicamente entre as gerações viabiliza o entendimento do que pode ser benéfico e o que, por outro lado, pode arruinar. Sendo assim, abre-se a possibilidade de ponderação acerca do que herdou e se pretende dar continuidade a tal característica.

Utilizando estes conceitos como norteadores, destaca-se na fala dos colaboradores – em especial de Chaves – os ensaios de compreensão acerca dos conteúdos de seus antecessores familiares que possivelmente influenciaram em sua forma de se portar e lidar com as questões cotidianas:

Aproximadamente na pré-adolescência, meu pai ainda guardava mágoa desde a infância de um compadre da família. Foi então que ele decidiu procura-lo a fim de resolver o problema da forma que meu avô havia ensinado. Sendo assim, levou uma 'peixeira' consigo e matou o homem com várias perfurações (Chaves).

Um dia meu primo ouviu na rua de um conhecido que a mãe era uma 'puta'. Ao chegar em casa e relatar o ocorrido para meu pai, este o aconselhou da seguinte maneira: 'meu filho, pegue essa arma – meu pai tinha mais de dez armas de fogo em casa – e resolva o seu problema (Chaves).

Ao considerarmos a transmissão de valores, costumes e regras sociais por meio do superego de uma geração para outra, é possível destacar na família de Chaves a prevalência de atos de violência como tentativa de resolução de tensões desde a época do avô paterno. A partir do momento em que Chaves começou a associar estas informações, emergiu nele a preocupação acerca dos conteúdos que estaria transmitindo como herança para os filhos. Nesse caso, citou em especial a situação da filha mais nova, uma vez que reconhece os percalços de seu legado familiar e identifica dificuldades semelhantes nos parentes da mãe da criança. A exemplo disso, relatou que o pai da ex-companheira constantemente estava envolvido em conflitos com a lei, desta forma, temia que a filha protagonizasse a mesma história de envolvimento com homens violentos.

Aproximando da teoria de Lacan, a transgeracionalidade seria possível através da cadeia de significantes, por meio da palavra que aborda as representações e tangencia o objeto. Sendo assim, a transmissão não ocorre pela identificação explícita com o objeto, mas sim com a representação, com a marca gerada pela fala e passada de um significante para o outro.

Neste sentido, o receio de Chaves acerca da herança familiar estigmatizada pela violência pode ser traduzido pelo que Araújo (2002) revela acerca da associação dos significantes transgeracionais à transmissão simbólica. Nesses casos, a linguagem atravessa as gerações e imprime marcas no sujeito do inconsciente, impelindo-o a se posicionar no discurso a partir de um lugar estabelecido de forma relacional com o outro. Tais marcas podem ser traumáticas ou não e se repetem por meio da inscrição no psiquismo das próximas gerações.

6.4.3 Limite e transgressão

Junges (2009) destaca que na psicanálise lacaniana, um dos aspectos primordiais para que o sujeito seja habilitado a assimilar os limites, regras, ordenamentos culturais, crenças e valores é a instauração da metáfora paterna, ou seja, um terceiro que surge na relação entre mãe e filho e ocupa o lugar de alheio ao primeiro Outro.

Neste tocante, ao adentrarmos na narrativa dos colaboradores, observamos que em diversos momentos, tanto a figura materna quanto a paterna foram marcadas por rupturas, seja pelo abandono real ou pela função simbólica não ofertada a contento.

No que tange ao referencial feminino, é possível destacar a pouca expressividade das mulheres ao trazerem à tona as vivências nas famílias de origem. Elas surgem em poucos momentos e associadas exclusivamente à função de cuidadoras. Por outro lado, as figuras masculinas perfaziam preponderante destaque, especialmente os genitores no histórico de Chaves e Otávio.

No entanto, Dor (1991) nos lembra a existência do Pai real e do Pai simbólico e destaca o fato de que a presença de um não implica necessariamente na existência do outro. Ou seja, apesar de haver preponderante influência do pai encarnado na vida de Chaves e Otávio, não significa que a função simbólica da metáfora paterna tenha sido ofertada de forma satisfatória. Durante o percurso de vida, destacaram-se inúmeros momentos em que houve uma plasticidade – ou até mesmo supressão – de regras que permitissem o delineamento do superego e a possibilidade de introjeção da Lei que barra o acesso ao gozo:

Quando eu estava em um dos meus primeiros empregos, um cara roubou minha bicicleta, também recebi o mesmo conselho do meu pai⁴. Eu sentia muita raiva, era ira mesmo! Mas não consegui encontrar o cara, por azar ou sorte, se não eu acho que teria matado mesmo, era a minha vontade (Chaves).

Já tive muito problema com bebida, comecei a beber com 15 anos, eu ia bêbado para a aula, não sei como passei. Bons tempos [Risos] (Otávio).

Com relação a Silvio, apesar de quase não ter mencionado o pai biológico em sua narrativa, uma vez que houve pouco contato entre os dois, este se fez presente pela ausência. De acordo com Vitale (2010), mesmo que o pai não participe de forma concreta no cotidiano do filho, ele é falado e historizado por meio do discurso familiar. Nesse sentido, ao se referir ao genitor, Silvio o descreve da seguinte maneira: “*meu pai era ‘prostituto’ e se envolvia com muitas mulheres*”. Em diversos momentos durante as entrevistas, este colaborador se referiu a ele mesmo de forma muito semelhante e até usando iguais adjetivos: “*Quando eu era do mundo eu era muito ‘prostituto’*”. Desta forma, podemos observar que, mesmo faltante, existe a prevalência de forma simbólica.

Outro aspecto que se sobressai na vida desses sujeitos, é o predomínio da violência em diversos setores de suas existências, perpassando considerável parte dos campos relacionais nos quais estiveram inseridos. As agressões desferidas nos pares conjugais não configuram uma exceção no *modos operandi*. Apesar de a princípio demonstrarem preocupação com relação aos atos de violência cometidos, à medida que iam relatando os exemplos, era possível observar certo sentimento de legitimação pelos comportamentos transgressores. Em outras palavras, era como se, apesar de estarem indo contra os ordenamentos sociais, era o que precisava ser feito naquele momento:

Uma vez eu estava com a minha irmã e nós fomos assaltados. Tempos depois estávamos em uma festa e minha irmã reconheceu o assaltante e me falou. Começamos uma briga, bati na namorada dele até ela desmaiar e tentei cegá-lo com a chave do carro. Fomos conduzidos para a delegacia, mas como meu primo é policial, não resultou em nada (Chaves).

Uma hora eu vou ter que dar na cara da minha irmã. Uma vez eu já fiz isso e ela me respeitou, estou vendo que terei que fazer de novo

4 O mesmo conselho ofertado ao primo: pegar uma arma para assassinar a pessoa a qual possuía desavenças.

(Otávio).

Ao levarmos em consideração outras circunstâncias em que esses sujeitos transgrediram as regras, podemos correlacionar com o que Birman (2010) asseverou acerca da sublimação. De acordo com este autor, tanto as mais torpes quanto as mais sublimes das produções humanas possuem a mesma raiz propulsora, os seja, os imperativos da sexualidade e do gozo. Portanto, se há um enfraquecimento na canalização dessa pulsão para fins culturalmente recomendáveis, é possível que haja a prevalência de atos que burlam o pacto social:

Eu alugava carro por mais ou menos dez dias e, na garagem do meu irmão, nós vendíamos como se fosse carro usado. Gastávamos mais ou menos dois mil reais e ganhávamos aproximadamente dezessete mil reais. Então tínhamos um lucro médio de quinze mil reais (Chaves).

Eu era muito arrogante, egoísta, não pensava nas pessoas, não media as palavras. É que a maioria dos empresários são assim, eu não estava nem aí para o que as outras pessoas sentiam, fazia o que eu queria. Me chamavam de 'galinha', 'putanheiro' e eu achava aquilo legal! (Silvio).

Garcia-Roza (2008) destaca que a sublimação é cotada como uma das melhores saídas para os conflitos intra e interpessoais. Conforme preconizado por Freud (1930/1989), a vida em civilização exige que se abdique de significativa parcela do gozo em troca do amparo oferecido pela convivência com o grupo social. Neste sentido, ainda que os colaboradores incidissem em atos de transgressão e, em muitos momentos, buscassem compreendê-los como a saída mais recomendável, mesmo assim sentiram a necessidade de encontrar alguma alternativa que os auxiliassem a frear seus impulsos e os conduzissem a escolhas consideradas mais sensatas. Foi possível identificar que a religião perfazia um dos recursos que estes sujeitos mais lançavam mão quando pretendiam dar novos contornos aos caminhos de suas pulsões:

Hoje estou mais criterioso com mulher, não estou tendo nenhum caso porque estou me esforçando para não fazer coisas que desagradem o Criador. (Otávio)

Meu Deus! Graças a Deus que sou evangélico, se não eu dava um surra nele! Eu lembro que o meu sangue fervia, em outros tempos eu resolveria dando paulada. (Silvio)

Eu comecei uma campanha de 21 dias, eu já havia feito uma quando eu fui preso. Fazer campanha é orar, jejuar e fazer um propósito com Deus. O meu propósito foi apresentar a minha vida, o que está acontecendo e pedir auxílio para ver com mais clareza o devo fazer. (Chaves)

Ao longo de suas narrativas, também era bastante comum observar que, em momentos aos quais não conseguiam verbalizar determinados conteúdos, em seu lugar surgiam interjeições que remetiam ao suporte religioso, tais como: “*meu Deus*”; “*só Jesus*”; “*não sei explicar, mas está nas mãos de Deus*”, dentre outras. Diante deste cenário, observa-se que na ausência de um superego bem delineado, estes sujeitos recorrem a alternativas que cumpram a função de balizador moral externo de suas condutas.

6.4.4 Não pensar no momento

Miller (2014) nos lembra que quando há o abandono dos engodos do pensamento, da fala e da linguagem, emerge no lugar o agir. Neste sentido, Lacan (2005) esclarece que a passagem ao ato é o momento de maior embaraço do sujeito, cuja emoção é responsável pela motricidade. Desta forma, apenas o sujeito pode garantir seu *status* enquanto tal e, quando se precipita para fora da cena e parte para o mundo puro, costuma-se dizer que é como se ele virasse “fumaça” para depois retornar.

[...] o sujeito se subtrai, digamos, aos equívocos da fala como a toda dialética do reconhecimento; ele coloca o Outro em um impasse, e é por aí que o propósito do ato propriamente dito não é cifrável. Pelo contrário, ele é exterior ao universo de suputações, imputações, computações, equivalências e trocas; ele visa o definitivo e, digamos, no cerne de todo ato, é a passagem ao ato que encontramos como paradigma. No cerne de todo ato há um ‘Não!’ proferido em direção ao Outro (MILLER, 2014, p. 7).

Esta saída de cena para o mundo nada mais é do que um dos destinos tomados para fugir da angústia, a qual sinaliza para um possível encontro com o real. Tendo em mente que a passagem ao ato se apresenta como uma retirada do sujeito e do Outro, é possível que ela configure um redimensionamento por meio do trauma.

Ao correlacionarmos passagem ao ato com casos em que há eclosão em transgressão e violência, nos deparamos com o destino oferecido aos intensos afetos despontando para a destruição e descontrole. De acordo com Junges (2009), a agressividade e ódio são inerentes e esperados nos seres humanos, no entanto, a forma como são conduzidos e como os sujeitos os sustentam no cotidiano, indicam o comprometimento com a simbolização e com a possibilidade de abrir mão de uma parcela do gozo para mediar o contato com o Outro.

Para este autor, o encontro com o Outro da linguagem sempre representará algum impacto, uma vez que há o desconforto da mudança da continuidade sensível para a descontinuidade significativa. Desta forma, faz-se necessário a perda de parte do que se tem a dizer, pois não é possível fazê-lo de forma adequada e integral e, portanto, tal advento é percebido como violentos constrangimentos. Porém, são violências consideradas saudáveis, que não imprimem traumas; de fato, haja vista que o ganho – a apreensão da palavra – compensa a perda impingida.

Quando trazemos esses conceitos para a fala dos colaboradores, especialmente de Chaves, é possível observar que em alguns momentos se destacou a extrapolação daquilo que se esperava como adequada manifestação de agressividade:

Quando eu estava em um dos meus primeiros empregos, um cara roubou minha bicicleta [...] Eu sentia muita raiva, era ira mesmo! Mas não consegui encontrar o cara, por azar ou sorte, se não eu acho que teria matado mesmo, era a minha vontade (Chaves).

Eu estava em um bar e ganhei na sinuca de um cara que tinha fama de nunca perder. Irado, passou a me insultar, fomos para fora do estabelecimento, joguei pedras nele e esmurrei-o muito enquanto estava caído no chão. Foi nessa ocasião que fui preso por tentativa de homicídio (Chaves).

Eu sempre fui muito esquentado, não tenho paciência com nada, se começar um conflito, mesmo que a outra pessoa queira parar, eu não deixo, parece que eu procuro um jeito de extravasar essa raiva até a briga ficar séria (Chaves).

A possibilidade de simbolização é subtraída em diversos momentos da rotina de Chaves. Este, por sua vez, se reconhece como uma pessoa demasiado intransigente e impaciente. Destacou ainda que para se sentir aliviado, ele precisa

de intensas contendas que viabilizem a satisfação de suas tensões e, por conseguinte, não consegue desenvolver vinculações afetivas a contento pois facilmente se frustra com o comportamento das pessoas e não tolera os percalços provenientes da convivência. Neste sentido, Junges (2009) assevera que a incidência do ódio é compreendida como concernente a determinados momentos do percurso dos indivíduos. Porém, ao prolongar este sentimento com o intuito de usufruir dele, por compreendê-lo como fonte de entretenimento, representa outra questão, a qual diz respeito ao empobrecimento dos mecanismos para lidar com as adversidades e a dificuldade em apreender o uso da palavra.

Neste sentido, tanto Chaves quanto os demais colaboradores estenderam tais embaraços aos relacionamentos conjugais e, mediante situações adversas – tais como: necessidade de negociar acordos de convivência, ou até mesmo quando percebiam que seus interesses individuais iriam entrar em desacordo com os conjugais – lançavam mão do recurso das brigas e discussões na tentativa de fazer prevalecer suas necessidades. Desta forma, era possível perceber que estes comportamentos criavam uma espécie de “cortina de fumaça” que permitia a estes sujeitos agirem conforme seus interesses, tendo em vista que em muitas das ocasiões as companheiras ficavam receosas de que pudessem romper a relação.

Ainda que em algumas situações não almejassem que houvesse o rompimento da união, estas parceiras que os denunciaram por violência apresentavam comportamentos diferentes do que os colaboradores estavam acostumados em suas dinâmicas de relacionamento. Ou seja, assumiam o lugar de confronto, revidando ou permanecendo na passividade, frustrando as expectativas dos agressores:

[...] eu não sou de beber, nesse dia se eu bebi umas duas vezes foi muito, não gosto, mas um dia a Paula inventou de beber e encher o saco, aí eu bebi também. Estávamos em casa com uns amigos, um deles é muito brincalhão, falou algo que a Paula não gostou. Eu decidi entrar para descansar um pouco no quarto, ela veio atrás e ficou me perturbando, querendo que eu tirasse satisfação. Eu não ia fazer isso, eles eram meus amigos, dei uns “tabefes” nela. Eu já estava com raiva dela ter engravidado, ter me traído, de eu ter perdido a minha irmã há pouco tempo... somou tudo! (Chaves).

Não atribuo ao fato de estar bêbado, eu estava acumulando muita revolta por causa da Laura, não me conformava e não era obrigado a

tolerar mais aquilo, então eu comecei a bater nela, chutei as pernas, empurrei e tentei estrangular (Otávio).

[...] começamos a discutir, nos empurramos, trocamos ofensas e ela foi no meu escritório e quebrou tudo. Depois ela foi lá para parte de cima. Quando eu vi tudo quebrado, minha vontade era de ir atrás dela e jogá-la do alto do prédio, mas Deus é bom e eu não fiz isso. Eu bati muito nela, não me lembro de nada na hora, eu estava tomado de ira e eu a espanquei muito. Quando eu me dei conta do que estava fazendo, ela já estava toda machucada, desfigurada (Silvio).

Nesses episódios, apesar de em parte terem buscado em suas narrativas justificar a atitude que tomaram, também é possível identificar a forte descarga emocional que os desembocou em um momento de tentativa de preservar os seus lugares por meio da passagem ao ato. Enquanto nas ocasiões em que não havia a contrariedade de seus posicionamentos, estes homens não percebiam seus lugares – espaços subjetivos que intentaram conquistar com o intuito de afirmar enquanto sujeitos – ameaçados. Mediante tais circunstâncias, houve o que Lacan (2005) concebeu como saída de cena, uma vez que o recurso da simbolização não foi acessado, a passagem ao ato emergiu como alternativa para não entrar em contato com a angústia.

No que tange a possibilidade de simbolização, estes sujeitos também trouxeram em seus discursos momentos em que se perceberam beneficiados pela mediação dos afetos por meio da palavra:

Acho que estar aqui, falando da minha história para você está me ajudando muito a me organizar também, a conversar melhor, a pensar mais (Chaves).

Fazer essas entrevistas está sendo muito bom. Falar coisas que eu não tive oportunidade de conversar com ninguém, faz bem, limpa por dentro (Silvio).

Pesquisei muito sobre sentimentos, especialmente raiva e ódio para me entender melhor. Comparo a minha situação com a Vanessa como uma vela acesa que uma hora chegou ao fim. Sei que perdi a cabeça, nada justifica o que eu fiz e, apesar de não ter aguentado mais, compreendi que não foi certo (Otávio).

Conforme mencionado anteriormente, algumas fraturas presentes na constituição da metáfora paterna ensejam a dificuldade de simbolização. Segundo Junges (2009), este declínio carrega consigo como consequência prejuízos na

instância a qual possibilita canalizar o ódio para que este tenha outro objetivo que não seja o gozo da pulsão de morte: autodestrutiva ou heterodestrutiva. Ao analisarmos a fala desses sujeitos, foi possível observar que, tanto por meio do discurso quanto por perlaborações, em algum momento, todos se depararam com a possibilidade de utilizarem a via da sublimação. Em outras palavras, ao destacarem o alívio que sentiam por organizarem seus conteúdos por meio da fala, ou até mesmo encontrar um novo significado para seus afetos em meio às próprias elucubrações, percebe-se alternativas para o distanciamento das irrupções dos atos, em especial, os violentos.

Outro aspecto que emergiu na fala dos colaboradores como fator crucial de reavaliação de seus atos foi a intervenção da justiça. A Lei Maria da Penha compareceu como barreira o retorno do gozo excessivo da pulsão de morte desses sujeitos e, após a aplicação dos mecanismos de contenção e ressocialização, estes homens ponderaram como necessária essa demarcação de limites:

Ainda sinto muito ódio, tenho pouca paciência, mas depois que comecei a me prejudicar – ir preso, perder contato com filhos – passei a pensar um pouco mais, tentar agir diferente (Chaves).

A gente com cabeça quente faz muito besteira, isso daqui que aconteceu comigo me fez tirar uma lição (responder por processo), preciso ser mais compreensivo, não me estressar, não perder a paciência com facilidade (Otávio).

Sabe, eu acho que essa Lei Maria da Penha veio tarde. Hoje eu vejo que é muita covardia de alguns homens, tem deles que batem porque gostam. Claro que tem aqueles que perderam a cabeça por um momento, mas a lei está aí para todos (Silvio).

Ao pensarmos que o ato busca atravessar a Lei e, nos casos em questão, figuraram como transgressões, podemos refletir que o chamado às regras e às normas por meio do poder judiciário pode oferecer ao sujeito a chance de reorganização simbólica e reposicionamento diante de suas ações. Se no momento do ato o sujeito evade da cena do Outro e se deixa cair, a justiça, por intermédio de seus mecanismos, tem a possibilidade de oferecer ao sujeito a significação do ato. Quando pensamos que é a inserção na linguagem a responsável pelo processo de humanização, é de suma importância devolver ao sujeito o campo da fala e da ressignificação diante do Outro. Desta forma, como legado, viabilizar-se-ia a reassunção do pacto social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nasceu da necessidade de compreender algumas nuances subjetivas que interpelam homens autores de violência conjugal, sem, contudo, pretender a definição de conceitos ou causas que os conduzam a tais práticas. Consoante ao que foi definido por Vitale (2010), o objetivo deste estudo é aproximar os conteúdos que emergiram da fala desses sujeitos às interlocuções socioculturais e à psicanálise, sem intentar simplificar tal fenômeno ou reduzi-lo à compreensão de algumas categorias, mas sim pinçar ideias que merecem ser pensadas e debatidas.

Para tanto, busquei assimilar, por meio da escuta flutuante, os conteúdos subjetivos do agressor que pudessem ter relação com os atos de violência perpetrados contra a parceira. Desta forma, trilhei caminhos que me levassem a compreensão de alguns fatores culturais que permeiam a constituição da masculinidade e, com o aporte da psicanálise, destaquei questões referentes a função paterna e possíveis incidências de passagem ao ato.

Como usualmente a psicanálise associa as questões relacionadas aos lapsos à metáfora paterna e as passagens ao ato à psicose, importa esclarecer que não pretendi realizar a análise da estrutura da psique dos colaboradores, visto que para tanto são necessários procedimentos específicos e este não perfaz o foco desta pesquisa. Neste sentido, vale ressaltar também que tais adventos podem ocorrer fora da psicose por meio do declínio da imago paterna. Feitas tais considerações, avançarei para o alinhamento de ideias que se fizeram possíveis construir por meio desta pesquisa.

No que diz respeito aos aspectos socioculturais, pode-se destacar que os sujeitos dessa pesquisa evidenciaram em diversos momentos comportamentos e expectativas que ressoavam com o padrão hegemônico de masculinidade. Todos, de alguma forma, sentiam a necessidade de destacarem sua prevalência, seja no âmbito profissional, nos envolvimento com várias parceiras ou pela utilização da violência sob a égide de que é inerente ao homem resolver contendas desta maneira.

Quanto à relação com a função paterna, observou-se na história de vida dos colabores que em significativos momentos houve fragilidades e desamparos por parte do pai real e algumas lesões na função de castração do pai simbólico. Por vezes, o ambiente familiar não ofertava regras que garantissem a segurança de

seus membros, nem proporcionava espaços para partilharem suas angústias e receios. Desta forma, destacou-se o desenvolvimento de estratégias para se adaptarem às circunstâncias e lidarem com os desconfortos vivenciados, sendo as principais: dissimulação dos sofrimentos psíquicos e utilização de violência.

Na chegada à vida adulta, muitos desses recursos perduraram e se repetiram ao longo dos relacionamentos. Com isto, observou-se que, aqueles lapsos na metáfora paterna abriram espaços para distorção ou até mesmo negligência de algumas regras e limites estabelecidos em prol da boa convivência em sociedade. Para Chaves, o oferecimento de conforto para sua família poderia advir do envolvimento com o tráfico de drogas. Quanto ao Silvio, era viável que suas conquistas e afirmações enquanto sujeito estivessem associadas ao uso de violência. De forma semelhante, Otávio compreendia como justificável a aplicação de atos de violência como forma de disciplinar e impor respeito.

Neste sentido, também ficou evidente o predomínio da violência em diversos setores de suas existências, perpassando considerável parte dos campos relacionais dos quais estiveram inseridos e as agressões cometidas contra as companheiras não perfaziam exceções em seus comportamentos. Ainda que a princípio demonstrassem alguma preocupação, também ficava evidente o envaidecimento pelos atos transgressivos.

Outro dado que surgiu na fala desses sujeitos, foi a busca pela religiosidade como alternativa para barrar o excesso de gozo, uma vez que figurava como promessa de limites, os quais eles próprios tinham dificuldades de delinear em suas vidas.

No que tange às incidências de passagem ao ato, ficou evidente a reduzida possibilidade de simbolização destes sujeitos. Tanto Chaves quanto Sílvio se reconhecem como pessoas intransigentes e impacientes, o que resulta em constantes envolvimento em conflitos interpessoais. Tais comportamentos denotam a dificuldade que possuem em mediar os afetos por meio de recursos mais elaborados e, conforme dito por Junge (2009), o empobrecimento desses mecanismos para lidar com as adversidades aponta para a dificuldade em apreender e utilizar o dispositivo da linguagem.

Ao refletir acerca das possíveis reverberações desta pesquisa nos colaboradores, observou-se na narrativa desses sujeitos, bem como na forma como passaram a apresentar no cotidiano seus desencadeamentos de ideias ao longo dos

encontros, os benefícios em termos de simbolização alcançados por meio da expressão dos afetos através da fala.

Como foram identificados alguns sinalizadores de lesões na constituição da metáfora paterna, uma das possíveis consequências seria a dificuldade na capacidade de simbolização. Conforme dito por Salum (2009), o declínio da imago paterna acarreta em prejuízos na instância incumbida de, entre outras questões, dar um destino diferente à agressividade, que não seja a destruição. Neste sentido, o investimento em atividades que proporcionem espaço para reflexão e realinhamento dos conteúdos, representam uma boa possibilidade de ressignificar as vivências.

Considerando a fala dos colaboradores, bem como dos demais participantes do Projeto Abraço, a inserção em contextos que os encorajem a traduzir seus conteúdos por meio da linguagem tem lhes proporcionado melhora na qualidade das relações e oferecido outras possibilidades para lidarem com os conflitos intra e interpessoais.

Ademais, não apenas os dispositivos de recuperação e reeducação, mas a Lei Maria da Penha, de forma geral, foi apontada pelos colaboradores dessa pesquisa como necessária e benéfica, uma vez que compreendiam a necessidade de algo que lhes impusesse limites e, por consequência, os impelisse a refletir mais antes de agirem impulsivamente. Desta forma, a referida lei comparece como uma possibilidade tardia de função paterna na vida desses sujeitos.

A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno multifacetado, de extrema complexidade e tanto a Psicanálise quanto a Psicologia possuem muito a contribuir para o avanço no enfrentamento dessas questões. A conquista de espaços que viabilizem aos sujeitos a possibilidade de reorganização simbólica e redefinição mediante suas atitudes, configura um dos principais legados dessas ciências pois, se é a linguagem um dos principais marcos na constituição do sujeito, proporcionar a possibilidade de trilhar o caminho dos afetos pela fala é oferecer a chance de ressignificação diante de si e do outro.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Fundação Perseu. **Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>>. Acesso em: 30 nov 2016.

ARAÚJO, Maria Lúcia. O discurso dos pais na clínica psicanalítica com crianças: significantes transgeracionais em questão. In: COLOQUIO DO LEPSI IP/FE-USP, São Paulo, 3., 2002. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032001000300025&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 jan. 2017

BADINTER, Elisabeth. **XY: Sobre a Identidade Masculina**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

_____. **Um é o Outro: relações entre homens e mulheres**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BARD, Christine. A virilidade no espelho das mulheres. In: COURTINE, Jean-Jaques et al. **História da Virilidade: A virilidade em crise? Séculos XX-XXI**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 116-153.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERENSTEIN, Isidoro; PUGET Janine. **Psicanálise do casal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: a experiência da vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BIRMAN, Joel. Governabilidade, força e sublimação: Freud e a filosofia política. **Psicologia USP**, v. 21, n. 3, p. 531-556, 2010.

BLEGER, José. A entrevista psicológica: seu emprego no diagnóstico e na investigação. In: **Temas de psicologia: entrevista e grupos**. São Paulo: Martins Fontes, p. 1-48, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Lei n. 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 21 jan. 2017.

CAON, José Luiz. Serendipidade e situação psicanalítica de pesquisa no contexto da apresentação psicanalítica de pacientes. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, 1997, v. 10, n. 1, p.105-123.

CARVALHO, Maria Carolina; GERMANO, Zeno. Estudo de caso acerca da relação conjugal violenta. **Encontro**, Valinhos, São Paulo, v. 17, n. 26, p. 179-194, 2014.

CHAVES, Eliana Lorentz. **Violência, agressividade e dominação**: Uma reflexão psicanalítica sobre a masculinidade. Tese de doutorado em Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 183 f., 2008.

COELHO, Sandra Maria Pinheiro de Freitas; CARLOTO, Cássia Maria. Violência doméstica, homens e masculinidades. **Revista Textos e Contextos**, Porto Velho, v. 6, n. 2, p. 395-409, Jul./Dez. 2007.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução n. 466**, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

DOR, Joël. **O Pai e sua função em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

FORBES, Jorge. **Inconsciente e Responsabilidade**: psicanálise do século XXI. Barueri, SP: Manole, 2012.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos Sonhos. In: **Obras Psicológicas de Sigmund Freud**: Edição Standard Brasileira. V. 4. Rio de Janeiro: Imago, 1900/1989.

_____. Carta 75 (14 de Novembro de 1897). In: **Obras Psicológicas de Sigmund Freud**: Vol. I. Rio, Imago, 1897/1989.

_____. Moisés e o Monoteísmo. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud**: Edição Standard Brasileira. V. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1939/1989.

_____. O Ego e Id. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud**: Edição Standard Brasileira. V. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1923/1989.

_____. O mal-estar na civilização. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud**: Edição Standard Brasileira. V. 23. Rio de Janeiro: Imago, 1930/1989.

_____. O problema econômico do masoquismo. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud**: Edição Standard Brasileira. V. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1924/1989.

_____. Psicologia de grupo e análise do ego. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud**: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XXIII 1921/1989.

_____. Totem e tabu. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud**: Edição Standard Brasileira. V. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1914/1989.

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Obras Psicológicas de Sigmund Freud**: Edição Standard Brasileira. Vol. 7. Rio de Janeiro: Imago,

1905/1989.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Introdução à Metapsicologia Freudiana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

GRANJEIRO, Ivonete. **Agressão Conjugal Mútua**. Curitiba: Juruá, 2012.

HAROCHE, Claudine. Antropologia da virilidade: o medo da impotência. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). **História da Virilidade: A virilidade em crise? Séculos XX-XXI**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013, p. 15-34.

HERRMANN, Fabio; LOWENKRON, Theodor (Org.). **Pesquisando com método psicanalítico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

_____. Uma aventura: a tese psicanalítica. In: SILVA, Maria Emília Lino da. **Investigação e Psicanálise**. São Paulo: Papyrus, p. 133-158, 1993. Entrevista concedida a Maria Emília Lino da Silva.

IRIBARRY, Isac Nikos. O que é pesquisa psicanalítica? **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 115-138, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v6n1/v6n1a07.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

JUNGES, Márcia. O Outro, o ódio, a linguagem e a violência: Para o psicanalista Jean-Pierre Lebrun, desfrutar do ódio é encontrar uma satisfação no fato de “entretê-lo e sustentá-lo”. Entrevista com Jean-Pierre Lebrun. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, Ano 9, 2009. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2642&secao=298>. Acesso em: 10 jan. 2017.

KAËS, René. Os Dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In: EIGUER, Alberto (Org.). **A transmissão do psiquismo entre gerações**. São Paulo: Unimarco, p. 5-19, 1998.

KALIFA, Dominique. Virilidades criminosas? In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). **História da Virilidade: A virilidade em crise? Séculos XX-XXI**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, p. 302-332, 2013.

KEHL, Maria Rita. **A mínima diferença**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **O Seminário, livro 4: a relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **A família**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1987a.

_____. **Da Psicose Paranoica em suas relações com a personalidade**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987b.

LAPLANCHE, Jean. **Novos fundamentos para psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário de Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MARQUES, Cristiane Gomes. **Homens “autores de violência conjugal”**: modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 108 f., 2007.

MEZAN, Renato. **Freud, pensador da cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **As Filhas dos filisteus, sobre um lapso de Freud**. Comunicação apresentada no II Encontro da Associação Internacional de História da Psicanálise em Viena, Áustria, p. 39-47 Jul./1988. Disponível em: <http://revistapercurso.uol.com.br/pdfs/p01_texto08_ano01.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2017.

MIGUELEZ, Nora Beatriz Susmansky de. **Complexo de Édipo: novas psicopatologias, novas mulheres, novos homens**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

MILLER, Jacques-Alain. Jacques Lacan: observações sobre seu conceito de Passagem ao ato. **Opção Lacaniana online**, Ano 5, n. 13, 13 p., 2014. Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_13/Passagem_ao_ato.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Contradições e Consensos na combinação de Métodos Quantitativos e Qualitativos. In: _____ **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, p. 54-76, 2008.

MUSZKAT, Susana. Novas práticas na abordagem de gênero e violência intrafamiliar. **Direito de Humanidades**, v. 10, n. 20, p. 145-154, 2011a.

_____, Susana. **Violência e Masculinidade**. São Paulo: Casa do Psicólogo,

2011b.

_____, Susana. Desamparo e violência de gênero: uma formulação. **Ide (São Paulo)**, São Paulo, v. 31, n. 47, p. 125-132, Dez. 2008.

NARDI, Suzana Catanio dos Santos. **Agressor conjugal**: uma compreensão psicanalítica. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 62 f., 2011.

NOGUEIRA, Luiz Carlos. A pesquisa em psicanálise. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 15, n. 1-2, p. 83-106, Jun. 2004.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson**: Banalização e Violência Masculina em Sociedades Contemporâneas Ocidentais. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

NUNES, Silvia Alexim. De menina a mulher, impasses da feminilidade na cultura contemporânea. **Revista Filosofia Capital**, v. 3, ed. 6, p. 42-55, 2008.

PINTO, Andréia Dioxopoulos Carneiro; MENEGHEL, Stela Nazareth; MARQUES, Ana Paula Maraschin Karwowski. Acorda, Raimundo! Homens discutindo violências e masculinidade. **PSICO**, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 238-245, Set./Dez. 2007.

POLI, Maria Cristina. **Feminino/Masculino**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

REGO, Ricardo "Guará" Amaral. A Palavra é um caminho. In: SALTINI, Claudio et al. **Lacaneando**. Rio de Janeiro: Wak Editora, p. 21-66, 2010.

ROSA, Miriam Debiuex; DOMINGUES, Eliane. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 180-188, 2010.

ROSA, Miriam Debiuex. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 329-348, 2004.

ROSA, Antonio Gomes da, et al.. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 152-160, Set. 2008.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SAFRA, Gilberto. O uso de material clínico na pesquisa psicanalítica. In: SILVA, Maria Emília Lino da. **Investigação e Psicanálise**. São Paulo: Papyrus, p. 119-132, 1993.

SALUM, Maria José Contijo. **Crime, violência e responsabilidade na clínica psicanalítica contemporânea**. Belo Horizonte: Asephallus, 2009. Disponível em: <http://www.isepol.com/asephallus/numero_08/artigo_01_port.html>. Acesso em: 30 out. 2016

SCHNEIDER, Andgérica Mirithua. **Violência entre parceiros íntimos: características comportamentais do agressor em situação de crise**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 150 f., 2014.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, Jul./Dez. 1995.

SENNA, Alba, et al.. O pai na psicanálise. **Primórdios**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 91-116, 2010.

STENZEL, Gabriela Quadros de Lima. **História de vida e características de personalidade de agressores conjugais: um olhar psicanalítico**. Tese de doutorado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 135 f., 2014.

TENDLARZ, Silvia Elena. A quem o assassino mata? **Revista Curinga**, Belo Horizonte, n. 22, p. 167-182, 2006.

TORRES, R. **As dimensões do ato em psicanálise**. São Paulo: AnnaBlume, 2010.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005.

VIGARELLO, Georges. Introdução. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). **História da Virilidade: A invenção da virilidade, da antiguidade às luzes**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

VIRGILI, Fabrice. Virilidades inquietas, virilidades violentas. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). **História da Virilidade: A virilidade em crise? Séculos XX-XXI**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013

VITALE, Maria Amalia Faller. A metáfora paterna. In: SALTINI, Claudio et al. **Lacaneando**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr. foi selecionado, e está sendo convidado a participar, como voluntário, em uma pesquisa intitulada: “**Violência conjugal: uma leitura psicanalítica sobre o agressor**”. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título da pesquisa: Violência conjugal: uma leitura psicanalítica sobre o agressor.

Pesquisadora responsável: Aline Rodrigues Moreira Dantas

Telefone: (69) 3217-1242 E-mail: alinedantas@tjro.jus.br

Orientadora da pesquisa: Melissa Andréa Vieira de Medeiros

Telefone: (69) 2182-2112 E-mail: melissa@unir.br

Entidade responsável: **Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Universidade Federal de Rondônia (CEP/UNIR)**, telefone: (69) 2182-2199 endereço: Campus José Ribeiro Filho, BR 364, KM 9,5 sentido Rio Branco, CEP 7680-059. Ou via e-mail cepunir@yahoo.com.br.

1. Natureza da pesquisa:

O Sr. está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem como objetivo analisar os aspectos subjetivos do agressor conjugal.

2. Envolvimento na pesquisa:

Ao participar deste estudo, o Sr. permitirá que a pesquisadora Aline Rodrigues Moreira Dantas Sicheroli realize algumas entrevistas e a sua participação consistirá em relatar aspectos de sua história de vida, especialmente os referentes aos relacionamentos conjugais.

3. Sobre a entrevista:

Serão realizadas algumas entrevistas com duração aproximada de uma hora que consistem em explorar os aspectos culturais e da história de vida que possam ter influenciado no desencadeamento de comportamentos violentos. A partir das informações coletadas, a pesquisadora fará uma leitura psicanalítica dos aspectos subjetivos dos agressores, para que este estudo alcance seus objetivos.

4. Confidencialidade:

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais, sendo preservada sua identidade. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado seu nome ou qualquer característica que o identifique. Somente a pesquisadora e a orientadora terão acesso aos dados individuais. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

5. Garantia de acesso:

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa e também para esclarecimentos de eventuais dúvidas, sendo a principal investigadora Aline Rodrigues Moreira Dantas, que você poderá

entrar em contato no telefone (69) 3217-1242 ou via e-mail: alinedantas@tjro.jus.br. A professora orientadora deste estudo é a Dra. Melissa Andrea Vieira de Medeiros, disponível no telefone: (69) 2182-2112.

6. Garantia de saída:

Sua participação é voluntária, isto significa que a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízo, independente do motivo ou de apresentar justificativas.

7. Riscos e desconfortos:

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Ressaltamos que não há uma previsão quanto aos riscos e desconfortos que a entrevista pode causar. Porém, destacamos que se alguma pergunta lhe causar constrangimento, incomodo ou desconforto, pedimos que, por favor, comunique a pesquisadora para que sejam tomadas as possíveis providências: novas explicações sobre o projeto; encerramento da entrevista ou troca de horário (caso haja imprevistos no horário marcado); desistência em participar do estudo.

8. Benefícios:

O Sr. Não terá benefícios diretos. Porém, espera-se com o resultado desta pesquisa trazer informações importantes sobre os aspectos subjetivos do agressor conjugal e que esta investigação contribua para o desenvolvimento de estratégias de intervenção psicológica com agressor. Tais feitos serão benéficos tanto para o sujeito que comete atos de violência quanto para a sociedade como um todo, que é direta e indiretamente afetada pelos problemas relacionados à violência doméstica.

9. Pagamento ou formas de ressarcimento:

Informo-lhe que o Sr. não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como não será fornecido nenhum tipo de pagamento, pois se trata de uma pesquisa de cunho acadêmico, sem patrocínio.

10. Direitos:

O Sr. terá os seguintes direitos: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo.

Declaramos conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial a Resolução 466/12, a qual incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referências básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, os quais visam assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado. Caso tenha alguma dúvida, sobre qualquer informação da pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores:

O Sr. receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone/e-mail da pesquisadora responsável, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação a qualquer momento. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito. Desde já agradecemos!

Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____,
após ter recebido todos os esclarecimentos e ciente dos meus direitos, declaro estar de acordo em participar desta pesquisa, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento, bem como autorizo a divulgação e a publicação de toda informação por mim transmitida, exceto dados pessoais, em publicações e eventos de caráter científico. Desta forma, assino este termo, juntamente com a pesquisadora, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder da pesquisadora.

Local: _____ Data: ___/___/___

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE B - TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO**Termo de anuência da instituição**

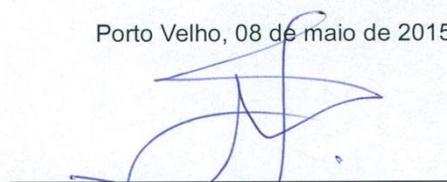
Eu, ÁLVARO KALIX FERRO, juiz titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Porto Velho, autorizo a realização da pesquisa "Violência conjugal: uma leitura psicanalítica sobre o agressor", sob a responsabilidade da pesquisadora Aline Rodrigues Moreira Dantas Sicheroli, aluna do Programa de Mestrado Acadêmico em Psicologia da UNIR, orientada pela professora Dra. Melissa Andréa Vieira de Medeiros, que tem como objetivo primário analisar os aspectos subjetivos do agressor conjugal.

Esta autorização está **condicionada à prévia aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Universidade Federal de Rondônia (CEP/UNIR)**, telefone: (69) 2182-2199, endereço: Campus José Ribeiro Filho, BR 364, KM 9,5 sentido Rio Branco, CEP 7680-059, ou através do e-mail cepunir@yahoo.com.br - pautada na legislação em vigor sobre ética em pesquisa em seres humanos no Brasil (Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/12 e regulamentações correlatas).

Afirmo que fui devidamente orientado sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações coletadas pela pesquisadora serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação, não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas. Além disso, durante e depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

Porto Velho, 08 de maio de 2015.



ÁLVARO KALIX FERRO
Juiz de Direito

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO SEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Violência conjugal: uma leitura psicanalítica sobre o agressor

Pesquisador: Aline Rodrigues Moreira Dantas

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 45705415.9.0000.5300

Instituição Proponente: Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.176.316

Data da Relatoria: 01/06/2015

Apresentação do Projeto:

O tema de estudo é a violência doméstica e familiar. Tema releva, uma vez que mulheres e crianças somam a maior parcela de sujeitos que carecem de proteção, quando se trata de violência doméstica. O estudo visa a promoção de ações que visem à inclusão do agressor em trabalhos que abram espaço para ponderarem

acerca de suas práticas. Esta pesquisa será desenvolvida com sujeitos participantes do grupo de reflexão masculino que faz parte do “projeto

Abraço” que, entre outras atividades, tem por objetivo realizar acompanhamento psicossocial dos agressores que estão respondendo por processo referente a Lei Maria da Penha.

de vista sobre os atos de violência como forma de expressar os afetos; analisar quais os aspectos que o levam a manter a dinâmica da violência

conjugal, bem como sua relação com a Lei tendo em vista a incidência de atos transgressores. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter

exploratório e com base no método psicanalítico, cujos instrumentos serão a escuta psicanalítica, a transferência e a observação. Participarão cinco

Endereço: Avenida Presidente Dutra, 2965 campus José R.

Bairro: Centro **CEP:** 78.000-000

UF: RO **Município:** PORTO VELHO

Telefone: (69)1182-2111

E-mail: cep.unir@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 1.176.316

sujeitos, entrevistados de forma aberta e individual, que cometeram violência conjugal, respondem por processo referente a lei Maria da Penha e frequentam o grupo de reflexão masculino do projeto Abraço na cidade de Porto Velho

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar sob a ótica da psicanálise os aspectos subjetivos do agressor conjugal que responde por processo referente a lei 11.340/06.

Objetivo Secundário:

1) Averiguar junto ao agressor seu ponto de vista sobre os atos de violência como expressão de afetos; 2) Analisar os aspectos que levam o agressor a manter a dinâmica da violência conjugal; 3) Identificar junto ao agressor sua relação com a Lei, tendo em vista a incidência de atos transgressores.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Ressaltamos que não há uma previsão quanto aos riscos e desconfortos que a entrevista possa causar. Porém, destacamos que se alguma pergunta causar constrangimento, incomodo ou desconforto ao participante, será solicitado que comunique a pesquisadora para que sejam tomadas as possíveis providências: novas explicações sobre o projeto; encerramento da entrevista ou troca de horário (caso haja imprevistos no horário marcado); desistência em participar do estudo.

Benefícios:

A pesquisa não trará benefícios diretos. Porém, espera-se que os resultados tragam informações importantes sobre os aspectos subjetivos do agressor conjugal e que esta investigação contribua para o desenvolvimento de estratégias de intervenção psicológica com o agressor. Tais feitos serão benéficos tanto para o sujeito que comete atos de violência quanto para a sociedade como um todo, que é direta e indiretamente afetada pelos problemas relacionados à violência doméstica.

Endereço: Avenida Presidente Dutra, 2965 campus José R.

Bairro: Centro

CEP: 78.000-000

UF: RO

Município: PORTO VELHO

Telefone: (69)1182-2111

E-mail: cep.unir@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 1.176.316

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo realizado com um grupo de indivíduos que participam de atividade de intervenção Psicossocial e não fere a resolução 466/12.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

São apresentados os termos obrigatórios.

Recomendações:

Com base na literatura e na resolução 466/12 sou de parecer favorável à aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências e inadequações.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PORTO VELHO, 07 de Agosto de 2015

Assinado por:
Edson dos Santos Farias
(Coordenador)

Endereço: Avenida Presidente Dutra, 2965 campus José R.

Bairro: Centro

CEP: 78.000-000

UF: RO

Município: PORTO VELHO

Telefone: (69)1182-2111

E-mail: cep.unir@yahoo.com.br